

Iracilda Alves Braga
Gleyson Willian Silva Carneiro

ORGANIZADORES

PET Serviço Social: produções e vivências em tempos de (pós)pandemia da COVID-19



Iracilda Alves Braga
Gleyson Willian Silva Carneiro

ORGANIZADORES

PET Serviço Social: produções e vivências em tempos de (pós)pandemia da COVID-19



Iracilda Alves Braga
Gleyson Willian Silva Carneiro

ORGANIZADORES

PET Serviço Social: produções e vivências em tempos de (pós)pandemia da COVID-19

Autoras e Autores

Ada Márcia Rêgo Bastos
Ana Mayza Nascimento De Araújo
Beatriz Santos Teixeira da Silva
Cynthia Leal França
Ellen Dayene dos Santos Moura
Emanuelle Gomes dos Santos
Giovana de Sousa Araújo Barbosa e Silva
Gleyson Willian Silva Carneiro
Hellen Beatriz da Silva Araújo

Helen Rejane Batista Louzeiro
Iracilda Alves Braga
Jayane Maria Ferreira Carvalho
Maria Clara Lima e Silva
Mauricéia Lígia Neves da Costa Carneiro
Melissa Flavia de Oliveira Rodrigues
Nicole Aguiar de Almeida
Sarah Letícia Pachêco Calaça
Taynara Pereira da Silva
Vivian Maria Almeida de Amorim

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitor

Gildásio Guedes Fernandes

Vice-Reitor

Viriato Campelo

Superintendente de Comunicação Social

Samantha Viana Castelo Branco Rocha Carvalho

Diretor da EDUFPI

Cleber de Deus Pereira da Silva

EDUFPI - Conselho Editorial

Cleber de Deus Pereira da Silva (presidente)

Cleber Ranieri Ribas de Almeida

Gustavo Fortes Said

Nelson Juliano Cardoso Matos

Nelson Nery Costa

Viriato Campelo

Wilson Seraine da Silva Filho

Projeto gráfico, capa e diagramação

Alexandre Wellington dos Santos Silva

Revisão

Iracilda Alves Braga



FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castelo Branco

Divisão de Representação da Informação

P477 PET Serviço Social : produções e vivências em tempos de
(pós)pandemia da covid-19 / organizadores, Iracilda Alves
Braga, Gleyson Willian Silva Carneiro.- Teresina : EDUFPI,
2023.

165 p.

ISBN: 978-65-5904-269-2

1. Serviço Social. 2. Programa e Educação Tutorial. 3. Covid 19
- Pandemia. I. Braga, Iracilda Alves. II. Carneiro, Gleyson
Willian Silva.

CDD 362

Bibliotecário: Gésio dos Santos Barros - CRB3/1469



Editora da Universidade Federal do Piauí – EDUFPI

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela
CEP 64049-550 • Bairro Ininga - Teresina-Piauí – Brasil

Todos os direitos reservados



SUMÁRIO

Apresentação

Iracilda Alves Braga..... 07

CAPÍTULO I: Os impactos da pandemia e do ensino remoto na formação acadêmico-profissional no Serviço Social

Gleyson Willian Silva Carneiro e Melissa Flavia de Oliveira Rodrigues 10

CAPÍTULO II: Entre o silenciamento e a urgência das discussões etnico-raciais nas diretrizes curriculares do Serviço Social: problematizando o lugar das questões etnico-raciais no processo formativo do/a Assistente Social

Hellen Beatriz da Silva Araújo, Maria Clara Lima e Silva e Vivian Maria Almeida de Amorim 26

CAPÍTULO III: Problematizando a violência de gênero: um relato de experiência do GT de gênero - PET Serviço Social

Ada Márcia Rêgo Bastos, Ellen Dayene dos Santos Moura e Jayane Maria Ferreira Carvalho..... 40

CAPÍTULO IV: Serviço Social na luta pela garantia e materialização de direitos: uma análise dos limites e possibilidades em meio a expansão neoliberal

Cynthia Leal França, Melissa Flavia de Oliveira Rodrigues e Sarah Letícia Pachêco Calaça..... 56

CAPÍTULO V: Serviço Social nos centros de atenção psicossocial – CAPS AD: atendimento junto aos usuários e famílias afetadas pelo alcoolismo

Ana Mayza Nascimento de Araújo e Helen Rejane Batista Louzeiro 73

CAPÍTULO VI: A violência sexual contra crianças no contexto da pandemia de COVID-19: a realidade piauiense entre 2020/2021

Emanuelle Gomes dos Santos e Mauricéia Lígia Neves da Costa Carneiro..... 86

CAPÍTULO VII: Educação e pandemia de covid-19: desafios e possibilidades vivenciados por estudantes, professores e gestores de escolas públicas e as estratégias adotadas no ensino remoto

Taynara Pereira da Silva e Iracilda Alves Braga..... 112

CAPÍTULO VIII: O desmonte da política de assistência social em tempos de pandemia da COVID-19: um olhar para a população em situação de rua, em Teresina (PI)

Beatriz Santos Teixeira da Silva, Giovana de Sousa Araújo Barbosa e Silva, Nicole Aguiar de Almeida e Iracilda Alves Braga 138

Notas sobre as autoras/es 157

Apresentação

O Programa de Educação Tutorial (PET), é um programa do governo federal, regulamentado pela Lei nº 11.180, de 23 de dezembro de 2005, e pelas Portarias MEC nº 3.385, de setembro de 2005, e nº 1.632, de 25 de setembro de 2006. Conforme a versão de 2006 do Manual de Orientações Básicas (BRASIL, 2006, P.7) o PET visa realizar na universidade brasileira “o modelo da indissociabilidade do ensino, pesquisa e da extensão”. Assim, além de melhorar a qualidade da graduação, “o PET pretende estimular a criação de um modelo pedagógico para a universidade, de acordo com os princípios estabelecidos na Constituição Brasileira e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)”.

Neste contexto, o PET de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí foi implantado em agosto de 2009 através do Edital nº 05/2009 - MEC/SESU/DIFES formando um grupo com dezoito estudantes de Serviço Social (doze bolsistas e seis voluntários). O PET de Serviço Social, organiza suas ações a partir do Projeto de extensão “PET EM MOVIMENTO” e da inserção das/os estudantes em Pesquisas e Programas de Iniciação Científica com a supervisão da tutora (docente do Departamento de Serviço Social).

Do ponto de vista metodológico, o PET de Serviço Social da UFPI, se organiza em quatro grupos de trabalho – GT’s: GT

1 -Formação profissional e cotidiano acadêmico-institucional; GT 2 - Processos de trabalho e garantia de direitos; GT 3 - Problematizando as questões étnico-raciais e, GT 4 - Problematizando a Violência de Gênero.

O PET de Serviço Social, ao longo de sua trajetória tem primado pela construção coletiva de seus projetos e atividades de forma a materializar os fundamentos do Programa de Educação Tutorial, de forma a viabilizar o encontro entre ensino, pesquisa e extensão, a partir de um espaço extraclasse que seja capaz de propiciar o desenvolvimento de habilidades, de resolução de problemas e pensamento crítico entre os/as petianos/as de Serviço Social.

Nesta perspectiva, busca-se fomentar uma formação global, integradora, de qualidade que tenha como horizonte a formação cidadã em consonância com a direção profissional do Serviço Social que como prática profissional é, uma especialização do trabalho coletivo na divisão social do trabalho na sociedade capitalista, especificamente na reprodução das relações sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012). A/o assistente social, como trabalhador/a, afirma-se como profissional inscrito/a na divisão sociotécnica do trabalho e como executor/a de serviços sociais, a exercer suas funções/atribuições tendo em vista o enfrentamento das manifestações da questão social.

Desta forma, em consonância com os objetivos profissionais do Serviço Social, o PET de Serviço Social da UFPI, objetiva desenvolver atividades acadêmicas de qualidade, de natureza coletiva e interdisciplinar de forma a contribuir com a elevação da qualidade da formação acadêmica das/os estudantes de graduação do curso de Serviço Social, de forma elevar a qualificação técnica e científica, atuando na formulação de novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior e de modo a introduzir novas práticas pedagógicas na graduação que possibilite a formação de um profissional crítico

e comprometido com a justiça social e o desenvolvimento humano.

Deste modo, considerando o perfil crítico do Serviço Social orientado pelas Diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social ABEPSS, o PET apresenta possibilidades de construção de uma formação crítica e de inserção de atividades de extensão, ensino e pesquisa que contribuam com a aproximação da realidade social, capaz de desvelar as manifestações da questão social, objeto de intervenção e estudo do Serviço Social.

Nesta perspectiva, o PET de Serviço Social da UFPI, propôs como estratégia pedagógica vinculada ao eixo pesquisa, a produção de um E-book sob a supervisão e orientação da tutora (professora Iracilda Braga). A ideia consiste na sistematização de conhecimento a partir das vivências das petianas/os nos GT's e no aproveitamento de seus estudos na iniciação científica e no TCC.

Deste modo, diante dos desafios à questão social em tempos de COVID-19 (ainda presente nos dias atuais) o PET de Serviço Social apresenta suas contribuições através do E-book **“PET Serviço Social: produções e vivências em tempos de (pós)pandemia da Covid 19”** ao tempo que convida todos ao enfrentamento das manifestações da “questão social” e ao firme propósito de fortalecer o compromisso ético com a democracia, a cidadania e a justiça social.

A todas, todos e todes, nossas contribuições...

Iracilda Braga.

CAPÍTULO I

Os impactos da pandemia e do ensino remoto na formação acadêmico-profissional no Serviço Social

Gleyson Willian Silva Carneiro
Melissa Flavia de Oliveira Rodrigues

RESUMO: Neste artigo, propomos analisar as influências do contexto pandêmico junto a crise do capital na execução do ensino remoto e os desafios impostos aos discentes e docentes de Serviço Social em universidades públicas, expondo os impactos da pandemia no sistema de ensino, em particular no Brasil, em que se alargou às expressões da questão social em um cenário de contrarreformas neoliberais. Outrossim, na pandemia, com a estratégia de ensino remoto, facilitou-se a submissão do sistema educacional às “normas do mercado” e o ensino privado. Ademais, a instauração do ensino remoto trouxe imbrólios aos discentes e docentes de serviço social nas universidades que comprometem a efetivação da aprendizagem do Serviço Social com qualidade. Para tanto, a metodologia utilizada consistiu em estudo bibliográfico e documental, com reflexões sobre o ensino remoto emergencial nos cursos de Serviço Social em instituições de ensino superior públicas, em um contexto pandêmico e de crise do capital.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia; Ensino Remoto; Serviço Social.

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2020, é marcado pelo início da disseminação exponencial do vírus da Covid-19, a transmissão da doença mundialmente aconteceu de forma veloz e inesperada. Dessa forma, muitas pessoas foram infectadas pelo vírus pela falta de conhecimento acerca do que estava acontecendo, e no Brasil isso foi fortalecido pelo negacionismo por parte do Governo Federal, que utilizou a “contaminação por rebanho” como estratégia para combater a doença. Com isso, observou-se uma demora na elaboração de respostas eficientes e comprovadas cientificamente para a diminuição das mortes por conta do vírus e seu contágio em massa, e na lentidão na compra das vacinas, mostrando uma completa ineficiência na gestão da crise sanitária que se alargava mês a mês.

Os impactos que a pandemia ocasionou no mundo foram diversos, em particular no Brasil ela alargou as expressões da questão social a exemplo da fome com o desemprego em massa, falta de acesso à saúde, educação, assistência social entre outras expressões que foram afiadas nesse momento. Assim, se vê a expansão de uma crise sanitária, econômica e social atingindo principalmente as camadas mais vulneráveis da população brasileira. Além disso, outro setor muito atingido por toda a conjuntura da pandemia foi o ensino, onde o acesso ao ensino de crianças e adolescentes foi prejudicado pela estratégia de ensino remoto. Portanto, o ensino remoto foi oportuno para se configurar como mais uma contrarreforma no âmbito educacional, ou seja, ele fortaleceu o desmonte do ensino público de qualidade através da falta de condições objetivas para que se pudesse ter a universalidade de acesso às tecnologias da informação.

Do mesmo modo, a realidade do ensino superior é repleta de desigualdades, que se explica pelo grande número de instituições de ensino superior (IES) pertencerem a grandes em-

presas, que estimulam o ensino a distância (Ead), dificultando assim o acesso universal ao ensino superior e continuidade de um ensino de qualidade. Além disso, o ensino remoto dentro das IES, foi imposto sem qualquer discussão com a comunidade acadêmica (FARAGE, 2021). Desse modo, o Serviço Social também teve a sua formação acadêmica atingida pela pandemia, ao aceitar o ensino remoto como saída para a continuidade da formação perante o isolamento social.

Então, a formação acadêmica-profissional do Serviço Social já vinha sofrendo diversos ataques à sua qualidade, devido ao crescente número de instituições de ensino que ofertam o curso em caráter de ensino a distância. Além disso, o ensino em caráter remoto também afetou a saúde mental tanto dos discentes como dos docentes, onde ambos tiveram a carga de trabalho muito além do comum e assim provocou uma sobrecarga de produtividade onde o horário de descanso era confundido com o de trabalho. (FARAGE, 2021)

A metodologia utilizada consistiu em estudo bibliográfico e documental, sendo que o artigo está estruturado em três partes, a primeira apresenta como de que forma a crise do capital e suas contrarreformas neoliberais encontram-se atingindo o ensino superior público, a segunda, busca trazer reflexões acerca de como se deu o processo de ensino remoto emergencial no curso de Serviço Social, trabalha as consequências na formação acadêmica profissional e como a comunidade acadêmica foi atingida, e, a terceira, trabalha as consequências na formação acadêmica profissional e como a comunidade acadêmica foi atingida.

2. CRISE DO CAPITAL NA EXECUÇÃO DO ENSINO REMOTO

A pandemia ocasionada pela covid-19 escancarou as de

mazelas sociais presente na sociedade e alargou as expressões da questão social, estas que nasceram a partir da análise crítica das contradições postas pelo modo de produção capitalista e suas implicações para sociedade (FRANÇA, 2022), tendo como corolário um conjunto de crises que são nefastas para a desenvolvimento das relações sociais e para o bem-estar social, sendo estas a própria crise do capital, uma crise social, econômica e política. Como afirma Irineu e Silva (2021), que a partir da análise do capitalismo é possível explicar todas as dimensões da crise política, econômica e sanitária ao associar as necessidades para a proliferação do modelo e suas inferências no mundo.

Com base nisso, a década de 70 é marcado com o início de uma imensa crise do capital, dentre as diversas sofridas pelo sistema ao longo de sua trajetória, trazendo à tona o aprofundamento e à visibilidade de suas contradições fundamentais, que resultou em grandes impactos para a sociedade e as relações sociais, explicitando que inexistência de equilíbrio no sistema capitalista e que é inerente a esse modo de produção o desenvolvimento desigual (Mandel:1990 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2017).

É válido ressaltar, portanto, que essa reconfiguração do capitalismo trouxe em seu interior as consequências mais nocivas para a classe trabalhadora num ambiente de desvalorização e regressão total de direito, em especial os trabalhadores, com uma superexploração da massa trabalhadora na era digital, além de longas jornadas de trabalho com diástase entre o trabalho formalizado e com carteira assinada para um crescimento dos modos informais, terceirizados e precarizados, tendo em vista a elevação do exército industrial de reserva.

Na atualidade brasileira, se observa um aumento expressivo da lógica neoliberal e da extrema direita, onde se observa diversos retrocessos nas áreas econômicas, políticas e sociais, isto é, com uma agenda neoliberal verifica-se a mer-

cantilização de políticas para o benefício do capital (CARDOSO; CANÊO, 2021). Entretanto, a pandemia da COVID-19 não pode ser tratada como a responsável pela crise do capital, e sim como uma agravante para os processos que já vinham sendo impostos pelas contrarreformas do Estado. Segundo Raichelis e Arregui (2021, p.139)

A ideia central de nosso argumento é que a crise sanitária desnudou a forma pela qual o capitalismo vinha respondendo às suas crises há cerca de quatro décadas, desde os anos 1970, como estratégia do capital para reverter a queda tendencial das taxas de lucro, em um movimento estrutural de superprodução e subconsumo. (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 139)

As crises no capitalismo não podem ser tratadas como algo eventual, uma vez que se observa inúmeras crises durante as últimas décadas, crises essas que buscam a mudança no modo de produção para atender a demanda do mercado, e assim, possa gerar maior lucratividade (RAICHELIS; ARREGUI, 2021). Nesse sentido, essa investida neoliberal em curso no Brasil segundo Antunes (2018) vai se mostrar ainda mais feroz com o processo da indústria 4.0 que vai colocar os serviços de plataformas digitais como uma boa alternativa para o capital através da *uberização* do trabalho.

Desse modo, com a pandemia do COVID-19, nota-se um aumento da oferta de serviços a partir de plataformas digitais, com a ideia de aumentar a produtividade e por consequência a lucratividade. Da mesma forma, o ensino superior também vem incorporando uma organização do trabalho docente e discente através de meios de tecnologia, onde no período de ensino remoto foram usados como estratégia para o momento, porém ainda se observa a persistência desses métodos.

Portanto, é mediante esse quadro epidêmico e de crise do

sistema capitalista que se instaura a modalidade remota, como forma de continuação da vida em sociedade e solução para a estagnação da economia, visando o funcionalismo do sistema capitalista, ao impor o home office como nova modalidade de trabalho e o ensino remoto como alternativa para o prosseguimento da aprendizagem nas escolas, faculdades e universidades (FARAGE; COSTA; SILVA, 2021).

Essas estratégias boladas para a continuidade do capital em meio a uma pandemia, em especial o ensino remoto, foi premeditada sem a devida análise e considerações com o rumo da aprendizagem e as consequências para os discentes e docentes nos ambientes educacionais, de forma a gerar um nítido aumento das desigualdades já existentes no ensino e na qualidade de formação.

A execução do ensino remoto emergencial, aprofundou os debates sobre a qualidade do ensino, uma vez que o contexto pandêmico juntamente com a crise capitalista vigente no período estimularam reforços de mecanismos ideológicos que facilitam a submissão dos profissionais às “normas do mercado”, resultando em um processo de despolitização da educação, voltando-se a nova forma de mercantilização e privatização do ensino, visando o lucro, tendo como corolário a precarização do ensino e do trabalho profissional (IAMAMOTO, 2008).

De acordo com Raichelis e Arregui (2021, p. 145)

No quadro pandêmico atual, o que era residual e embrionário, como o trabalho remoto ou o teletrabalho, generalizou-se como o “novo normal” — que não deve ser naturalizado —, exigindo acompanhamento crítico, pois certamente muitas dessas modalidades de trabalho, adotadas na situação de excepcionalidade, tendem a permanecer mesmo após a pandemia, inclusive no trabalho docente. Trata-se de um conjunto de novas situações de trabalho impos-

tas de cima para baixo na maioria das instituições, mesmo nas universidades (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 145).

Assim, através das mudanças no mundo do trabalho as TICs se tornam um fator para a precarização da prática profissional dos assistentes sociais, de modo que, se estende em todos seus espaços sócio-ocupacionais e por consequência no trabalho docente nos cursos de Serviço Social (RAICHELIS; ARREGUI, 2021).

Logo, a lógica mercadológica no trato de políticas públicas chega à esfera da educação, verificando-se inúmeras contrarreformas no ensino superior, ou seja, uma formação que atenda as demandas do mercado (CARDOSO; CANÊO, 2021). Desse modo, a educação superior se torna uma mercadoria lucrativa do Estado, onde a mesma poderá ser explorada pelos grandes conglomerados da educação, sendo a formação profissional diluída em apenas uma mercadoria (BENATTI; MUSTAFA, 2021).

3. ENSINO REMOTO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL

No momento em que os números de casos de infecção da Covid-19 começaram a aumentar exponencialmente, muitas universidades determinaram a suspensão das aulas e do calendário acadêmico da instituição, mas poucas universidades aderiram ao ensino remoto num primeiro momento. Contudo, com a disseminação do vírus crescendo mês a mês, e as medidas de isolamento social ficando ainda mais rígidas, a maioria das universidades públicas resolveram aderir ao ensino remoto. De acordo com Farage (2021)

O ensino remoto emergencial deve ser compreendido como um dos elementos do proces-

so de contrarreforma da educação em curso no Brasil e em toda a América Latina. Não só porque impulsiona um novo modelo de educação, que nem pode ser considerado educação a distância, como regulamentada no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, mas também porque é fruto de uma modalidade de trabalho docente adequado ao processo de reestruturação produtiva e precarização do mundo do trabalho que esvazia o sentido do fazer profissional dos professores universitários (FARAGE, 2021, p. 55).

Nesse sentido, observa-se que a implementação do ensino remoto emergencial de forma unilateral, ou seja, sem a consulta com a comunidade acadêmica acerca da questão e tão pouco de que forma seria a operacionalização dessa medida emergencial (FARAGE, 2021). Desse modo, muitos docentes e discentes foram prejudicados pela falta de acesso a tecnologias da informação adequadas para a execução das aulas, de forma que esse método de ensino traz consigo toda a precarização que se já vem se mostrando como realidade no ensino a distância. Segundo Farage, Costa e Silva (2021, p. 228)

Vale destacar que, mesmo na modalidade da educação a distância, as atividades remotas não são exclusivas, havendo previsão de encontros presenciais com os denominados tutores. No ensino remoto emergencial (ERE), o processo de ensino-aprendizagem é exclusivamente mediado pela tecnologia. Essa estratégia de modalidade de ensino a distância que, em nossa avaliação, provoca um rebaixamento da qualidade de ensino, é considerada pelo capital como uma forma de reduzir custos, certificar em larga escala e esvaziar o sentido pleno do processo de ensino-aprendizagem, fortalecendo uma perspectiva educacional de adaptação à ordem e ao estabelecido que se encontra e fortalece a

perspectiva anticiência da extrema direita em ascensão (FARAGE; COSTA; SILVA, 2021, p. 228).

Logo, a formação acadêmica-profissional em Serviço Social também foi afetada pela modalidade de ensino remoto emergencial, ainda mais que a formação vem sendo atacada através do ensino a distância que se apresenta comumente em IES particulares (IAMAMOTO, 2009). Nesse sentido, o que se observa é um esvaziamento do sentido didático pedagógico no processo de ensino e aprendizagem dentro dessa modalidade de ensino remoto emergencial, ao passo que também impossibilitou o estágio supervisionado, o mesmo sendo uma das atividades indispensáveis integradoras do currículo (FARAGE, 2021). Dessa maneira (2021, p. 62) traz:

Vale registrar que o currículo dos cursos de Serviço Social prevê componentes que ultrapassam as paredes das salas de aula. Assim, a formação profissional se pauta na indissociabilidade entre ensino- -pesquisa-extensão, necessitando dos espaços formativos de debates, seminários, cursos e também da organização autônoma do movimento estudantil. Sim, o movimento estudantil também forma! As assembleias discentes, os encontros de estudantes de Serviço Social, as atividades de paralisação e as greves de docentes e discentes também são formativas. Essas experiências, assim como os projetos de extensão com interação com comunidades, quilombolas, ribeirinhos, mulheres, periferias, povos indígenas, LGBTTI+, possibilitam aos estudantes experienciar, hoje, o que Gramsci (2001) identificou como o germe do amanhã. (FARAGE, 2021, p. 62).

Assim, durante a implementação do ensino remoto emergencial, IES públicas se manifestaram contra essa modalidade

de ensino, como também, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), demonstrando o posicionamento do Serviço Social contra modelos de ensino que possam prejudicar a formação profissional (FARAGE, 2021). Desse modo, a modificação de ensino presencial pelo ensino remoto, acaba atingindo o projeto ético político do Serviço Social, o qual determina uma formação acadêmica profissional de qualidade, ou seja, que abranja todos os núcleos de fundamentação presentes nas diretrizes curriculares da ABEPSS e reconheça o estágio como parte indispensável do processo formativo.

4. OS DESAFIOS IMPOSTOS AOS DISCENTES E DOCENTES DE SERVIÇO SOCIAL EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS

O serviço social é uma profissão inscrita na divisão socio-técnica do trabalho ensejada em um viés crítico para desvendar as contradições postas pelo sistema capitalista, embasada no seu projeto ético-político comprometido com a defesa de direitos, democracia, cidadania e justiça social que visa a compreensão da realidade para o desenvolvimento de sua intervenção respondendo às necessidades da classe trabalhadora. Sendo assim, os assistentes sociais são profissionais extremamente capacitados para trabalhar com as suas demandas diversas desde que esteja alicerçado no seu projeto profissional -composto pelo código de ética, diretrizes curriculares e lei que regulamenta a profissão - e sua competência crítica que supõe, conforme Iamamoto (2009):

a) um diálogo crítico com a herança intelectual incorporada pelo Serviço Social e nas autor-representações do profissional, cuja porta de entrada para a profissão passa pela história da sociedade e pela história do pensamento social na modernidade, construindo um diálogo fértil

e rigoroso entre teoria e história; b) um redimensionamento dos critérios da objetividade do conhecimento, para além daqueles promulgados pela racionalidade da burocracia e da organização, que privilegia sua conformidade com o movimento da história e da cultura. [...] Exige um profissional culturalmente versado e politicamente atento ao tempo histórico; atento para decifrar o não-dito, os dilemas implícitos no ordenamento epidérmico do discurso autorizado pelo poder; c) uma competência estratégica e técnica (ou técnico-política) que não retifica o saber fazer, subordinando-o à direção do fazer (IAMAMOTO, 2009, p.4)

Em decorrência disso, o cenário pandêmico e a adoção do ensino remoto impõe importantes desafios para a formação ética-profissional dos acadêmicos de Serviço Social, colocando em xeque a qualificação do ensino, a saúde mental dos estudantes e o seu futuro profissional, além disso produziu imbróglis para no trabalho dos docentes nas universidades públicas tais quais: o agravamento da precarização do exercício profissional, aumento da jornada de trabalho que por consequência gerou adoecimento dos docentes, como também os desafios de conectividade e a acesso a instrumentos tecnológicos que assolaram tanto os estudantes como os professores nessa conjuntura.

O ensino remoto instaurado em meio a um contexto de afloramento dos ideais neoliberais de regressão de direitos ensejou um caos ao fixar-se fortuitamente no sistema educacional brasileiro, desmascarando o grande déficit do modelo, tendo em vista a força das contradições do capitalismo no país em decorrência de sua construção sócio-histórica desigual da sociedade. Destarte, com a pandemia as universidades precisaram reformular-se de modo a adequar-se à nova modalidade de ensino em que agora as atividades pedagógicas são mediadas pelo uso da internet, em função das restrições impostas pela co-

vid-19 para minimizar os impactos na aprendizagem advindos do ensino presencial (BEHAR, 2020).

Com base nisso, as consequências dessa modalidade aos discentes de serviço social das universidades públicas foram preocupantes, dado que a transição para as plataformas digitais instaurou grandes obstáculos para a efetivação do tripé de ensino, pesquisa e extensão no meio acadêmico, ameaçando a qualidade do ensino e à materialização das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), levando em consideração que as cargas horárias se tornaram mais extensas e cansativas em que a atenção dos alunos e sua participação nas aulas foram prejudicadas, ademais, os espaços inadequados para estudo dificultou a concentração dos estudantes e profissionais em suas tarefas tendo como corolário um declínio da saúde mental destes por se sentirem incapazes e inseguros, com explanado em:

um estudo realizado por Deng et al(2021) incluiu 89 estudos para a sua amostra final em uma revisão sistemática onde os distúrbios de depressão foram encontrados em 34%, os de ansiedade em 32% e os distúrbios de sono 33% quando comparados ao período pré pandêmico. Outros fatores contribuíram para o aumento dos sintomas de ansiedade e depressão nos universitários, entre eles a redução da carga horária em alguns cursos e o distanciamento social também contribuíram cada vez mais para os riscos de desenvolvimento e agravamento de doenças mentais nos universitários (BARROS; VALÉRIO; SILVA; PECORELLI; PORTO; SILVA, 2021, p. 5)

Em consonância, o exercício profissional dos docentes de Serviço Social perpassa por diversos imbrólios que precarizou, informatizou e *uberizou* seu trabalho, tendo em conside-

ração o aumento da jornada de trabalho sem auxílio das instituições - situação expressa pela não dissociação entre tempo de trabalho e tempo livre na pandemia, da conspicuidade quanto a ausência auxílio da universidade para compor equipamentos e internet, somado a falta de compreensão quanto ao preenchimento de prazos, além disso a necessidade de reinventar nova metodologia para o ensino na pandemia, a desvalorização do professor, o adoecimento mental e físico dos profissionais são alguns dos principais imbróglis ocasionados pela pandemia e a imposição do ensino remoto, como reitera a ABEPSS; CFESS; CRESS-RJ; ENESSO (2020), ao afirmar que:

as propostas de Ensino Remoto Emergencial (ERE) apresentadas nas universidades do Brasil possuem visíveis fragilidades, em suas bases legais e em seus pressupostos pedagógicos e de planejamento das atividades de ensino, acentuando as tendências à improvisação e à desqualificação do processo, responsabilizando individualmente a docentes e discentes por garantir o processo de aprendizagem.[...] Além de impor às/aos mesmas/os uma jornada de trabalho, muitas vezes, interminável que não permite mais separar o que é trabalho e o que é vida privada. (ABEPSS; CFESS; CRESS-RJ; ENESSO, 2020, p.307-308)

À vista disso, é compreensível que a pandemia e a instauração do ensino remoto trouxe consigo importantes desafios aos discentes e docentes de serviço social nas universidades públicas que comprometem a efetivação da aprendizagem do Serviço Social com qualidade pautado na luta pelos direitos e emancipação humana, um desrespeito com a dignidade dos profissionais docentes e seus direitos básicos, juntamente com a responsabilização de docentes e discentes pelo processo de aprendizagem, situação essa que influencia nocivamente a re-

tomada ao modelo presencial.

CONCLUSÃO

A vista disso, observamos que o ensino remoto foi utilizado como uma alternativa para que o ensino não ficasse parado por tempo demais, porém como foi supracitado, essa estratégia foi escolhida em muitas universidades de forma unilateral, sem a participação da comunidade acadêmica. Dessa forma, deve-se entender o ensino remoto além da perspectiva de uma alternativa para a continuidade da formação em uma situação emergencial, mas sim, deve-se olhar quais condições objetivas foram colocadas para que essa formação acadêmica-profissional fosse executada com qualidade.

Além disso, as contrarreformas que a crise do capital atrelada ao neoliberalismo impõe um aumento expressivo nas expressões da questão social, ou seja, a parcela da população subalternizada é a mais atingida com a crise do capital, onde na figura da crise pandêmica trouxe o desemprego e a falta de acesso à saúde.

No ensino superior, vem afetando diretamente o trabalho docente e discente, como também a própria existência de um ensino público que busque uma formação contínua e de qualidade, onde o horizonte não é fechar as portas das universidades públicas, mas sim entregar a educação para o mercado. Desse modo o ensino privado ganha forças dentro dessa conjuntura, sendo justificado através da desqualificação do ensino público.

Logo, deve-se pensar a formação em Serviço Social alinhada com o projeto ético-político da profissão e duas dimensões ético-política, teórico-metodológico e técnico-operativa, com também, com as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, de forma que esse processo formativo tenha um viés crí-

tico. Do mesmo modo, mostra-se indispensável que a categoria de assistentes sociais juntamente com as entidades representativas, fortaleçam o debate sobre como se deu o processo formativo no ensino remoto e de que formas se pode fortalecer a formação acadêmica-profissional.

REFERÊNCIAS

ABEPSS; CFESS; CRESS-RJ; ENESSO. **TRABALHO E ENSINO REMOTO EMERGENCIAL**. Temporalis, Brasília (DF), ano 20, n. 40, p. 306 - 312, jul./dez. 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves; CANÊO, Giovanna. **DESAFIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL CRÍTICA EM TEMPOS DE PANDEMIA, NEOLIBERALISMO E CONSERVADORISMO**. Temporalis, v. 21, n. 41, p. 70-86, 2021.

BEHAR, Patrícia Alejandra. **“O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância”**. Jornal da Universidade [06/06/2020]. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br>>. Acesso em: 25/11/2022.

BEHRING, E. R. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo : Cortez, 2017

BARROS, G. M. M; VALÉRIO, F. C. E. P; SILVA, M. H. F. D; PECORELLI, D. G; PORTO, V. U. N; SILVA, L. A. **Os impactos da Pandemia do COVID-19 na saúde mental dos estudantes**. Research, Society and Development, v.10, n.9, e 47210918307, 2021.

BENATTI, L. P. S. & MUSTAFA, P. S. (2016). **Privatização e precarização da política de educação superior no Brasil – impactos para a formação profissional em Serviço Social**. Temporalis, 16(32), 141-158.

FARAGE, E. J.; COSTA, A. J. S.; SILVA, L. B. **A educação superior em tempos de pandemia: a agudização do projeto do capital através do ensino remoto emergencial.** *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 13, n. 1, p. 226-257, 2021.

FARAGE, Eblin. **Educação superior em tempos de reprocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social.** *Serviço Social & Sociedade* [online]. 2021, n. 140.

FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho. **A CONFIGURAÇÃO DO CAPITALISMO E A QUESTÃO SOCIAL NA REALIDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA.** In: *Questão social, direitos e políticas públicas na realidade brasileira contemporânea*. Teresina : EDUFPI, 2022. P. 37-56

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na cena contemporânea.** In. CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS/ ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. (2008). **O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional.** São Paulo, SP: Cortez.

IRINEU, B. A.; SILVA, L; TEIXEIRA, R; BRETTEA, T, CLOSS, T. **Crise do capital e pandemia: impactos na formação e no exercício profissional em serviço social.** *Temporális*. Brasília (DF), ano 21, n. 41, p. 7-18, jan./jun. 2021. P.12.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola Carbajal. **O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia.** *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 140, p. 134-152, 2021.

CAPÍTULO II

Entre o silenciamento e a urgência das discussões étnico-raciais nas diretrizes curriculares do Serviço Social: problematizando o lugar das questões étnico-raciais no processo formativo do/a Assistente Social

Hellen Beatriz da Silva Araújo
Maria Clara Lima e Silva
Vívian Maria Almeida de Amorim

RESUMO: Este artigo tem por finalidade discutir sobre a expressão da questão étnico-racial no processo de formação acadêmica do curso de Serviço Social. Nessa perspectiva, o texto discorre sobre o lugar das discussões étnico-raciais na graduação, as experiências do Programa de Educação Tutorial (PET) do Serviço Social na Universidade Federal do Piauí (UFPI) e os avanços propostos pelo novo Projeto Pedagógico do curso. Para a construção do debate proposto no presente trabalho, realizou-se uma revisão bibliográfica de artigos, livros e documentos pertinentes à temática. Desse modo, as contribuições oferecidas visam somar para a promoção da perspectiva antirracista na formação do assistente social.

Palavras-Chave: Serviço Social; questão étnico-racial; assistente social.

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre a questão étnico-racial constitui-se como uma discussão importante e cara para o Serviço Social brasileiro. Contudo, o espraçamento da temática no interior da categoria encontra barreiras que somam para a invisibilidade da questão étnico-racial e, por consequência, a formação de profissionais incapacitados que se distanciam da promoção dos princípios integrantes do código de ética profissional.

Assim sendo, o presente artigo visa a discussão sobre o debate étnico-racial no processo formativo no interior do espaço acadêmico. Considerando a temática central, o documento foi dividido em três seções de desenvolvimento que tratarão sobre o lugar da questão étnico racial no curso de Serviço Social, as experiências do grupo temático três (GT3) dentro do Programa de Educação Tutorial (PET) Serviço Social da Universidade Federal do Piauí e, somado a isso, a relevância da inserção da disciplina “Diversidades e Desigualdades de Gênero, Raça/Etnia e de Classe” na grade curricular da Universidade Federal do Piauí, pelo novo Projeto Pedagógico do curso, como forma de agregar ao processo formativo discussões urgentes na contemporaneidade. Para a composição analítica dos conteúdos propostos, realizou-se uma revisão bibliográfica de livros e artigos que tratam sobre a discussão étnico-racial e o processo formativo do assistente social, somado ao novo Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí.

Desse modo, o artigo objetiva trazer contribuições sobre a dimensão étnico-racial a fim de proporcionar reflexões que possibilitem a expansão de espaços de diálogo e produções científicas não só no processo de formação acadêmica, mas também no exercício profissional do assistente social, promovendo, assim, o engajamento do Serviço Social na luta antirracista.

2. O PROCESSO FORMATIVO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL E O LUGAR DAS DISCUSSÕES ÉTNICO-RACIAIS

Historicamente os debates sobre as questões étnico-raciais dentro do Serviço Social brasileiro têm sido negligenciados. Em sua emergência na década de 1930 a profissão expressava um caráter conservador, que entendia as expressões da questão social como problemas de ordem moral e religiosa, o que restringia os debates dentro da categoria e inviabiliza neste momento as discussões sobre as questões étnico-raciais. É apenas a partir da década de 1980, com a ascensão de perspectivas mais críticas no Serviço Social brasileiro, que essa realidade é alterada e que esses debates se tornam possíveis dentro da categoria (EURICO, 2013).

A renovação proposta na década de 1980 teve como desdobramentos a criação de documentos norteadores do serviço social brasileiro, como o Código de ética do Assistente Social (1993), a Lei que regulamenta a profissão (1933) e a nova proposta de diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social (1996), que passaram a compor o projeto ético político da profissão apontando para um serviço social mais crítico, politizado e comprometido com um novo projeto de sociedade que se baseava na defesa dos direitos da população. (IAMAMOTO, 2000).

Esses documentos trazem importantes contribuições sobre o debate étnico racial para a profissão, uma vez que o Código de ética (CFESS, 1993) traz como sexto princípio o “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.” e como décimo princípio o “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual [...]”. Determi-

nações que ocorrem de forma tardia dentro da profissão, mas que são consideradas avanços consideráveis.

Outro destaque relevante está presente nas diretrizes curriculares (ABEPSS, 1996) que são divididas em três núcleos temáticos: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional ressalta em seu segundo núcleo, que a análise e apreensão da realidade devem ser feitas tendo como base “os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc.”

Deste modo, são as determinações previstas nas diretrizes curriculares, que tornam possível a discussão, no ambiente acadêmico, sobre a forma particular que o racismo se expressa na realidade brasileira e seus desdobramentos. Também permite entender que a questão racial é central no debate sobre a desigualdade no Brasil conforme afirma Gonçalves (2018):

(...) a questão racial não é apenas expressão da questão social, ela antecedeu e, ao mesmo tempo, sustentou a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro. (GONÇALVES, 2018, p. 515).

Nesse sentido, incluir disciplinas que abordem as questões étnico-raciais é fundamental para que o futuro profissional de serviço social tenha conhecimento da complexidade da realidade sobre a qual irá intervir, amplie sua visão sobre a população usuária e construa alternativas efetivas frente às demandas dessa população. Para que isso seja possível (IAMAMOTO, 2000, p.49) destaca que “Exige-se um profissional qualificado,

que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade.”

Porém, para além da análise em momentos isolados, também é importante abordar os temas relacionados às questões étnico-raciais a partir da perspectiva da transversalidade, ou seja, entendendo que esses debates devem estar presentes durante todo o processo formativo: nas disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares. É nesse sentido que Santos e Meirelles (2019) afirmam que,

Considerando que as Diretrizes Curriculares (CFESS, 1996) não abordam o contexto étnico-racial em toda grade curricular. Esta dimensão aparece especificamente em alguns módulos distintos, permitindo que a lacuna da discussão racial esteja presente em dados momentos da estrutura curricular na formação acadêmica. (SANTOS; MEIRELLES, 2019, p.23).

Tendo em vista as reflexões propostas até o momento, o tópico seguinte busca refletir sobre a importância do eixo temático do GT3 – Problematizando as relações sociais: questões étnicas, que faz parte do PET Serviço Social, e suas contribuições para o debate da questão étnico-racial no âmbito do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí.

3. A EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL E A TEMÁTICA ÉTNICO RACIAL

Sabendo que o processo formativo deve contemplar as esferas do Ensino, Pesquisa e Extensão, o Programa de Educação Tutorial (PET) segue com o objetivo de aprimorar e qualificar o processo de formação dos discentes, os aproximando de novos horizontes e realidades. Nesse sentido, na Universidade Federal do Piauí o programa conta com dez grupos PET e den-

tre esses o PET - Serviço Social que desde 2009, contribui na formação de futuros/as assistentes sociais. Atualmente, o PET - Serviço Social conta com quatro grupos temáticos e esses são sistematizados e divididos por temas de grande relevância no campo do Serviço Social e na compreensão da sociedade como um todo, temáticas ligadas a formação profissional e cotidiano acadêmico institucional; ao Processos de trabalho e garantia de direitos; as relações sociais: expressões de etnia e gênero e violência de gênero.

A proposta que encontramos nas ações e movimentos idealizados, projetados e executados pela equipe de discentes junto a tutora do programa, a Dra. Iracilda Alves Braga, é a de diversificar o conhecimento acadêmico trazendo de forma dialógica as experiências da realidade social, à medida em que resgatamos das demandas da contemporaneidade temáticas caras a nós acadêmicos e membros da sociedade civil. O PET Formação composto pelos Estudos Temáticos dos Grupos de Trabalho do PET, configura-se como espaços de aprendizagem através da leitura de textos de modo a aprofundar o conhecimento sobre determinadas temáticas que exigem maior reflexão do conteúdo, relacionadas aos Grupos de Trabalho do PET de Serviço Social. O estudo é realizado periodicamente e sistematizado a partir dos temas de interesse dos Grupos de Trabalho (GT's) do PET de Serviço Social.

Assim, os textos escolhidos contemplam as discussões urgentes na contemporaneidade, como as questões que envolvem as relações de raça e gênero. Nessa perspectiva, Iamamoto (2000) quando trabalha sobre o Serviço Social na Contemporaneidade destaca que para que a formação profissional e os processos de trabalho sejam analisados e compreendidos, é indubitável que a realidade seja compreendida de forma ampliada, pelo olhar atento a formação sócio-histórica da sociedade, as dinâmicas e os movimentos do tempo histórico e contexto

no qual está inserido/a, fazendo com que pensemos a realidade com olhares ampliados, haja vista atentando-se para compreender as diversas formas da questão social e de que forma elas se expandem na sociedade contemporânea.

Dessa forma, temáticas ligadas ao gênero, a violência, as relações étnico raciais se revelam como grandes e urgentes demandas que se fazem necessárias dentro do Programa de Educação Tutorial de Serviço Social. A exemplo das questões étnico-raciais, o PET-Serviço Social ao longo dos anos tem ampliado as discussões que envolvem a pauta através de estudos de grupo, realização de Seminários, Palestras e através da proposta do projeto PET na Comunidade que tem por finalidade criar Espaços de interação com a comunidade estudantil e extra muros, no qual se propõe a vivência no espaço do outro e a possibilidade de integrar o outro ao espaço universitário, que contempla além dos Seminários temáticos, atividades como CINEPET cujo o objetivo é levar através do cinema ganchos de discussão e debate. A atividade foi realizada no mês de novembro de 2022 e fez parte da programação do mês da Consciência Negra e contou com a colaboração com o debatedor professor Dr. Wanderson Lima Torres (UESPI) e da mestrandia Lara Danutta (PPGPP).

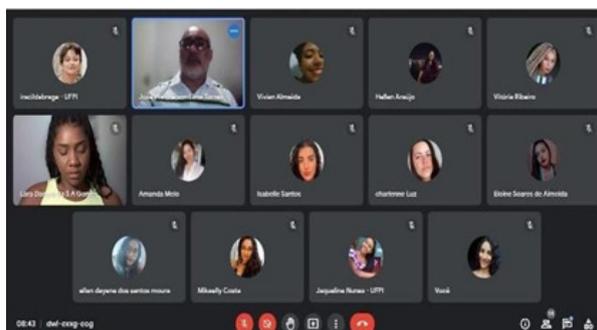


Imagem 1: Registro da atividade realizada pelo GT -3 CINEPET “Filme Corra!”, Arquivo Pessoal, 2022.

A experiência no PET- Serviço Social no ano de 2022 contou com o resgate de importantes temas ligados à questão racial, ao gênero e as suas vinculações com o Serviço Social. A princípio, nos momentos de estudo temático resgatamos obras como a de Lélia Gonzalez “Porum Feminismo Afro latino-americano” enfatizando a importância de compreendermos a realidade da mulher negra imersa em uma sociedade de classes, pactuada por uma gama de formas de discriminações e preconceitos contra a população negra. Além disso, as atividades foram desenvolvidas também através de um processo de reflexão sobre as datas simbólicas relacionadas ao Serviço Social e Direitos Humanos, pela qual nos possibilita percebermos a importância de cada marco simbólico para formação profissional e a entendermos porquê estão alinhadas ao Projeto Ético-Político profissional

O planejamento contou com ações voltadas a Seminários e Palestras onde abrimos espaços para discussões e contribuições de Professores/as, Pós-graduandos/as e Graduandas interessados na abordagem. Tendo ciência do conflituoso processo de silenciamento das questões étnico-raciais, buscamos através da mobilização e engajamento em nossas ações no programa, lutar contra o apagamento das nossas raízes culturais e históricas, nos ombreando a luta antirracista. O Seminário foi realizado no dia 24 de novembro, na semana da consciência negra, e teve como palestrantes: a estudante do PPGPP Jessyka Rodrigues, a professora Dra. Rosângela Hilário (UNIR) e a professora Haldacy Regina, que juntas somaram experiências e reflexões sobre as questões que envolvem as relações étnico-raciais e de gênero.

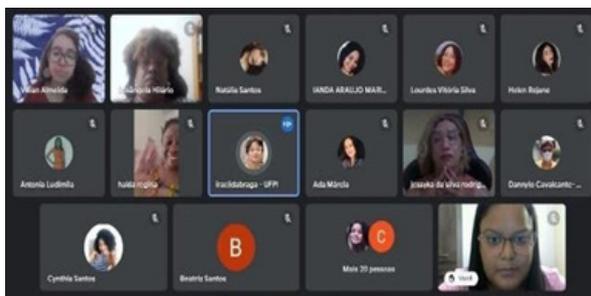


Imagem 2:

4. O PROJETO PEDAGÓGICO E A INSERÇÃO DA DISCIPLINA DIVERSIDADES E DESIGUALDADES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E DE CLASSE NO CURRÍCULO DA GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Iamamoto (2020) aponta que o objeto de trabalho se configura como as expressões da questão social que, no que lhe concerne, caracteriza-se como o conjunto de desigualdades engendradas e potencializadas no modo de produção capitalista. Nesse sentido, a apreensão das experiências dos processos históricos, políticos, culturais e econômicos da realidade dos sujeitos sociais é o campo de atuação do assistente social. Para tanto, o profissional dispõe, durante seu processo formativo, um conjunto de habilidades e conhecimentos, articulados nas dimensões técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica, que se fazem presentes nos núcleos temáticos regularizados pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a saber: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Desse modo, a formação em Serviço Social prioriza os princípios:

- a) Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
- b) Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social;
- c) Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- d) Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
- e) Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- f) Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;
- g) Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
- h) Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- i) Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
- j) Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular;
- k. Indissociabilidade entre estágio e supervisão

acadêmica e profissional. (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 6 -7).

Nesse contexto, compreende-se que o curso de Serviço Social sinaliza para a formação profissional plural e competente para a promoção do acesso a direitos e engajamento nas lutas sociais. Desse modo, visando a atualização do Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), resultado da Portaria nº 66, de 23 de julho de 2010, articula uma nova proposta que aponta para o alinhamento às urgências das demandas da sociedade contemporânea. Sendo assim, ao tratar do caso específico do debate da questão étnico-racial, um avanço notável foi visualizado no novo projeto, dado que a adoção da nova disciplina, em caráter obrigatório, “Diversidade e desigualdades de gênero, raça-etnia e classe”, que apresenta como ementa:

Aportes teórico-metodológicos da diversidade e desigualdades no contexto da articulação das relações sociais de gênero, classe e raça/etnia na sociedade brasileira que incidem na organização doméstico-familiar, no mundo do trabalho, na constituição de sujeitos políticos e demais dimensões das sociabilidades. Serviço Social e relações de exploração/ opressão de gênero, feminismo, raça/etnia e sexualidades. (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, 2022, p. 105).

O reconhecimento da discussão dentro do curso, como um componente curricular, surge das demandas dos discentes do curso de Serviço Social, assim como na movimentação promovida no interior da categoria diante do debate sobre a dimensão racial na profissão, temática urgente e cara para o exercício profissional do assistente social, dado que segundo Gonçalves (2018), a questão racial é o elemento fundante da questão social.

Somado a isso, é importante destacar que a renovação está de acordo com as orientações verificadas no documento “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na Formação em Serviço Social”, de 2018, elaborado pela ABEPSS, que coloca em pauta a necessidade de uma formação antirracista e a importância do debate étnico-racial em consonância com os princípios de respeito à diversidade e eliminação de preconceitos vigentes no código de ética do Assistente Social.

É nessa perspectiva que se objetiva, dentro do processo de formação, a apropriação de discussões da dimensão racial, por parte do corpo docente e discente, que efetivem o compromisso ético e político da profissão, indo, portanto, de encontro a invisibilidade da temática, possibilitando a criação de espaços críticos de aprofundamento teórico na coletividade da profissão, o enfrentamento do racismo estrutural e a promoção de políticas públicas voltadas para o âmbito étnico-racial.

CONCLUSÃO

Em suma, quando identificamos na Contemporaneidade a urgência da discussão vinculada às questões de raça e etnia observamos que a demanda faz parte de um longo processo de aniquilamento e silenciamento dos povos indígenas e afrodescendentes pela qual conferimos ao decorrer da História do Brasil. As questões étnico-raciais passam ainda por conflituoso processo de inserção nas grades curriculares brasileiras e somado a isso a sociedade segue sendo nutrida pelos ideais de opressão, exclusão e discriminação as comunidades indígenas e quilombolas, a mulher negra segue sendo violentada, oprimida e submetida a péssimas condições de trabalho e de vida, os jovens negros sofrem com as ações violentas e genocidas do Estado. Nessa feita, encontramos na realidade brasileira as expressões ampliadas da questão social estampadas e identificamos tam-

bém a necessidade de resgatarmos dentro e fora do ambiente acadêmico os temas urgentes e caros à sociedade.

Dessa forma, o processo de silenciamento segue na tribuna da luta antirracista, do Movimento Feminista Negro e ao movimento de estudantes que fazem do ambiente acadêmico espaços de combate ao silenciamento, por uma educação inclusiva, democrática e antirracista. As experiências acadêmicas de Extensão seguem como espaços e instrumentos de luta, o PET - Serviço Social e o Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí -UFPI, percorreesses novos tempos com olhares atentos.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Cadernos ABESS**, nº 7. São Paulo: Cortez, 1996.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade: Feminismos plurais**. 1.ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993 EURICO, M. C. **A percepção do assistente social acerca do racismo institucional**. ServiçoSocial e Sociedade, n. 114, p. 290-310 abr./jun, 2013.

GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social**. R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo negro latino americano: Ensaios, intervenções ediálogos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IAMAMOTO, M. V. **Questão social no capitalismo**. Revista Temporalis, Brasília, Ano II,n.3, jan/jun, 2021.

_____. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

MINISTERIO DE EDUCAÇÃO, Relatório de Atividades 2022. **SERVIÇO SOCIAL** Cursoespecífico PT UFPI 51680, via SIGPET, 2022.

OLIVEIRA, Juliana Marta. **Serviço Social e o silenciamento das questões étnico-raciais**.SER Social, Brasília, v. 19, n. 41, p. 385-397, jul/dez, 2017.

OLIVEIRA SANTOS, Adriana de; MEIRELLES, Alcimar. **Serviço Social e questão racial: a transversalidade racial no processo formativo de assistentes sociais**. Bahia, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**.Piauí, 2022.

CAPÍTULO III

Problematizando a violência de gênero: um relato de experiência do GT de gênero - PET Serviço Social

Ada Márcia Rêgo Bastos
Ellen Dayene dos Santos Moura
Jayane Maria Ferreira Carvalho

RESUMO: O programa de Educação Tutorial tem por objetivo desenvolver ações que favorecem, ampliam e aprofundam a participação de sujeitos sociais e institucionais, abrangendo o estudo do ensino, pesquisa e extensão. O PET- Serviço Social da Universidade Federal do Piauí foi fundado em agosto de 2009, através do Edital N° 05/2009 – MEC/SESu/DIFES, e desde então vem atuando com base em segmentos técnico- operativos visando conhecer a realidade social, focalizando em objetos de estudo, problematizando e refletindo por meio de grupos de trabalho, buscando assim, uma prática transformadora. O presente relato de experiência visa apresentar a experiência das petianas do GT-4, cujo eixo temático é “Problematizando a violência de gênero, através das ações realizadas no pós-pandemia e como trouxe dinamicidade às atividades do grupo que até então havia apenas desenvolvido tarefas remotamente em razão da COVID-19. Tendo em vista que o desenvolvimento deste programa está firmado no tripé da educação: ensino, pesquisa e extensão, o GT-4 fez a realização de estudos temáticos de forma remota, na fase mais agressiva da pandemia, e recentemente, voltou a atuar presencialmente. Foram realizadas rodas de conversas, de temas variados, sempre utilizando como eixo de pesquisa as relações de gênero, fomentando a conexão de temas transversais que se conectam a questão da violência de gênero, fortalecendo o ensino, a pesquisa e a extensão e consequentemente a qualificação profissional do discente.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-pandemia, Programa de educação tutorial, Extensão.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência do GT-4 dentro do PET- Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. O estudo foi feito através de levantamento bibliográfico, relatórios e arquivos pessoais do PET- Serviço Social e sobretudo por meio das vivências do GT-4, resultantes de atividades e estudos temáticos realizados dentro do programa. Para melhor sistematização do conteúdo, o artigo foi dividido em quatro tópicos: 1. Introdução; 2. O PET de Serviço Social e a problematização da violência de gênero enquanto eixo temático do GT-4; 3. Um debate sobre a questão de gênero nos espaços acadêmicos: as vivências do GT-4 dentro do PET de Serviço Social; 4. Considerações finais.

Com isso, o principal objetivo do seguinte relato é trazer à tona a importância do estudo direcionado à violência de gênero, tendo em vista que se trata de uma das expressões da questão social e conseqüentemente faz parte do cotidiano de trabalho do (a) assistente social, além disso, expor as principais ações desenvolvidas pelo grupo e sua relevância para a continuidade de estudo e pesquisa sobre a temática. Dessa forma, o GT-4 busca problematizar e discutir gênero e suas relações, debatendo sobre a violência na mídia e no cotidiano social.

2. O PET DE SERVIÇO SOCIAL E A PROBLEMATIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO ENQUANTO EIXO TEMÁTICO DO GT-4

O programa de Educação Tutorial (PET) teve seu fundamento em 1979, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, e desde então, mantém-se presente através de atividades no campo do ensino, pesquisa e extensão, o que acaba por exigir ações que ampliam e favorecem estes resultados. O PET Serviço Social, foi implantado

na Universidade Federal do Piauí (UFPI), em agosto de 2009, através do Edital N° 05/2009 – MEC/SESu/DIFES, mas já existia desde 2004, sendo oficialmente regulamentado pela Lei nº11.180, de 23 de setembro de 2005, e pelas Portarias MEC N° 3.385 e N° 1.632, de 25 de setembro de 2006. O PET-Serviço Social possui uma peculiaridade em sua organização: a formação de grupos de trabalho com diferentes eixos temáticos. Entretanto, o presente trabalho será limitado à apenas um grupo de estudo, o GT-4. Com o eixo temático “Problematizando a violência de gênero”. Assim, o Programa de Educação Tutorial-PET, foi fundado objetivando garantir, a participação dos sujeitos sociais e institucionais, tendo como base uma contínua problematização e reflexão acerca da realidade social e acadêmico-institucional.

Aos alunos do curso oportunidades de vivenciar experiências não presentes em estruturas curriculares convencionais, visando a sua formação global e favorecendo a formação acadêmica, tanto para integração no mercado profissional quanto para o desenvolvimento de estudos em programas de pós-graduação (MEC,2006).

A partir disso, é possível dizer que o PET vem para contribuir com o ensino da graduação e despertar o interesse para o acesso a pós-graduação, fomentando a formação profissional e apresentando aos estudantes, atividades de ensino, pesquisa e extensão, em diversas áreas do conhecimento, elevando o ensino, em uma perspectiva científica, ética, responsabilidade social e capacidade de atuação no cotidiano. No âmbito do PET de Serviço Social, o GT-4, visa estudos sobre a violência de gênero, especialmente contra a mulher, fundamentando-se em arcabouço teórico-metodológico que tem como base teorias pluralistas inspiradas sobretudo no movimento feminista

em âmbito nacional e internacional. Para o estudo de gênero e suas relações a fim de problematizar a violência, busca a compreensão de gênero como uma construção social. No cotidiano, entendemos gênero como algo dado, instantaneamente reconhecemos uma pessoa como homem ou mulher e quando alguém foge desse padrão, a sociedade fica escandalizada, transformando-o em um alvo e é justamente através da perspectiva de cumprimento dos papéis de gênero teoricamente estabelecidos pela natureza onde se encontra a raiz das violências. Segundo Connel & Pearse (2015) existem eventos na sociedade que fazem parte de um esforço social para canalizar o comportamento das pessoas, assim

Ideias sobre comportamentos adequados a cada gênero circulam constantemente, não apenas pelas mãos de legisladores, mas também nas atitudes de padres, pais, mães, professores, publicitários, danos de pontas de estoque, apresentadores de talk-shows e Djs (p.38).

Desta forma, é necessário compreender quem é historicamente o público que mais sofre violência, levando em consideração as relações de poder existentes dentro da sociedade, cuja ordem ainda é endocêntrica e estabelece o que seria papel de um homem e papel de uma mulher, sempre limitando a imagem feminina ao espaço privado do lar e exaltando a imagem masculina na cena pública, como por exemplo, no mercado de trabalho e na política. A crítica à essa ordem patriarcal é categoria central para compreender as relações de gênero, assim como as contradições existentes dentro da ordem capitalista, que não divide a sociedade apenas em classes sociais, mas também em gênero, raça e etnia (CARLOTO; LISBOA, 2012), dessa maneira é ressaltada a importância de uma abordagem interseccional, pois além de patriarcal a sociedade brasileira possui

herança escravocrata, que não permite um estudo desvinculado dos eixos, principalmente se o objetivo principal é um estudo social e minucioso.

Falar sobre gênero é também falar de uma ordem capitalista, da existência de uma divisão sexual do trabalho. Desde seus primórdios, o mundo do trabalho carrega diferenciações entre papéis masculinos e femininos, atribuindo à mulher o trabalho doméstico e educação dos filhos e ao homem o papel de ser o provedor da família e mesmo após as mulheres ocuparem o mercado de trabalho empregando as mesmas posições que os homens, o trabalho em casa não foi extinto e nem diminuído. De acordo com Garrido (2020)

O gênero feminino, entretanto, não se viu livre de uma dupla jornada. Conseguir empregos fora do ambiente doméstico, segundo Silvia Federici (2019), não isentou as mulheres de realizar tarefas dentro de casa. Para a autora, “conseguir um segundo emprego nunca nos libertou do primeiro. Ter dois empregos apenas significou para as mulheres possuir ainda menos tempo e energia para lutar contra ambos”. (p.3)

À vista disso, salientamos o papel do Serviço Social nas políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero assim como em muitos setores, os (as) assistentes sociais ainda se apoiam na “naturalização de identidades, papéis e práticas construídas e organizadas a partir de: matrizes identitárias que reforçam a polaridade entre maternidade (mulheres) e provedor (homem)” (CARLOTO; LISBOA, 2012, p12). Isso significa que, como profissionais que lidam diariamente com as expressões da questão social, naturalizar questões estruturais pode ser fatal na intervenção. Além disso, a existência da ineficácia do Estado no trato das violências que têm o gênero como principal motivação, sendo muitas vezes negligente com as vítimas

de violência doméstica, física, psicológica, patrimonial etc. fator que contribui para que não haja a procura pela justiça no momento em que o crime for cometido.

3. UM DEBATE SOBRE A QUESTÃO DE GÊNERO NOS ESPAÇOS ACADÊMICOS

Para compreender a perspectiva de gênero a partir de um olhar totalizante e interseccional é importante para discentes no decorrer de sua formação, compreender as diversas implicações na vida dos (as) usuários (as) e os impactos no exercício profissional no trato com eles (elas) e suas demandas, em especial aqueles (as) vítimas de violência motivada pelo gênero. No decorrer da história vemos mais representações frágeis e inferiorizadas da mulher, fato que acaba contribuindo para a violência doméstica, por exemplo, já que no imaginário social da estrutura patriarcal uma mulher vale menos que um homem e ao analisar a partir da lente da interseccionalidade, é possível perceber que a violência se dá de maneiras diferentes (HAHNER, 1981)

Porventura, dentro dos espaços de formação profissional é possível notar um crescente debate acerca do papel da mulher e da questão de gênero dentro das relações sociais, assim como a importância da inserção de assistentes nos diferentes espaços. Como afirma Carloto & Lisboa (2012):

Há uma crescente demanda nos espaços de formação em abordar o tema em trabalhos de conclusão de curso, monografias de especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado. No processo de supervisão de estágio - nos campos de estágio das áreas da saúde, dos serviços que prestam atendimento as mulheres vítimas de violência, dos programas de combate à pobreza desenvolvidos nos municípios nos quais as beneficiárias são na maioria mulheres

chefes de família - a demanda por essa discussão também é encontrada (p.9)

Em virtude desse crescente debate, o GT-4 (Problematisando a violência de gênero) atua por meio de quatro linhas de ação, se propondo: a) a discutir o gênero e relações de gênero; b) a violência de gênero e suas múltiplas expressões na realidade brasileira; c) a violência de gênero na mídia e no cotidiano social; d) sistemas de segurança pública e de justiça e fluxos de atendimento à violência de gênero. Ou seja, discutir gênero e relações de gênero, com foco na problematização da violência e suas múltiplas expressões na realidade brasileira, explicitando as políticas públicas e os serviços de segurança pública e justiça para seu enfrentamento. Tendo por objetivo geral discutir gênero e relações de gênero, tendo como foco essa modalidade de violência e suas múltiplas expressões na realidade brasileira, explicitando-se as políticas, e objetivos específicos as linhas de ações citadas anteriormente. Nas leituras e exposições dos estudos temáticos os debates se centraram nas formas de combate a violência de gênero por meio de políticas públicas dando um destaque para a interseccionalidade e seu lugar dentro da dinâmica em que ocorre a violência doméstica e intrafamiliar ressaltando os limites dentro da atuação profissional que deve pautar-se na perspectiva totalizante para a vida dos indivíduos e usuários.

3.1. UM DEBATE SOBRE A QUESTÃO DE GÊNERO NOS ESPAÇOS ACADÊMICOS: AS VIVÊNCIAS DO GT-4 DENTRO DO PET SERVIÇO SOCIAL

A produção deste estudo se deu a partir das experiências e vivências no PET- Programa de Ensino Tutorial de Serviço Social (UFPI), composto por acadêmicos voluntários, bolsistas, professores colaboradores e uma professora tutora. O Pro-

grama possui quatro Grupos de trabalho (GT) com eixos que abrangem diferentes temáticas relacionadas às linhas de ação do Serviço Social, por ser um programa de abrangência nacional de atuação em diversas áreas, essa forma de divisão em grupos de trabalho, como os eixos temáticos específicos, é exclusiva do PET Serviço Social - UFPI.

O presente relato de experiência foi construído a partir dos estudos temáticos realizados pelo Grupo de Trabalho que abrange a violência de gênero composto por quatro petianas¹. Foram utilizadas como estratégias de ensino nos estudos temáticos no “pós-pandemia”: rodas de conversa, exposição de trabalhos envolvendo o tema por meio de slides e dinâmicas que estimulam a participação e diálogo com tema. Entretanto, cabe destacar que durante a pandemia as reuniões e estudos temáticos nunca pararam, e sempre ocorreram de forma remota, antes da retomada presencial. A seguir estão elencadas as ações realizadas pelo GT-4 dentro do PET- Serviço Social:

Estudos Temáticos: Os estudos temáticos fazem parte do “PET Formação”, um momento muito importante dentro do PET-Serviço Social, onde todos os grupos de trabalho se encontram para expor e debater sobre determinado eixo temático. Os estudos temáticos do GT-4 sempre são feitos através de roda de conversa, abrindo para fala sempre que necessário, visando um espaço democrático de exposição de ideias.

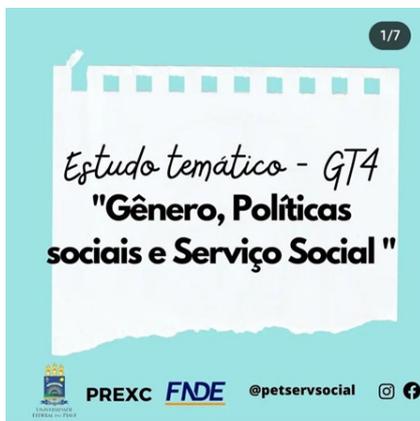
O PET Formação - Estudos Temáticos dos Grupos de Trabalho do PET, configura-se como espaços de aprendizagem através da leitura de textos de modo a aprofundar o conhecimento sobre determinadas temáticas que exigem maior reflexão do conteúdo, relacionadas aos Grupos de Trabalho do PET de Serviço Social. O estudo é realizado periodicamente e sistematizado a partir dos temas de interesse

1

dos Grupos de Trabalho (GT's) do PET de Serviço Social. (RELATÓRIO PET, 2022)

Dentre os temas já expostos pelo GT, estão **“O trabalho doméstico sob uma perspectiva interseccional e a realidade das trabalhadoras brasileiras”**, onde foi destacado o trabalho doméstico como uma atividade desvalorizada e sempre atribuída ao gênero feminino, levando em conta as intersecções de raça e classe para compreender que o peso recai de forma muito mais cruel sobre mulheres negras e pobres. Além desse, também já foi trabalhada a temática **“Gênero, Políticas Sociais e Serviço Social”** onde foi enfatizada a importante discussão de gênero, compreendendo-o como um conceito amplo e como o Serviço Social, presente nas políticas públicas, precisa articular a dimensão teórica e interventiva a partir do entendimento de classe, gênero e raça. Dessa maneira, será possível atender às diferentes expressões da questão social a partir de uma dimensão crítica que leva em consideração esses elementos, fugindo do pragmatismo e compreendendo as inúmeras realidades presentes na sociedade.

Figura 01



FONTE: ARQUIVO PET-SERVIÇO SOCIAL (UFPI)

Ainda, para compreender o contexto da violência dentro do CREAS, o GT-4 realizou estudo temático com o conteúdo “**Famílias, violência e proteção social no CREAS**”, apontando para os segmentos que historicamente são alvos de violência na sociedade: os idosos, mulheres, crianças e adolescentes e como a família pode ser protagonista de atos de violência, por esse motivo apresentamos a violência intrafamiliar como uma expressão da questão social que precisa ser compreendida e enfrentada, frisando a necessidade de estar atento a família em sua complexidade.

Figura 02



FONTE: ARQUIVO PET-SERVIÇO SOCIAL (UFPI)

Postagens: Um canal bastante utilizado pelo PET-Serviço Social, são as redes sociais, principalmente o Instagram. Na referida rede, são postados todos os estudos temáticos realizados pelos GT'S, além do compartilhamento de datas importan-

tes relacionadas ao eixo temático de cada GT. Essa forma de socializar informação faz parte do “PET – Comunicação” que consiste

numa atividade mantida permanentemente pelo PET de Serviço Social objetivando a socialização das atividades e do conhecimento produzido no âmbito Programa e por seus membros. A atividade contempla: as Postagens referentes às datas simbólicas relacionadas as discussões sociais; as postagens referentes aos estudos temáticos e a divulgação de todas as ações do PET de Serviço, os Seminários, o Cine PET, PET investigação, PET em Movimento, dentre outros. (RELATÓRIO PET, 2022)

Dentre as socializações já realizadas pelo GT-4, destacamos as postagens referentes ao dia 17 de maio (Dia internacional contra à LGBTIFOBIA), para além de dar visibilidade ao dia, enfatizar que toda forma de amor é justa e que atos violentos e LGBTIFÓBICOS não devem ser tolerados assim como a violência contra a população LGBTQIA+; ao dia 29 de agosto (Dia internacional da visibilidade lésbica), destacando o processo de invisibilidade que as mulheres lésbicas sofrem dentro de uma sociedade heteropatriarcal, pois a sua sexualidade e as expressões dessa são deslegitimadas e discriminadas. É fundamental lembrar e visibilizar esse dia para a categoria profissional e toda a sociedade; ao dia 23 de setembro (Dia internacional contra a exploração sexual e tráfico de crianças e mulheres), considerando que globalmente as crianças, em sua maioria, são vítimas de tráfico para realizarem trabalho forçado e também para fins de exploração sexual e esse número aumenta ainda mais quando são vítimas do sexo feminino.

Além dessas postagens, o GT-4 realizou no dia 29 de janeiro de 2023, em nome de todo o PET de Serviço Social, uma

postagem referente ao caso de Janaína Silva Bezerra, fazendo um chamado para que todos participassem dos atos que pediam justiça por Janaína, estudante da Universidade Federal do Piauí que foi encontrada sem vida dentro da instituição. Janaína, mulher negra, filha e estudante foi violentada sexual e fisicamente dentro da universidade, abalando e mobilizando toda a comunidade acadêmica a irem gritar por justiça e segurança dentro da universidade. O fatídico dia da morte de Janaína nos fez lembrar o fato de que mulheres nunca estarão cem por cento seguras em lugar nenhum, nem em suas casas, nem em suas universidades ou faculdades. Sempre serão alvo fácil em uma sociedade onde habita a cultura do estupro e conseqüentemente a culpabilização da vítima, por esse motivo, a morte de Janaína jamais será um caso isolado, é um problema que se repete todos os dias na vida de milhares de mulheres. Precisamos lutar por justiça em nome de Janaína e de todas as mulheres para que não esqueçam que o verdadeiro culpado pelo estupro é sempre o estuprador, que diariamente violam os corpos femininos, negros, transexuais etc. como se não fosse nada, essas vidas não podem e não vão ser esquecidas. Seguiremos lutando pelo fim da violência de gênero, que rouba a vida de nossas meninas e mulheres todos os dias.

A figura 03 - A postagem enfatiza a memória de Janaína Bezerra e resalta a rede de Apoio à Vítima de violência em Teresina-PI



FONTE: ARQUIVO PET-SERVIÇO SOCIAL (UFPI)

Roda de conversa: As rodas de conversa ocorreram de forma presencial, todos os protocolos de biossegurança foram respeitados, mantendo o distanciamento social e o uso de máscaras. O GT-4 realizou estudos temáticos e um evento durante dois semestres e ao todo foram realizados 3 estudos temáticos com os temas: 1- O trabalho doméstico sob uma perspectiva interseccional e a realidade das trabalhadoras brasileiras; 2 – Gênero, Políticas sociais e Serviço Social; 3- Famílias, violência e proteção no CREAS e uma atividade no CREAS-Centro de Referência Especializado de Assistência Social na zona sudeste de Teresina-PI em conjunto com o PET- INTEGRAÇÃO da UFPI-Universidade Federal do Piauí. Realizado com adolescentes em medidas socioeducativas encaminhadas pelo sistema judiciário e acompanhados pela instituição, a atividade as ocorreu por meio de roda de conversa e uma dinâmica proposta para os participantes.

Na atividade, durante as exposições nas rodas de conversa, notou-se a participação assídua dos participantes e reflexões suscitadas por estes, que trouxeram experiências relacionadas ao seu próprio convívio familiar e cotidiano. A experiência levantada pelos petianos e usuários em medidas socioeducativas em situações cotidianas, proporcionou uma reflexão crítica ao tema que perpassa o ambiente academicista e se encontra inserido no seio familiar dos estudantes e adolescentes. Notou-se que em no seio familiar as mães eram as responsáveis familiares e tiveram maior adesão às atividades propostas carregando a maior responsabilidade como genitoras sendo perceptível as bases históricas em que se assentam as relações de gênero articuladas a classe e raça visto que o perfil das mulheres em sua maioria era de classe baixa e etnia negra (CARLOTO; LISBOA). Foi possível proporcionar uma formação complementar aos discentes que irão atuar na expressão dessa questão social em seu exercício profissional, as atividades também estimularam a conexão de temas transversais que se conectam às questões de gênero.

Figura 04



FONTE: ARQUIVO PET-SERVIÇO SOCIAL (UFPI)

Todos os estudos temáticos foram publicitados de forma didática no perfil oficial do PET (@petservsocial) ressaltando a importância da discussão de gênero através de uma perspectiva interseccional que leve em consideração fatores como: raça e classe como foi exposto nos estudos realizados.

CONCLUSÃO

Os estudos temáticos e atividades realizadas pelo GT-4 contribuíram para gerar reflexões nos programas de extensão, assim como aprofundamento e aproximação com a pesquisa. Dessa maneira, o PET Serviço Social é vital para o aprendizado fora da grade curricular obrigatória, através do Programa de Educação Tutorial tem-se uma oportunidade única para desenvolver diversas temáticas, sendo um verdadeiro espaço de construção de conhecimento. A sua importância como fomentador de uma formação profissional, quanto mais forte a base, mais capacitado o profissional e quanto mais capacitado o profissional melhor será sua leitura de realidade e maior sua criticidade, essencial para fugir de uma intervenção emergencial e coberta de julgamentos. Em síntese, o PET tem sido muito rico para o GT-4 e para o estudo acerca da problematização da violência de gênero, compreendendo as diversas realidades existentes dentro da sociedade brasileira, lançando um olhar crítico sobre as políticas públicas, relações de gênero, ordem capitalista e patriarcal assim como proporcionando momentos de troca com os demais grupos tutoriais que apesar de possuírem outro eixo temático contribuem para a socialização do conhecimento acerca do gênero.

REFERÊNCIAS

CARLOTO, Cássia Maria, LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, Políticas Sociais e Serviço Social. **Revista Gênero**, v.13,

n.1,2012.

CONNELL; PEARSE. **Gênero: uma perspectiva global.** Tradução e revisão técnica: Marília Moschkovich. São Paulo, *nVersos*, 2015.

GARRIDO, Bruna. O trabalho doméstico sob uma perspectiva interseccional e a realidade das trabalhadoras brasileiras. **XVIII Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica da PUC-Rio.** Rio de Janeiro,2020.

MEC. **PET- Programa de Educação Tutorial Manual de orientações básicas.** Brasília, 2006.

Hahner, June E. (1981). **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937.** (Maria Thereza P. de Almeida e Heitor Ferreira da Costa, trad.). São Paulo: Brasiliense.

UFPI. **RELATÓRIO PET DE SERVIÇO SOCIAL,2022.**

CAPÍTULO IV

Serviço Social na luta pela garantia e materialização de direitos: uma análise dos limites e possibilidades em meio a expansão neoliberal

Cynthia Leal França

Melissa Flavia de Oliveira Rodrigues

Sarah Letícia Pachêco Calaça

RESUMO: O presente texto tem como objetivo fazer uma análise do Serviço Social na luta pela garantia e materialização de direitos, levando em consideração os limites e possibilidades do exercício profissional do assistente social em face à expansão neoliberal. Para a construção do texto foi realizada uma pesquisa qualitativa, com base no estudo bibliográfico de conceituados autores do Serviço Social. Os resultados obtidos encontram-se divididos em três partes: *O processo de globalização sob a égide do capitalismo e a violação da dignidade humana*, seguido pelo tópico, *A concepção de direitos na realidade brasileira*; depois, *O trabalho profissional dos assistentes sociais na garantia de direitos na realidade brasileira*. Diante disso, evidencia-se que o Serviço Social enquanto profissão, e classe trabalhadora, detém um papel primordial dentro desse ambiente como minimizador das desigualdades e mazelas sociais, uma vez que trabalha buscando a justiça social, ampliação e consolidação da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; expansão neoliberal; garantia de direitos.

1. INTRODUÇÃO

É categórico que o exercício profissional dos/as assistentes sociais é fundamental tanto no enfrentamento das expressões da questão social como na luta pela garantia e materialização dos direitos. Nesse viés, compreendendo o Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, analisaremos os limites e possibilidades do exercício profissional em tempos de regressão de direitos e expansão dos ideais neoliberais.

À vista disso, o processo de trabalho dos assistentes sociais se gere de modo dialético, mediante as permanências e mudanças de valores e de ideologias da sociedade ao longo do tempo, com o fito de promover o aperfeiçoamento de seu exercício profissional tendo como base uma contínua problematização e reflexão acerca da realidade social.

Nesse sentido, mediante a essas transformações que ocorrem nas relações sociais e com a exponenciação dos ideais neoliberais, o Serviço Social como profissão estrategicamente situada, por participar tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho, é obrigado a atualizar-se, redefinindo estratégias e procedimentos, adequando-se a novas demandas e requisições do mercado de trabalho, no mesmo espaço de reprodução social da vida das classes subalternas na sociedade (YAZBEK, 2007).

Destarte, o presente texto tem por objetivo apreender o trabalho dos assistentes sociais na realidade brasileira, explicando como a profissão se constituiu historicamente e sua função social dentro da sociedade, outrossim, busca-se promover uma discussão sobre os direitos, sobretudo os sociais, diante da conjuntura adversa que está delineada na realidade brasileira e mundial no contexto neoliberal. Como também, visa-se

problematizar as relações capitalistas na era da globalização, considerando as contradições da relação capital e trabalho, os antagonismos de classe e seus reflexos no exercício da cidadania e efetivação de direitos.

Cumpre, portanto, ressaltar que para dar concepção e sentido ao artigo a metodologia utilizada consistiu em estudo bibliográfico e documental, com reflexões e análises sobre o Serviço Social na luta pela garantia e materialização de direitos em um contexto de expansão dos ideais neoliberais.

Dessa forma, este texto encontra-se subdividido em quatro seções, sem contar com a introdução, sendo essas *O processo de globalização sob a égide do capitalismo e a violação da dignidade humana*, seguido pelo tópico, *A concepção de direitos na realidade brasileira*; depois, *O trabalho profissional dos assistentes sociais na garantia de direitos na realidade brasileira* e, por fim, as considerações finais presente trabalho.

2. O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO SOB A ÉGIDE DO CAPITALISMO E A VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA

O modelo capitalista é historicamente traçado por acontecimentos marcantes que norteiam as formas, vertentes e padrões de vida da sociedade. O capitalismo precisou reformular-se para acompanhar as transformações da sociedade e para a manutenção do modelo. Para tanto, esse sistema se desenvolveu em diversas etapas. A primeira fase, o Capitalismo Comercial ou Pré-Capitalismo, foi a fase constitutiva do modelo capitalista, surgida no século XV, tendo como base o mercantilismo. Adiante, no século XVIII, o capitalismo atingiu uma nova etapa, o Capitalismo Industrial, baseado no liberalismo econômico. Por fim, no início do século XX, ascende à terceira etapa desse sistema, o Capitalismo Financeiro ou Capitalismo Monopolis-

ta. Essa fase, moldada pela ascensão da globalização, vigente até os dias atuais, é marcada pela especulação monetária e pela maior presença do setor bancário na economia. Apesar dessa estruturação, o ideário capitalista é somente um, e historicamente propôs soluções norteadas sob a mesma égide, o lucro, sem uma preocupação ativa nas consequências para o todo.

De acordo com Behring e Boschetti (2017, p. 71)

[...] o processo de acumulação do capital, produzido e reproduzido com a operação da lei do valor, cuja contraface é a subsunção do trabalho pelo capital — processo abordado no item anterior —, acrescida da desigualdade social e do crescimento relativo da pauperização.

Nesse sentido, limitamo-nos a discorrer sobre o Capitalismo Monopolista, numa tentativa de evidenciar como o processo de globalização sustentado pelo ideário capitalista, vilipendia a dignidade humana.

O ano de 1970, portanto, é profundamente marcado pelo início do atual estágio do capitalismo, que, edificado sob a globalização e a evolução das novas tecnologias da informação e da comunicação, trouxe à tona o aprofundamento e à visibilidade de suas contradições fundamentais, que resultou em grandes impactos para a sociedade e as relações sociais. Para esta nova etapa de acumulação do capital Netto (2011) aponta as seguintes características: maximização dos lucros através do controle dos mercados; introdução de novas tecnologias e consequente redução do trabalho vivo; e a superexploração da força de trabalho. Além disso, o crescimento da especulação financeira, a aproximação do sistema bancário com o industrial, surgimento de monopólios e oligopólios, e, finalmente, a revolução comunicacional e tecnológica.

Com o advento da globalização, a consequente adesão

das tecnologias e suas inovações, ocorre o afloramento do ciclo produtivo do sistema capitalista, culminando na emersão de um novo tipo de indústria que acentua, cada vez mais, as disparidades entre a humanidade global, não apenas a pobreza, mas a sociedade como um todo. A exclusão categórica de indivíduos é uma dessas formas de disparidades. Historicamente, há uma segregação social baseada em critérios como sexo, idade, raça/etnia, riqueza, entre outros. A título de exemplo, durante grande parte do século XX, a África do Sul viveu o Apartheid, um regime de segregação racial que restringia os negros do usufruto dos seus direitos básicos – como votar, estudar e, até acessar tratamentos médicos –. Além disso, outra faceta visível de segregação é, em São Paulo (Brasil), o exemplo da Favela de Paraisópolis circundada por condomínios luxuosos. Os prédios ao redor de Paraisópolis – comunidade habitada por mais de 80 mil pessoas, dentre elas, predominante mente pardos e negros – criam uma estranha dicotomia entre ricos e pobres, segregando-os socioespacialmente.

Todavia, é imprescindível não evidenciar as desigualdades que o fenômeno da globalização escancarou no que diz respeito à economia e à classe trabalhadora. No plano econômico, por exemplo, é notória a dependência industrial econômica. A indústria brasileira já não possui mais forças para competir com o monopólio tecnológico, econômico e comercial das empresas estrangeiras. No que tange ao eixo social, tem-se a profunda regressão dos direitos trabalhistas, a redução dos salários e o aumento expressivo da carga horária de trabalho. Na era das TIC's – tecnologia de informação e comunicação – tendo como marca a subsunção do trabalho por inovações tecnológica em que no “capitalismo digital as máquinas assumem cada vez mais o lugar do trabalhador e este limita-se a cuidar das máquinas” (OLIVEIRA, 2022, p. 85).

Nesse sentido, é importante evidenciar que o trabalho faz

parte da vida humana desde que o ser humano surgiu e passou a utilizar a força do seu trabalho para sua sobrevivência básica. Todavia, ao longo da história pode se observar que as variantes culturais, políticas e econômicas transformaram e criaram novas relações que passaram a determinar a condição histórica do trabalho. À vista disso, é notório que, como consequência dessas variantes, o trabalho passou a ser utilizado como ferramenta de degradação e desrespeito às condições mínimas de dignidade humana. Durante o Feudalismo, por exemplo, o trabalho era desenvolvido pelos servos – estrato social mais baixo da pirâmide social do feudalismo, composta, na sua maioria, por camponeses –. Os camponeses trabalhavam em regime de vassalagem nas terras dos seus senhores feudais, em troca do mínimo de proteção e manutenção de suas necessidades básicas. De maneira análoga, o sistema capitalista reduziu a atividade trabalhista à exploração humana. (Netto, 2011).

Conforme instituído na Constituição Federal do Brasil do ano 1988, a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, se manifesta o art. 1º, caput e inciso III, da Constituição Federal de 1988:

Art. 1.º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...] III – a dignidade da pessoa humana;

Percebe-se, portanto, que essa reconfiguração do capitalismo trouxe em seu interior as consequências mais nocivas para a classe trabalhadora num ambiente de desvalorização e regressão total de direito, em especial os trabalhistas, com uma superexploração da massa trabalhadora na era digital, além de longas jornadas de trabalho com diástase entre o trabalho

formalizado e com carteira assinada para um crescimento dos modos informais, terceirizados e precarizados, tendo em vista a elevação do exército industrial de reserva.

3. A CONCEPÇÃO DE DIREITOS NA REALIDADE BRASILEIRA

Ao refletir sobre a realidade brasileira é notório que esta perpassa por lutas, resistências, avanços, conquistas e amadurecimentos quando se refere a política social e a primazia dos direitos, em decorrência das diversas mudanças sociais e políticas desenvolvidas nos determinados períodos históricos que influenciaram significativamente a discussão sobre direitos, sobretudo os sociais, sua adesão e materialização aos indivíduos como um todo.

Para tanto, faz-se primordial a compreensão de que a herança dos momentos históricos vivenciados pelo país influencia diretamente na dinâmica de construção da cidadania e efetivação dos direitos, entendendo-os a partir de transformações históricas, sociais, políticas e sociais da realidade que é marcada por relações desiguais e dependentes, pelo escravismo, patrimonialismo, clientelismo e modelos autoritários que restringiram o acesso democrático dos cidadãos, seus direitos e a tomada de decisão por parte deles nos processos políticos, sociais e econômicos.

Sendo assim, o período colonial e escravocrata ensejou sequelas expostas mesmo nos momentos hodiernos, quanto a relação de poder e acesso a direitos, como explanado por Carvalho (2008, p.25) ao afirmar que no Brasil “chegou-se ao final do período colonial com a grande maioria da população excluída dos direitos civis e políticos e sem a existência de um sentido de nacionalidade” tendo em vista que, durante os três séculos de colonização portuguesa, a população brasileira não tinha aces-

so a direitos básicos, em decorrência das marcas de uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora latifundiária e um estado absolutista, somando-se ao fato do analfabetismo está em seu auge.

Neste viés, as marcas de um período escravocrata - em que os escravos não eram considerados cidadãos, mas sim propriedades de seus senhores - somado a um estado comprometido somente com o poder privado, dos grandes proprietários de terra, em concomitância a uma grande parcela da população excluída, carecia-se de condições para o exercício do direito (CARVALHO, 2008), uma vez que, os direitos civis e políticos beneficiam a poucos e os direitos sociais ainda não eram discutidos, pois essa assistência estava a cargo da igreja e de particulares, ou seja, percorreria-se um grande caminho para o ideal de “cidadania plena” como pregado por T. H. Marshall (apud CARVALHO, 2008), sendo que essa somente ocorre quando o indivíduo goza de todos os direitos civis, políticos e sociais, caso que ocorreu de forma inversa no Brasil tendo seu nascer dos direitos nos sociais, posteriormente os políticos e por fim os civis, como afirma Carvalho em oposição a construção da cidadania em Marshall.

Destarte, Carvalho (2008) destaca que no período de 1930 a 1964 houve uma aceleração nas mudanças sociais e políticas e que os direitos sociais avançaram rapidamente e os direitos políticos tiveram uma evolução mais complexa, pela alternância entre ditaduras e regimes democráticos, já os direitos civis ficaram prejudicados em função da suspensão da liberdade de expressão e organização, entre a suspensão de direitos e a garantia, em que estes não tiveram tempo de ficar consolidados, com avanços e retrocessos na garantia dos direitos civis, políticos e sociais nesse período.

Saltando para a década de 1980, o período é caracterizado pela transição democrática, considerado por Farias (1997)

um pacto conservador entre elites, enquanto um grupo queria a expansão dos direitos sociais, o outro buscava obstruir esse processo - que reforçava a importância de um Estado de Bem-Estar, visando um projeto democrático e redistributivo, que levantou a bandeira da construção de um Estado Social, universal e igualitário, exigindo do setor assistencial práticas inovadoras para demandas postas pela nova realidade nacional em que a população pedia respostas mais ágeis e efetivas de uma política assistencial, em que foi-se discutindo e construindo uma proposta de proteção social, através de lutas populares, em favor das pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão (FARIAS, 1997).

A ossatura burocrática sustentadora das políticas esteve marcada pelo excesso de centralização, pela fragmentação institucional, pelo gigantismo, pelo burocratismo, pelo tecnocratismo, por indevidas autonomização e ausências de controle dos organismos públicos ocorrendo um indesejável distanciamento entre os formuladores e executores de políticas e os seus beneficiários, isto é, uma certa opacidade dos programas sociais face às características específicas da demanda; uma quase total ausência de mecanismos de controle e avaliação dos programas sociais, uso de clientelísticos ou fraudulências dos benefícios; um peso desproporcional dos interesses burocráticos, corporativos e privados nas definições e dinâmica de funcionamento da máquina social do Estado. (DRAIBE:1992 apud FARIAS, 1997, P.31-32)

A ampliação do debate sobre políticas públicas, em especial as de corte social, com vista a democratização se deu no quadro político dos anos 1980 no Brasil, na crise do modelo autoritário e a expansão das lutas em favor de um Estado democrático e quanto ao agravamento das expressões da questão

social, a qual buscou-se a redefinição da relação do Estado e da sociedade civil visando problematizar como se deu a materialização dos direitos sociais em solo brasileiro.

À vista disso, a Constituição de 1988, denominada também como Constituição cidadã, trouxe em seu arcabouço um avanço quanto é instalação de diversos direitos políticos, civis e sociais, destinados a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça fundada na harmonia social, ademais trouxe inovações legais e institucionais elaboradas com o fito de tornar a justiça mais acessível, que em contrapartida, na realidade obtiveram diversos empecilhos para a instauração dessas garantias na prática.

Nesse viés, compreende-se que as discussões sobre os direitos se desenvolvem de forma dialética com as transformações na sociedade ao longo da história. Com base nisso, observa-se ao longo da história, que existe um déficit de implementação dos direitos retratados em lei e sua materialização, que explica sua fragilidade e instabilidade política e institucional, com dificuldade de adotar pactos mais duradouros e direitos inalienáveis, tornando-se um cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos e com medidas frágeis de proteção social, dado que os direitos sociais situam-se em um contexto de grandes contradições em que, de um lado, é pauta de movimentos e reivindicações da classe trabalhadora e por outro, representam a busca pela legitimidade das classes dominantes. (BEHRING; BOSCHETTI, 2017).

Referente a isso, com a ascensão dos preceitos neoliberais oriundos como oposição ao Estado intervencionista e de bem-estar, contrapondo-se ao ideal de direitos e de gasto social por serem responsáveis por retrair a evolução do sistema capitalista trouxe consigo grandes imbróglis, tais quais estão dispostos os:

efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora, pois provocaram aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho não-qualificados, redução dos salários devido ao aumento da oferta de mão-de-obra e redução de gastos com as políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2017 p. 176).

Ademais, o resultado desse processo têm como característica profunda regressão no âmbito das políticas sociais, desregulação de direitos, intensificando o contingente das expressões da questão social tais como a pobreza, aprofundando as desigualdades sociais em um movimento de contrarreforma neoliberal em nome do mercado, que tem como corolário um amplo processo de fragmentação, despolitização, focalização, descentralização de direitos e da própria política social num descompasso, regressão dos direitos e contramão ao ideal democrático e de cidadania plena. É nesse cenário que o serviço social como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho faz-se impreterível intervindo junto a classe trabalhadora pela garantia e materialização dos seus direitos prezando pela emancipação dos indivíduos e um novo ideal de sociedade mais justa e igualitária.

4. O TRABALHO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA GARANTIA DE DIREITOS NA REALIDADE BRASILEIRA

Segundo Yazbek (2009), o Serviço Social brasileiro enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho constitui-se historicamente como um campo de lutas pela garantia e materialização de direitos. Nesse sentido, para compreender como a profissão adquiriu a roupagem e importância que possui na atualidade é necessário conceber a lógica da sociedade capitalista e como ela se configura na contemporaneidade.

Um conceito relevante nessa temática é o de reprodução social. De acordo com a teoria social crítica, trata-se da reprodução de um modo de vida e com ele a reprodução das contradições e novas necessidades dos indivíduos. Desse modo, no cerne da reprodução social são aprofundadas as desigualdades constituídas nas lutas pelo poder e pela hegemonia entre as diferentes classes sociais esboçando o que seria a base do trabalho profissional dos assistentes sociais: a questão social.

Ao longo da expansão do capitalismo e do neoliberalismo passam a surgir novas expressões da questão social, diante desse contexto político, econômico e social o Estado passa a propor novas formas de responder às desigualdades produzidas na sociedade. Com isso, há o surgimento de inéditas requisições e demandas profissionais, novas habilidades, competências e atribuições para o Serviço Social. (IAMAMOTO, 2009)

Nessa perspectiva, o Serviço Social é requisitado a responder às sequelas da questão social mediante a luta pela conquista e efetivação dos direitos de cidadania e a condução das políticas públicas, como afirma Lacerda (2014, p. 23)

A profissão de Serviço Social é demandada pela sociedade capitalista na era dos monopólios para a intervenção na vida da família trabalhadora de modo a implementar políticas sociais que façam o enfrentamento das sequelas da “questão social”, materializando os direitos do cidadão, promovendo a coesão social.

A partir da década de 1990, com o avanço do projeto neoliberal e a consequente redefinição do papel do Estado, o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho sofre profundas alterações que vão impactar sobretudo nos processos de trabalho. Assim, o trabalho dos assistentes sociais passa a estar fundamentado sobretudo num processo de conscientização e politização dos segmentos

sociais que se dá mediante a materialização das dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política no exercício profissional.

Nessa lógica, ao longo dos anos, a atuação dos profissionais da área experimentou modificações, todavia a adoção de uma perspectiva crítica voltada para a emancipação dos usuários é a principal marca do Serviço Social na contemporaneidade. Nesse sentido, o exercício profissional é caracterizado sobretudo pelo atendimento de demandas e necessidades sociais de seus usuários e por uma ação socioeducativa para com as classes subalternas. (YAZBEK, 2009)

À vista disso, evidencia-se que o exercício profissional do assistente social está intrinsecamente associado à lógica das relações sociais estabelecidas nos moldes do capitalismo. Além disso, evidencia-se o caráter político da profissão que tem como público-alvo as classes marginalizadas pelo grande capital. Dessa forma, a atuação profissional encontra-se tensionada por interesses diversos, como aponta Iamamoto (2009, p. 12):

O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses sociais. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais.

Hodiernamente, seguindo uma lógica crescente de financeirização e mundialização do capital, o Serviço Social tem sido afetado pelo frequente desmonte das políticas públicas e consequente regressão dos direitos sociais. Nesse sentido, a questão social tem como mola propulsora os mercados financeiros e empresas multinacionais que dão forma a novas configurações de desigualdade, dentre elas a insegurança e vulnerabilidade do

trabalho e a penalização dos trabalhadores (YAZBEK, 2009).

Outrossim, sob a ótica neoliberal, a questão social é despolitizada. Dessa forma, no neoliberalismo, a questão social deixa de ser responsabilidade do Estado e passa a ser responsabilidade dos próprios indivíduos, configurando um processo de refilantropização do social. Esse fenômeno, por sua vez, impacta diretamente na qualidade dos serviços prestados visto que estes assumem cada vez mais um caráter pontual e focalizado atendendo de forma parcial às necessidades dos usuários.

Nessa conjuntura, é perceptível a importância do Serviço Social enquanto profissão de luta pela garantia e materialização de direitos. Não obstante, é necessário destacar a perspectiva crítica do projeto profissional que anda de mãos dadas com um novo projeto societário e tem como principal desafio o avanço neoliberal exigindo do profissional “a necessidade de renovação e mudança, como resultado das transformações que ocorrem nas relações sociais que peculiarizam o desenvolvimento do capitalismo no país.” (IAMAMOTO, 2009, p. 16)

CONCLUSÃO

Diante do exposto, compreendemos que a globalização, sustentada pelo ideário capitalista, e a consequente introdução de novas tecnologias, eleva as desigualdades sociais, econômicas e culturais entre a população humana. O capitalismo monopolista constitui um novo padrão de contradições, antagonismo e regressões principalmente no tocante aos direitos humanos, que ao inserir-se na realidade brasileira, que possui uma historiografia marcada por relações desiguais e dependentes, pelo escravismo, restrição do acesso a direitos, dentre outros, aflama as consequências da imposição desse modelo econômico para a sociedade, em especial para a classe trabalhadora que fora historicamente excluída do palanque político, social e econômico.

Nesse ínterim, com a expansão do ideário neoliberal, em que se restringe cada vez mais os direitos e as políticas sociais, desresponsabilizando o Estado no trato das múltiplas expressões da questão social, é visível que a atual conjuntura do país contrapõe-se à Constituição Federativa Brasileira, uma vez que há violação e o não cumprimento dos direitos humanos da população, segregando e marginalizando essa parcela da sociedade.

Máxime, observa-se que a ação dos profissionais de serviço social inserida no contexto de grandes contradições, mediante ao avanço da ótica neoliberal e da globalização do capitalismo, faz-se primordial como instrumento de mudança social e manutenção da dignidade humana, dado que esse processo de mundialização do capital tem consequências massivas quanto ao trato dos direitos sociais, ao enfrentamento das expressões sociais e por conseguinte a qualidade de vida da classe trabalhadora, que se encontra à mercê dessas contradições, em um ambiente de total regressão de direitos.

É válido ressaltar, portanto, que dentro desse cenário de regressão de direitos a primazia das organizações coletivas da classe trabalhadora na luta pela garantia e materialização de seus direitos e para a concretização de uma sociedade realmente democrática, entendendo-se única força capaz de ensejar uma sociedade justa e igualitária. Ademais, o Serviço Social enquanto profissão, e classe trabalhadora, detém um papel primordial dentro desse ambiente como minimizador das desigualdades e mazelas sociais - uma vez que trabalha buscando a justiça social, ampliação e consolidação da cidadania, dentre outros, compreendendo seus limites institucionais - como também deve em concomitância com movimentos sociais e organizações coletivas inflamar o desejo de luta geral dos trabalhadores como possibilidade de alcançar uma sociedade mais justa e igualitária com o real preceito de cidadania.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado Federal, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. - 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Direitos humanos e criminalização da pobreza. In: Direitos humanos: Violência e pobreza na América Latina Contemporânea. FREIRE, Silene de Moraes (Org). 1. ed. Rio de Janeiro (RJ): Letra e Imagem, 2007.

FARIAS, Pedro César Lima de. F224s **A seguridade social no Brasil e os obstáculos institucionais à sua implementação**. Brasília: MARE/ENAP, 1997.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In. CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. Ed -São Paulo, Cortez, 2015.

LACERDA, E.P.L. **Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas**. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 117, p. 22-44, jan/mar 2014.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita. O CAPITALISMO HOJE: ENTRE CRISES E AS VANTAGENS TECNOLÓGICAS. In: Questão social, direitos e políticas públicas na realidade brasileira contemporânea. Teresina: EDUFPI, 2022. P. 57-89.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão.** In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.** In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009.

CAPÍTULO V

Serviço Social nos centros de atenção psicossocial – CAPS AD: atendimento junto aos usuários e famílias afetadas pelo alcoolismo

Ana Mayza Nascimento De Araújo
Helen Rejane Batista Louzeiro

RESUMO: O presente artigo apresenta uma análise sobre a atuação dos assistentes sociais dentro do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) e o trabalho desenvolvido dentro desse espaço sócio-ocupacional. O uso abusivo do álcool acomete indivíduos de diferentes faixas etárias, causando danos físicos e psíquicos, além de impactos no convívio social. É diante desse contexto do uso demorado de bebidas alcoólicas que o CAPS AD atua, oferecendo serviços especializados que respeitam a particularidade de cada usuário. O estudo em questão foi fundamentado a partir de pesquisas bibliográficas que tratam sobre a temática abordada. O objetivo geral deste artigo é discorrer acerca do trabalho do assistente social junto às famílias dos alcoolistas acolhidos no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS ad).

PALAVRAS-CHAVE: CAPS-AD. Serviço Social. Família

1. INTRODUÇÃO

O termo “alcoholismo” foi utilizado pela primeira vez no século XIX na Europa, que passava por transformações sociais e econômicas onde tentavam promover o nacionalismo e a industrialização. Ainda nesse contexto os europeus prezavam pela higienização dos centros urbanos, a partir disso o uso abusivo de bebidas alcoólicas passou a ser visto como uma “praga” que afetava diretamente a integridade humana, e gerava desordem na sociedade.

Ao abordar a temática a respeito do alcoholismo, é de suma importância ressaltar os desafios enfrentados tanto para com o indivíduo que possui tal condição, quanto para com os familiares e pessoas de vínculos próximos com esse indivíduo. Além do mais, evidenciar a relevância da atuação dos profissionais de Serviço Social nesse contexto, no que se refere às estratégias utilizadas para a redução dessas vulnerabilidades e impactos.

Nesse sentido, o alcoholismo vai além de um problema apenas de saúde pública, tendo em vista que também envolve impactos sociais como a perda do controle comportamental que influenciam as relações familiares e colocam esses vínculos sob risco. Por conta do uso abusivo, os alcoolistas acabam desenvolvendo problemas secundários no que se refere à saúde, riscos de transtornos mentais, problemas físicos e que se não tratados, podem ter consequências crônicas.

Apesar do alcoholismo afetar parte da população brasileira, podemos contar com um importante dispositivo do Sistema Único de Saúde (SUS) que promove a prevenção e o tratamento do uso excessivo de álcool e outras drogas, que são os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), esse dispositivo possibilita o acolhimento e a reinserção social dos usuários e suas famílias que compõe uma parte fundamental no tratamento.

Em segunda análise, os assistentes sociais que trabalham no âmbito de atendimento para indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, intervêm através de estratégias para que se reduzam esses riscos e que essas famílias tenham acesso aos seus direitos sociais garantidos por lei. Ademais, nos CAPS AD esses profissionais atuam de forma mais precisa no contexto dos alcoolistas prestando providências e prestação de orientação social para as famílias. Dentro dessa perspectiva, o objeto de estudo deste artigo é a atuação dos assistentes sociais dentro do CAPS AD.

O texto a seguir está organizado em cinco seções, onde a primeira é a Introdução que traz um panorama geral do que será abordado, iniciando com o contexto histórico em que o uso exacerbado do álcool passou a ser uma questão de saúde pública; A seguir, o segundo tópico tratará do conceito de “Família” e os impactos causados pelo alcoolismo dentro do convívio familiar, visto que a mudança de comportamento dos usuários transforma a sua relação com a família e comunidade; A terceira seção apresenta as tipificações dos CAPS, trazendo a importância desses dispositivos no enfrentamento ao alcoolismo, além dos serviços que são ofertados; A quarta seção relata sobre o CAPS AD como um espaço sócio- ocupacional dos assistentes sociais, e quais as suas atribuições e competências nesse âmbito; Por fim, a conclusão relata sobre o avanço das políticas de saúde mental no Brasil, visto que no século passado os usuários eram tratados de forma desumana, e com procedimentos ineficientes.

2. O ALCOOLISMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO CONTEXTO FAMILIAR

A família vai além das designações “Pai”, “Mãe”, “Filho”, “Irmão”, “Irmã”, não são simples títulos honrosos, mas que ao

oposto disso, implicam em sérios deveres recíprocos, previamente definidos, no qual esse conjunto forma uma parte essencial do regime social, de acordo com Engels (1884).

Dito isso, a família tem um papel preponderante no desenvolvimento social de um indivíduo, estabelecendo uma base de apoio e proteção, oferecendo educação formal e informal a partir dos valores e cultura que são seguidos em determinados grupos. Portanto o vínculo familiar é imprescindível para a sobrevivência dos seres humanos dentro da sociedade, no mais, esses vínculos causam transformações sociais ao impor alterações no cotidiano. (SAMPAIO; SANTO; OLIVEIRA, 2019)

Essas transformações causadas pelas relações familiares têm impacto nas diversas áreas na vida desses indivíduos no que se refere a cultura, valores e hábitos que podem vir a desenvolver. Do mesmo modo que, deve-se considerar que a instituição familiar não se refere a apenas relações com vínculos consanguíneos e que pode sofrer alterações no seu núcleo de acordo com o contexto social.

Diante disso, cada ser que integra a família possui a sua individualidade, onde o indivíduo pode adquirir hábitos prejudiciais que impactam diretamente a sua saúde e o seu vínculo familiar, dentre eles o que está sendo abordado nesse artigo, tratando do alcoolismo. Ainda que o ser se desenvolva de acordo com os valores impostos pelo seu grupo, ao chegar em algumas fases da vida como a adolescência muitas vezes se deparam com conflitos internos que causam transtornos mentais como ansiedade e depressão.

Doenças como essas propiciam o uso abusivo do álcool e outras drogas. No mais, essas substâncias são vistas como um “refúgio” da realidade, que proporciona novas experiências para os jovens usuários. O primeiro contato com bebidas alcoólicas se dá por mera curiosidade e de forma recreativa, mas há casos em que esse consumo passa a ser contínuo se tornando

um problema não só do usuário, mas de todos à sua volta.

De acordo com o Centro de Informações sobre Saúde e Álcool - CISA (2022), quanto mais cedo ocorre o primeiro contato com essa substância, maiores os riscos de dependência, gravidez indesejada, queda no rendimento escolar, violência, acidentes, além de doenças físicas e mentais. anos foi de 63,3%, já entre os que estão na faixa de 16 e 17 anos, o resultado chegou a 76,8%.

Ademais, no que se refere a população adulta relacionada ao uso de álcool, é relevante abordar a respeito dos fatores e impactos que causam a dependência alcoólica. O contexto econômico, social e cultural influencia de forma direta o consumo do álcool e conseqüentemente o desenvolvimento do quadro de alcoolismo. Nesse sentido, o site oficial da Organização Pan-Americana de Saúde, afirma que o consumo de álcool causa morte e incapacidade relativamente cedo. Na faixa etária de 20 a 39 anos, aproximadamente 13,5% do total de mortes estão relacionados ao álcool.

Conseqüentemente, as famílias dos dependentes acabam sofrendo os efeitos dessa doença, ou também podem acabar se adaptando a esse cenário e inconscientemente negar o problema. No entanto, o alcoolismo não é só uma doença do indivíduo visto que adoece de forma incisiva todo o contexto familiar, onde os familiares mais próximos ou até mesmo um amigo, pode desenvolver um quadro de co-dependência. Diante desse cenário, surge a necessidade de buscar meios para auxiliar o indivíduo e a família no tratamento da doença e dos efeitos causados por ela.

3. ATUAÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E DROGAS NO ENFRENTAMENTO AO ALCOOLISMO

No período que se refere ao final do século XX e início do século XXI, no Brasil as políticas públicas voltadas para o tratamento do alcoolismo estavam centradas no proibicionismo, tendo em vista que essa problemática era associada à moral, sendo retratada de forma superficial e marginalizada, onde o tratamento era pautado na abstinência, no isolamento social e institucionalização. (ALVES, 2009)

Em meados dos anos 80, somente trabalhadores que contribuíam com a previdência social tinham acesso aos serviços de saúde, limitando assim a aproximação da população vulnerável. No entanto as instituições que tratavam de dependência química visavam principalmente o lucro, essas que em sua maioria eram hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas faziam o uso de tratamentos de choque, dentre outras intervenções invasivas e violentas.

Ainda na década de 1990, com o aumento da demanda por parte dos usuários de álcool e outras drogas, emergiu na saúde pública propostas mais efetivas relacionadas à essa problemática, utilizando-se o método de redução de danos. Já nos anos 2000 houveram transformações no campo das políticas públicas voltadas para o alcoolismo, onde esse problema passou a se desvincular do âmbito da justiça e adentrar mais no plano da política de saúde voltada para a saúde mental.

Em abril de 2001 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi aprovada a lei Lei nº 10.216 que “dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental”. Com isso, no ano de 2002 foram criados os Centros de Atenção Psicossocial - dentro do Sistema Único de Saúde (SUS)- que

passaram a protagonizar os cuidados com os indivíduos que sofrem de transtornos psicológicos.

Os Centros de Atenção Psicossocial estão divididos em 7 modelos, no qual 3 são voltados para o tratamento de usuários de álcool e drogas sendo eles CAPS AD, CAPS AD III e CAPS AD IV. Cada um desses está direcionado a uma população específica, onde o primeiro atende a todas as faixas etárias em regiões com pelo menos 70 mil habitantes. Já o segundo tipo oferece vagas de acolhimento noturno e observação, atende todas as faixas etárias, e está localizado em regiões com pelo menos 150 mil habitantes. Por fim, o CAPS AD IV acolhe usuários com quadros graves decorrentes do uso de drogas, e implantado em municípios com mais de 500.000 habitantes, presta serviços de atenção contínua, e conta com leitos de observação.

As diferentes modalidades dos CAPS são pontos de atenção estratégicos desenvolvidos pela Rede de Atenção Psicossocial (Raps). No mais, os CAPS consistem em um serviço público, que é direcionado para a reinserção familiar e social do indivíduo que utiliza esse serviço, portanto o tratamento não envolve apenas os usuários, tendo em vista que o paradigma da redução de danos foca em estratégias que minimizem os danos causados pelo alcoolismo (LACERDA e ROJAS). Dessa forma, para obter bons resultados, os procedimentos do CAPS são elaborados de acordo com a necessidade de cada usuário.

Os usuários que buscam pelos serviços do CAPS são direcionados para um Projeto terapêutico singular (PTS) específico para a sua necessidade. Os CAPS AD contam com uma equipe multidisciplinar, na qual cada profissional utiliza o seu conhecimento teórico-metodológico para avaliar, planejar e intervir nas determinadas situações que são postas no seu cotidiano profissional. Essas equipes geralmente são compostas por médicos, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, e educadores físicos que acolhem os usuários e

desenvolvem atividades de caráter individual ou coletivo.

Dentro dessa perspectiva, as equipes multidisciplinares dos CAPS AD têm o objetivo de promover a atenção integral proporcionando a convivência em grupo de maneiras diversificadas como nas oficinas terapêuticas, nas oficinas operativas, nos grupos terapêuticos, na terapia comunitária, nos grupos de apoio, na geração de renda, nas assembleias e em outras estratégias de inclusão social, além de trabalhar no enfrentamento do uso abusivo de álcool e drogas (VASCONCELLOS, 2016).

De modo geral, as atividades dos CAPS são realizadas em ambiente de “portas abertas”, acolhedor e inserido nos territórios das cidades, esse acolhimento abrange também usuários em situações de crise ou estado agudo de dependência química, visto que a internação hospitalar é indicada apenas em situações na qual todas as possibilidades terapêuticas não foram suficientes.

As ações dos CAPS podem ser realizadas individualmente, em coletivo, em grupos, junto às famílias, podendo ser realizada no espaço do CAPS ou em territórios como espaços de lazer. Essas ações dos CAPS AD De acordo com a Portaria MS/SAS nº 854, de 22 de agosto de 2012 compõe os variados Projetos Terapêuticos Singulares (PTS), que são adequados às necessidades de cada um. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015)

As estratégias utilizadas pelos PTS são: o acolhimento inicial, acolhimento diurno/noturno, atendimento individual, atenção às situações de crise, Atendimento em grupo, práticas corporais, práticas expressivas e comunicativas, atendimento para a família, atendimento domiciliar, ações de reabilitação psicossocial, promoção de contratualidade, fortalecimento do protagonismo de usuários e de familiares, ações de articulação de redes intra e intersetoriais, matriciamento de equipes dos pontos de atenção da atenção básica, ações de redução de danos, acompanhamento de serviço residencial terapêutico, apoio

a serviço residencial de caráter transitório.

4. EXERCÍCIO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DIANTE DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E DROGAS

O código de ética dos profissionais de serviço social, traz entre seus princípios fundamentais a defesa dos direitos humanos, posicionamento a favor da equidade, justiça social e a eliminação de quaisquer formas de preconceitos. Dito isso, é importante ressaltar o exercício profissional dos assistentes sociais que atuam no atendimento a usuários dos CAPS AD, bem como no atendimento aos familiares desses indivíduos.

Em primeira análise, será abordado a respeito das demandas e desafios dos profissionais de serviço social que trabalham na área da saúde, mais especificamente com a saúde mental. Desse modo, colaborando para uma melhor compreensão que leva da origem e contexto histórico da política de saúde mental no Brasil, da mesma maneira a adesão dos assistentes sociais nesse campo de atuação.

A política de saúde mental no Brasil, surge no contexto em que as doenças psiquiátricas eram retratadas como um perigo para a sociedade, bem como os tratamentos não consideravam de forma humanizada os usuários. Nesse sentido, o serviço social como profissão surge com essa base de atuação e atenção a indivíduos em situação de vulnerabilidade. Com isso, a evolução das políticas de saúde vai incluir uma atenção especializada para os usuários de drogas e álcool.

Dentro dos CAPS AD, os assistentes sociais realizam o acolhimento desses usuários e de suas famílias, na maior parte das vezes são esses profissionais que realizam a triagem para sistematizar e viabilizar esse atendimento. Nesse processo, são estudados os aspectos sociais que envolvem o cotidiano des-

as famílias para uma melhor compreensão da realidade social, bem como esclarecer a respeito dos fatores e expressões da questão social que implicaram o início do uso dessas substâncias (GOMES,2013). Dessa forma, após obter essas informações o assistente social pode realizar a socialização com os demais profissionais da equipe técnica, contribuindo para a adesão desses usuários.

A partir desse viés, de forma mais específica os assistentes sociais nessa instituição pública atendem as demandas individuais e coletivas, identificando os recursos que possibilitam a defesa dos direitos dos usuários. Nessa perspectiva, como um profissional com olhar técnico e especializado pode atender, avaliar e intervir de forma efetiva no que se refere a usuários que enfrentam a problemática do abuso de álcool e drogas (GOMES,2013). Diante do exposto, serão abordados de maneira mais detalhada os serviços realizados por esses profissionais nessa instituição.

Por meio do olhar técnico e da atuação profissional, os assistentes sociais analisam os aspectos sociais que tem como objetivo compreender diversos fatores: a participação da família no tratamento, a busca pela inserção nos equipamentos sociais e a reinserção social. Essa intervenção visa mudanças significativas nos hábitos desses usuários, assim como a melhora das condições de vida dos mesmos e suas famílias. A família nesse aspecto, é esclarecida a respeito das interferências que estão relacionadas com a dependência química, buscando incentivar as relações interfamiliares. Essas mudanças se referem a categoria social, psicológica além disso a questão socioeconômica, intervindo nessa realidade social. (VASCONCELOS e LOPES, 2016)

Dentro da instituição, após o acolhimento desses usuários, os assistentes sociais realizam a orientação a respeito dos direitos garantidos por lei para eles e suas famílias no âmbito

intersetorial e interdisciplinar, o que também inclui o encaminhamento para outros serviços se for necessário (GOMES, 2013). Realizam o acompanhamento socioeconômico, para identificar as questões sociais que norteiam a realidade desses indivíduos e sua influência sob o abuso do álcool e outras substâncias. A partir disso, podem dar continuidade a esse acompanhamento por meio de outros instrumentos e intervenções que serão tratadas mais adiante.

Através das ações adotadas anteriormente pelo profissional, se torna possível realizar um estudo social para conhecer a totalidade da vida dos usuários e conhecer seus meios de convívio, esse estudo auxilia no reconhecimento das suas habilidades e perspectivas (GOMES, 2013). Dito isso, juntamente com o atendimento psicológico que é fornecido dentro da instituição tanto por psicólogos quanto por psiquiatras e demais profissionais da equipe técnica, são determinados os meios para a intervenção efetiva nas demandas individuais e coletivas.

Ademais, nesse processo de atendimento e intervenção outra ferramenta utilizada pelo assistente social dentro do CAPS AD, são as oficinas de grupos que visam trazer de forma dinâmica temáticas pertinentes a respeito do abuso do álcool e drogas, possuindo o objetivo de incentivar a autoconscientização dos usuários no que se refere às problemáticas envolvidas no abuso dessas substâncias. Além do mais, essas oficinas quando realizadas com familiares, têm impacto diretamente com seus meios de convívio, pois busca a aproximação desse núcleo familiar da instituição o que auxilia o profissional nas visitas domiciliares, assim como a um amplo incentivo nas participações em atividades multidisciplinares. (GOMES, 2013)

Tendo em vista que o profissional do serviço social trabalha diretamente na garantia de direitos e questão social, por meio do estudo social o profissional analisa estratégias para a reinserção desses indivíduos na sociedade. Sendo assim, um

processo gradativo que possui caráter dinâmico, através da avaliação social o profissional passa a conhecer de forma mais específica a realidade social do usuário, onde passa a estabelecer um plano terapêutico singular. Os aspectos que serão analisados nesta avaliação são: vida pessoal e familiar, vida funcional, vida econômica, vida socio comunitária e vida espiritual. (GOMES,2013)

Todos esses instrumentos e intervenções citados anteriormente fazem parte do plano de reinserção social, que possibilita esse reconhecimento de realidade social e incentivo à mudança de hábitos. O projeto de vida também se faz presente no âmbito da reinserção, o assistente social nesses casos utiliza desse instrumento tendo como objetivo constituir mudanças nos hábitos sociais, da mesma forma que traz novas perspectivas para esses usuários.

Ademais, mediante todas as ações citadas anteriormente que possuem o objetivo de fornecer a recuperação integral dos usuários no âmbito dos CAPS AD, da mesma forma que inclui a recuperação de perdas e fortalecimento de uma rede de apoio, os assistentes sociais nesse contexto promovem a universalização dos direitos sociais, citada previamente em seu código de ética profissional. Da mesma forma que, agem de acordo com o projeto ético-político da profissão no que se relaciona ao diálogo reflexivo com os usuários, assim como do esclarecimento dos seus direitos e de suas famílias. (GOMES.2013)

CONCLUSÃO

Diante disso, foram abordadas as problemáticas que estão associadas ao abuso de álcool e drogas, fatores que levam ao gatilho para a dependência química, assim como suas consequências nos meios de convívio dos usuários e de suas famílias. Além do mais, o contexto de surgimento da política de saúde

mental no Brasil, a criação dos centros de atenção psicossocial e sua relevância no avanço ao enfrentamento ao abuso de substâncias. Por conseguinte, a atuação dos assistentes sociais nesse âmbito, que promove a universalização de direitos através do seu olhar técnico e especializado, do mesmo modo a utilização de seus instrumentos.

Conclui-se que, o avanço das políticas de saúde mental no Brasil trouxe um novo olhar a respeito dos usuários dessa política pública, o que retrata um acompanhamento humanizado que busca a garantia de direitos e reinserção social. Ademais, do trabalho técnico e especializado dos assistentes sociais nesse campo de atuação que participam de forma ativa no acolhimento desses usuários e suas famílias. Desse modo, agem de acordo com seu código de ética e com o projeto ético-político da profissão.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vânia Sampaio. **Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas**. Cadernos de Saúde Pública, v. 25, n. 11, p. 2309–2319, 2009.

SAMPAIO, Marcolino; SANTOS, Dos; OLIVEIRA, Gilma; *et al.* **O PAPEL DA FAMÍLIA NA SOCIALIZAÇÃO DO INDIVÍDUO**. [s.l.]: SAMARA, 1998.

Brasília -DF 2015 MINISTÉRIO DA SAÚDE. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <<https://shorturl.at/oDOV1>>.

VASCONCELLOS,. **Trabalho em equipe na saúde mental: o desafio interdisciplinar em um CAPS**. SMAD. Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas, v. 6, n. 1, p. 1–16, 2016

Vista do O serviço social no CAPS-AD | Mundo Livre: Revista Multidisciplinar. Periodicos.uff.br. Disponível em: <<https://shorturl.at/mE479>>. Acesso em: 11 fev. 2023.

CAPÍTULO VI

**A violência sexual contra crianças no
contexto da pandemia de COVID-19: a
realidade piauiense entre 2020/2021**

Emanuelle Gomes dos Santos
Mauricéia Lígia Neves da Costa Carneiro

1. INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças se apresenta como um fenômeno bastante complexo, com inúmeros fatores a serem analisados, que vão desde a ocorrência deste tipo de violação, às formas de enfrentamento que são implementadas pela sociedade e pelo Estado. As reflexões aqui apresentadas, são resultado do trabalho monográfico do curso Serviço Social da UFPI e pretende analisar como o fenômeno da violência sexual contra crianças ocorre tendo como perspectiva a atual conjuntura da Pandemia de COVID-19, no contexto Piauiense.

O presente estudo tece reflexões sobre como o fenômeno da violência sexual contra crianças se apresenta no contexto piauiense entre 2020 e 2021 a partir de bibliografia pertinente a temática, situando historicamente as reflexões sobre a infância e a violência nas realidades brasileira e piauiense e seus aspectos sociais, econômicos e políticos.

São apresentados também dados relativos à violência sexual contra crianças e realizadas comparações com o período anterior a pandemia de COVID-19, e os anos de 2020 e 2021, destacando como este fenômeno se apresenta nesse recorte temporal na realidade piauiense. e ao final considerações sobre os desafios enfrentados para o enfrentamento desse fenômeno social.

2. A INFÂNCIA E A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA NA REALIDADE BRASILEIRA E PIAUIENSE

A violência contra crianças no Brasil, é marcada por inúmeros atravessamentos sociais e históricos que fazem parte da própria constituição da sociedade brasileira. Em relação a estes atravessamentos, destaca-se aqui a própria perpetuação de desigualdades sociais de base patriarcal, machista e racista no país. Considera-se assim que essas três categorias, de classe,

gênero e raça, que são trabalhadas por Safiotti (1997a), sobre a opressões sofridas pela mulher adulta, também podem ser tomadas como um ponto de reflexão em relação a violência contra crianças. Pois, ocorre frequentemente uma separação destas categorias, nas palavras da autora:

Via de regra, prioriza-se a inserção da mulher na estrutura de classe ou gênero. Dificilmente, as(os) pensadoras(res) lidam simultaneamente com classe e gênero ou classe, gênero e raça/etnia. Felizmente, está crescendo o número das (os) que procuram articular os três antagonismos. Lamentavelmente, entretanto, a postura isolacionista, que trata cada de forma separada, está muito longe de ser minoritária (SAFIOTTI, 1997a, p.144).

Para a autora, “Não se trata, contudo, de conceber três diferentes ordenamentos das relações sociais, correndo paralelamente. Ao contrário, estes três antagonismos fundamentais entrelaçam-se de modo a formar um nó” (SAFIOTTI, 1997b, p. 61). O gênero, assim como raça/etnia devem ser considerados quando se analisa a violência contra crianças, pois esses ordenamentos, refletem em todo o processo de educação dos sujeitos, a partir disso são aprovados ou reprimidos determinados tipos de comportamento e tem impactos nas maneiras de como a violência ocorre.

Considera-se que o sexo, raça ou classe não podem ser vistos separadamente quando se analisam as violências e as vivências de pessoas, pois dentro da sociedade capitalista a dicotomia entre essas categorias, não é suficiente para explicar determinados tipos de desvantagens e hierarquias sociais uma vez que:

As pessoas vivenciam uma condição que não é a de mulher/homem ou a de branca/negra

ou a de trabalhador/proprietário, ou melhor dizendo, não é a vivência de um componente da sua identidade, mas de como um conjunto cruzado de privilégios e desvantagens organiza sua trajetória (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 51).

O entrelaçamento entre as categorias determina os tipos de opressões e violências que um sujeito passa em sua trajetória de vida, o racismo quando acontece com uma mulher negra, por exemplo, não se esvazia nele mesmo, o machismo e a categoria da classe social também influem nessa violência, no preconceito e em na maneira que essa pessoa se coloca dentro da sociedade:

A dissociação dessas variáveis pode levar a análises parciais, mas principalmente a distorções na compreensão da dinâmica de dominação e dos padrões das desigualdades. Uma análise focada nas relações de classe pode deixar de fora o modo como as relações de gênero e o racismo configuram a dominação no capitalismo, posicionando as mulheres e a população não-branca em hierarquias que não estão contidas nas de classe, nem existem de forma independente e paralela a elas (BIROLI; MIGUEL, 2015, p.29).

Dessa forma, ao se analisar o fenômeno da violência contra crianças dentro da realidade brasileira e mais especificamente a violência sexual, devem ser levadas em consideração estas categorias que são fundamentais para a compreensão das opressões perpetuadas através dos comportamentos e violências que são normatizadas nesta sociedade e que se fazem presentes nos dias atuais e refletem no modo como a violência ocorre em diversas instâncias.

Além de considerar esta categoria para a apreensão do fenômeno da violência contra crianças, se faz necessário assinalar que historicamente, a compreensão da infância como

uma fase natural e necessária para o desenvolvimento humano, nem sempre existiu, uma vez que a compreensão do que se entende hoje como a fase da infância, foi sendo construída ao longo dos anos.

As crianças eram vistas como pequenos adultos, o trabalho infantil era naturalizado e até mesmo em virtude das condições de trabalho que processavam em locais insalubres as crianças frequentavam os mesmos ambientes, absorvendo comportamentos adultizados, pois a vida cotidiana das crianças estava misturada com os adultos, seja no trabalho, ou momentos de lazer como passeios ou festas.

Gradativamente, as crianças passam a ser vistas a partir da compreensão de que elas estão em condição especial de desenvolvimento, na fase denominada como a infância. Phelippe Ariès é um dos teóricos que retrata como essas mudanças na visão sobre a criança, vão ocorrer. Através do trabalho “História social da criança e da família”, o autor estabelece a partir de fontes iconográficas, principalmente diários, cartas, memórias e outros relatos pessoais, como o sentimento de infância se processa e vai sendo estabelecido, tomando como base para sua análise a realidade francesa na Idade Média, o autor destaca que:

A passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade. Contudo, um sentimento superficial da criança – a que chamei “paparicação” era reservado à criança em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como com um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois

uma outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (ARIÉS, 1981, p.07).

Na concepção do autor, na Idade Média, as famílias não estabeleciam laços afetivos mais profundos com as crianças, o processo de criação ocorria em outros lares, no caso de crianças do sexo masculino para que elas fossem educadas para a formação em alguma profissão, em oficinas, lavouras, marcenarias dentre outras. No caso das meninas estas eram criadas em casas para aprenderem como realizar as tarefas domésticas, tendo como horizonte que estas não iriam se inserir no mercado laboral e eram criadas para serem boas esposas.

Posteriormente, já no início do século XVII, com a criação das escolas se observa uma alteração na maneira como as crianças eram tratadas, a “paparicação” supramencionada que era afluída, sobretudo, através de momentos de lazer e a criança vista como uma distração para os adultos passa a ser alterado entre os moralistas e os educadores. A educação dessas crianças vai sendo alterada e pautada a partir do interesse psicológico e moral que vai ser repassado para estas no âmbito da escola (ARIÉS, 1981).

A partir da criação das primeiras escolas, é perceptível uma aproximação da família e das crianças, respectivamente ocorre uma alteração no sentimento da família e da infância, a partir do desenvolvimento de afetividade entre os pares. Além disso a compreensão do que se entende por família é favorecida por conta da privatização do ambiente familiar, ou seja, a formação do “lar” também vai favorecer essa mudança no tratamento das crianças, pois até esse momento a vida era vivida em público, a família conjugal se misturava à multidão, onde ocorria a socialização das crianças (ARIÉS, 1981).

O autor pontua que todas essas mudanças fizeram com

que “Tudo o que se referia às crianças e à família tornara-se um assunto sério e digno de atenção. Não apenas o futuro da criança, mas também sua simples presença e existência eram dignas de preocupação a criança havia assumido um lugar central dentro da família” (ARIÉS, 1981, p.153).

Estes dois fatores trabalhados por Ariés que foram, a criação de escolas e o desenvolvimento do sentimento de afeto e privacidade no ambiente familiar, se colocaram como fatores preponderantes para a criação do sentimento de infância na realidade da França, ocorreram de maneira bastante diferente da realidade brasileira.

A criação das escolas no país aconteceu de maneira bastante restrita, O acesso às escolas estava intimamente relacionado a estrutura social e econômica do país, sobretudo no que se refere às crianças negras, pois o Brasil colonial, tinha sua organização econômica ainda baseada no regime escravocrata, no qual as crianças negras o local destinado a estas crianças era direcioná-las à exploração por meio do trabalho infantil e não a formação através dentro das escolas. Mary Del Priore (2012) no trabalho “A criança negra no Brasil” nos dá mais detalhes sobre esta especificidade:

No século XIX, a saída para os filhos dos pobres não seria a educação, mas a sua transformação em cidadãos úteis e produtivos na lavoura, enquanto os filhos de uma pequena elite eram ensinados por professores particulares. Reclamada, desde 1824 e criada em 1856, para atender as necessidades de uma população livre e vacinada, a escola pública proibia seus assentos às crianças escravas (DEL PRIORE, 2012, p. 236).

A escolarização das crianças na sociedade brasileira, deste modo, foi sendo vivenciada por aquelas crianças que possuíam condições para tal, apenas os filhos de pessoas com melhores

condições financeiras tinham acesso aos bancos escolares, o destino reservado para as crianças negras e pobres ainda era a formação e aperfeiçoamento direcionados para o trabalho, para atender às necessidades do sistema econômico vigente na época. A criança era ainda, compreendida como uma mercadoria dentro da sociedade brasileira e esta exclusão do ambiente escolar se mostra como uma das faces da violência cometida contra esses sujeitos.

Em relação a criação da vida privada em família na sociedade brasileira, Del Priore (2012) traz algumas considerações sobre a consolidação do “lar”, do ambiente dotado de privacidade, propício para a concepção de afeto entre os membros de uma família. No Brasil, as residências, sobretudo nas periferias, foram sendo construídas de maneira precária, improvisada e permeadas pela falta de acesso a espaços adequados para as residências. A autora destaca como se caracterizavam as casas nas favelas e os chamados cortiços:

Quanto à evolução da intimidade, sabemos o quanto ela sempre foi precária, entre nós. Os lares monoparentais, a mestiçagem, a pobreza material e arquitetônica que se traduzia em espaços onde se misturavam indistintamente crianças e adultos de todas as condições, a presença de escravos, forros e libertos, a forte migração interna capaz de alterar os equilíbrios familiares, a proliferação de cortiços, no século XIX e de favelas, no XX, são fatores que alteravam a noção que se pudesse ter no Brasil, até bem recentemente, de privacidade tal como ela foi concebida pela Europa urbana, burguesa e iluminista (DEL PRIORE, 2012, p. 239).

Assim é perceptível que, essa construção tardia de lares dotados de privacidade, como ambientes destinados à família nuclear, a precariedade desses lares quando constituídos,

a monoparentalidade foram aspectos que se colocaram como obstáculos também nesse desenvolvimento da afetividade dentro dos lares na realidade social brasileira.

Um outro aspecto também é levantado por Jorge Fernando Hermida (2021), no trabalho “Criança e infância na obra de Philippe Ariès e nos clássicos da História Social da Classe Operária: em busca das crianças invisíveis – as crianças proletárias”, através de pesquisa histórica e documental fundamentada em uma interpretação marxista da história, são feitas considerações acerca de algumas lacunas e pontos controversos em Ariès (1981). O principal deles é o fato de que:

[...] a análise pormenorizada de sua obra nos permite reconhecer, além dos méritos supracitados, uma limitação relevante: suas análises sempre estiveram direcionadas para a pesquisa de crianças e infâncias que faziam parte de famílias nobres, aristocráticas e burguesas (HERMIDA, 2021, p.23).

Hermida (2021) ressalta que, uma das maiores ausências é em relação à não visibilidade aos filhos da classe trabalhadora (as crianças proletárias), tratando-se da não inclusão de um sujeito histórico que esteve muito presente na obra de outros autores da História Social da Classe Operária tais como Hobsbawm, Thompson, Dobb, Engels e Marx. Para ele as crianças tiveram presença social preponderante na transição do século XVIII para o século XIX, e quando a triunfante revolução industrial assentou as bases para a formação social capitalista, pois:

Com o advento das máquinas e o aparecimento de novas fontes de energia, a substituição da força de trabalho dos homens pela força de trabalho das mulheres e crianças tornou-se inevitável – mesmo que estas últimas fossem crianças pequenas. Isto chegou ao paradoxo

quando passa a fazer parte do mercado de trabalho a família inteira do trabalhador. A inserção das crianças no mundo produtivo era vista com naturalidade, se considerarmos os dados demográficos dos principais países europeus (Inglaterra e França): na época, duas de cada cinco pessoas eram menores de 18 anos. Na transição secular (XVIII para o XIX), 40% dos ingleses e franceses eram crianças (HERMIDA, 2021, p. 24-25).

Fica nítido a partir destas reflexões que, o retrato das crianças que não eram abastadas e que foram força de trabalho, neste período de assentamento da economia capitalista na Europa, que não foi abordado por Ariés é de extrema relevância pois, a exploração de crianças durante este período, também implica no modo como elas eram tratadas perante a sociedade e como a infância ainda era algo a ser vislumbrado diante desta realidade.

Neste sentido, a violência contra crianças é um fenômeno bastante complexo e que deve ser analisado a partir de inúmeros aspectos, pois a própria violência possui diversas formas de manifestação e é entrelaçada pelo contexto social, político e econômico. Além disso, devem ser considerados os ordenamentos de classe, raça e gênero para a análise das violações de direitos na realidade brasileira.

A violência contra crianças se expressa de múltiplas maneiras a partir do contexto social no qual ela ocorre, sendo determinada e reproduzida a partir dos sujeitos envolvidos e a conjuntura política, social, cultural e econômica que se apresentam enviesadas nas violações de direitos. A violência durante a infância interfere no processo de vivenciar este período de maneira plena e saudável. De acordo com Artigo 5º do ECA “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade

e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (ECA, 1990, p.08).

A infância no Brasil, é compreendida dentro de um contexto social bastante particular. Destaca-se que as legislações brasileiras que representam um avanço em relação aos direitos das crianças no país, ainda são bastante recentes e somente ocorrem a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e ganham maior notoriedade com o Estatuto da Criança e do adolescente em 1990, que irá adotar a doutrina da proteção integral para políticas destinadas à infância e adolescência no país.

Apesar de inúmeros marcos legais, que foram sendo construídos paulatinamente e que são de suma importância para o enfrentamento à violação de direitos das crianças, se observa um abismo entre o avanço jurídico-legal e a efetivação de políticas que combatam essas violências, que começam desde o acolhimento de uma denúncia de violação de direitos pois invariavelmente se observa um silenciamento dessas violações que vem sendo construído historicamente, uma vez que a criança dentro da sociedade é tratada como um não sujeito no qual a sua opinião é reiteradamente invalidada sobretudo a partir do olhar do adulto sob as vontades e desejo da criança.

Nesse sentido, ressalta-se que esse processo lento de compreensão da infância dentro da perspectiva da proteção integral também ocorre no Piauí. A infância inicialmente ganha maior relevância, com o desenvolvimento urbano no Estado que se concentra principalmente na cidade de Teresina e por meio da criação das escolas, que passam a ser espaços de aprendizagem e formação dos indivíduos, representando assim a fase da infância que deveria ser um momento de preparação para a vida adulta, para a construção de projetos de vida de formação para o mercado de trabalho.

3. O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA SEXUAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: REALIDADE PIAUIENSE

O contexto da pandemia da COVID-19 que foi declarada em 11 de março de 2020, pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e teve início em Wuhan na China, no final do mês de dezembro de 2019, chegando oficialmente ao Brasil em fevereiro de 2020 (DIAS et al. 2020), desencadeou inúmeras consequências na organização da sociedade e sobretudo nas relações interpessoais e nas formas que a violência contra crianças acontece.

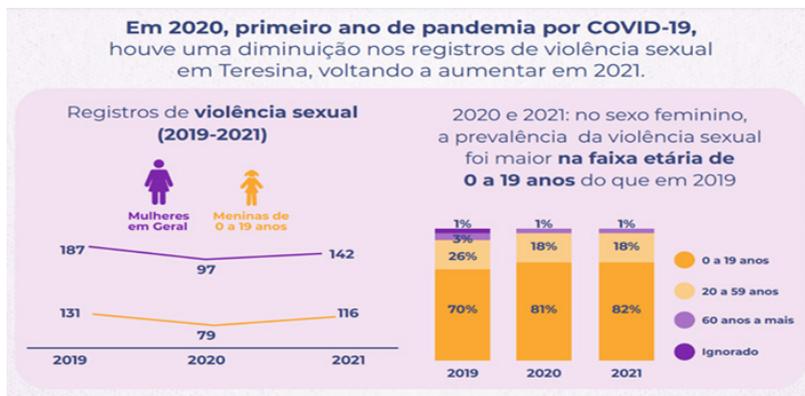
A partir desse período, o distanciamento social foi adotado como uma das principais medidas de prevenção à transmissão do vírus, desta forma as organizações de saúde determinaram que o isolamento era a melhor alternativa a ser seguida. No caso do Brasil as medidas de isolamento e de suspensão de atividades coletivas, foram sendo suspensas paulatinamente “[...] em diferentes momentos, pelos estados e municípios brasileiros, a exemplo de suspensão de aulas, fechamento de órgãos públicos, lojas comerciais, entre outros” (DIAS et al. 2020).

Nesta perspectiva, as famílias reproduzem essa carga cultural e social determinam a forma como acontece a efetivação de direitos de crianças e adolescentes, diante de situações de abuso sexual na realidade piauiense durante o período da pandemia. A rede de atendimento a criança vítimas de violência sexual na Piauí, se mostra bastante frágil tendo em vista que a realidade dessa problemática é bastante complexa, como assinalado, a rede de proteção possui inúmeras dificuldades na promoção de atendimento e combate à violência sexual contra crianças, pois não existe no estado uma estrutura que de fato atenda essa problemática, dessa forma dever ser colocado que durante a pandemia ganha maior complexidade e novos fato-

res a serem pensados em relação a violência sexual no Piauí.

O único estudo publicado sobre essa realidade, foi realizado pela Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres no 1º Boletim do Observatório da Mulher em Teresina sobre Violência sexual contra meninas em Teresina, dentre as informações dispostas no boletim, se destaca o fato de uma atenção maior para a análise do período da pandemia pelo observatório.

Figura 1: Registro de violência sexual contra mulheres e meninas em Teresina em 2019, 2020 até agosto de 2021.



FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES- 1º BOLETIM DO OBSERVATÓRIO DA MULHER EM TERESINA SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENINAS EM TERESINA, 2022.

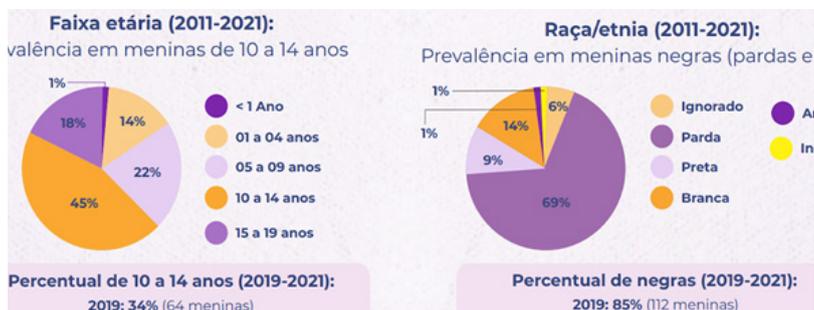
Na figura pode ser observado o número de mulheres em geral, que registraram denúncias por serem vítimas de violência sexual em Teresina, em número absolutos nos anos de 2019, 2020 e 2021, se observa que em todas as faixas etárias existe um declínio no ano de 2020 em comparação ao ano de 2019 e em seguida se observa uma curva ascendente no ano de 2021. No caso de meninas com até 19 anos, o número sai de 131 para apenas 79 registros no ano de 2020, o que se mostra como um

número bastante preocupante, considerando que esse número muito provavelmente é resultado de subnotificação neste período de isolamento, no ano de 2021 já se observa um aumento chegando ao número de 116 registros de violência sexual nessa faixa etária.

Também deve ser colocado como uma emergência, a porcentagem registrada pelo Observatório da Mulher de Teresina, de vítimas de 0 a 19 anos nesses 03 anos em questão. Como pode ser observado na figura, a porcentagem de vítima nessa faixa etária representa mais de 70% (setenta por cento) do total de vítimas no ano de 2019 e ocorre um aumento considerável no ano de 2020 chegando a 81% (oitenta e um por cento) seguido de uma leve alta no ano de 2021 representando 82% (oitenta e dois por cento) do total de vítimas de violência sexual na cidade.

Diante dessa realidade do número de vítimas de violência sexual está na faixa etária de 0 a 19 anos apresentado pelo OMT, são abordadas mais especificidades em relação a algumas características dessas vítimas. O boletim faz um recorte temporal de 10 anos, para a análise do perfil majoritário das meninas violentadas e realiza um destaque sobre esse recorte nos anos de 2019, 2020 a até agosto de 2021 como será observado na figura a seguir.

Figura 2: Faixa etária de meninas vítimas de violência sexual em Teresina entre 2011- 2021.



NO 1º BOLETIM DO OBSERVATÓRIO DA MULHER EM TERESINA SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENINAS EM TERESINA, 2022.

A figura acima, nos mostra que existe uma predominância durante essa década, compreendida entre os anos de 2011 a 2021, de meninas vítimas de violência sexual na faixa etária entre 10 e 14 anos e se somado a segunda faixa etária com maior porcentagem de vítimas, que é a faixa etária de 5 a 9 anos, essas faixas etárias, representam 67% (sessenta e sete por cento) do total de meninas vítimas de violência sexual.

Diante desse dado pode ser problematizado sobre como direcionar ações que intensifiquem o combate voltado para estas faixas etárias, essa porcentagem aumenta após os 05 anos devido a incapacidade de comunicação das crianças? Por quê existe nesse recorte temporal de 10 anos, a predominância do fenômeno da violência sexual na faixa etária de 10 a 14 anos, justamente o período que representa o início da adolescência e o final da infância existe alguma relação com as mudanças físicas e biológicas das meninas?

Outro dado destacado na figura, se refere a raça da maioria das meninas violentadas sexualmente, que no período de 2011 a 2021 representaram quase 70% (setenta por cento) do total de vítimas, e que no ano de 2019 chegou a representar 85% (oitenta e cinco por cento) do total, diminuindo para 75%

(setenta e cinco por cento) no ano de 2020 e volta a aumentar no ano 2021 representando 84% (oitenta e quatro por cento) do total de meninas vítimas de violência sexual em Teresina.

Assim sendo, cabe indagar não somente o porquê da maioria das vítimas serem pardas, mas se outros determinantes sociais estão envolvidos nessa porcentagem, para além da raça a qual essas meninas se identificam, existem determinantes de vulnerabilidade social envolvidos na realidade dessas meninas?

Ressalta-se ainda, o modo como essa realidade se apresenta no Serviço de Atendimento de Atenção às Vítimas de Violência Sexual-SAVVIS, serviço responsável por atender demandas de todo o estado. A seguir serão colocados como os dados se comportam diante deste cenário de isolamento social e dificuldade de chegada de denúncias no serviço. Ressalta-se que já ocorria essa dificuldade de atendimento em um período pré-pandemia, soma-se a esta realidade todas as barreiras impostas pelo isolamento social, fatores como a locomoção, uma vez que o SAVVIS se localiza na capital Teresina e a necessidade de isolamento social acarreta a diminuição da saída das pessoas de suas casas e conseqüentemente o deslocamento até este serviço.

Outro fator a ser considerado é que o isolamento social aumenta o convívio com os agressores, nos casos em que a violência ocorre na própria família. Além disso deve ser pensado como um família que sofre violação de direitos possui autonomia para denunciar casos de violência, sobretudo as famílias mais empobrecidas uma vez que o agressor, pode ser o genitor ou uma figura masculina da família que muitas das vezes desempenha o papel de provedor da família, segundo Ribeiro, “na violência sexual doméstica, as vitimizações ocorrem no território físico e simbólico da estrutura familiar onde o homem praticamente possui o domínio total” (RIBEIRO et. al. 2004, p .457). Dessa maneira, todos estes aspectos devem ser considera-

dos na análise destes dados do SAVVIS.

Tabela 1: Número de pessoas atendidas no SAVVIS do sexo feminino com até 9 anos de 2020 até o primeiro semestre de 2021.

Ano	Atendimentos
2020	200
2021	252

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE NOS DADOS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO DE ATENÇÃO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL-SAVVIS, 2021.

Como destacado anteriormente, no ano de 2019 o serviço apresenta o número de 201 ao longo do ano de 2020 os casos não se alteram muito chegando ao número de 200 casos atendidos, posteriormente ocorre um aumento em 52 casos atendidos pelo SAVVIS no ano de 2021 em relação a 2020, desta forma cabe considerar o significado desse aumento não só considerar o aumento de casos mas como esse dado chegou a 252 no ano de 2021 e apenas 200 no ano de 2020, considerando a subnotificação de casos essa realidade deve ser bem mais complexa e esse número bem mais elevado do que o número que se apresenta no SAVVIS neste período.

Compreender a violência na infância como um fenômeno complexo e que envolve inúmeras consequências, a gravidez na infância por exemplo, pode ser uma das consequências da violência sexual nesta fase de vida. Durante a pandemia, houve um aumento dos índices de gravidez na infância no Nordeste, segundo dados coletadas do Sistemas de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), com base no número de nascidos vivos de acordo com a idade da mãe em 2020 e 2019, sintetizados pelo Observatório da Mulher Teresina (OMT, 2022).

Em 2020, o Nordeste foi a região com maior número de nascimentos, gerados por meninas com menos de 15 anos de idade (6.822), seguido da região Sudeste (4.210). No estado do

Piauí, este número foi de 417 nascimentos em 2020 e de 416 em 2019. Em Teresina, no ano de 2019 foi apontado que 77 meninas com menos de 15 anos foram mães, já no ano de 2020 esse número apresenta um leve recuo chegando ao número de 70 genitoras nesta faixa etária.

Considerando essa quantidade de crianças que gestam outras crianças na região que aparece em primeiro lugar no Brasil como a região que mais registrou meninas mães, deve ser ponderado quantas dessas genitoras foram vítimas de estupro, sob quais condições essas crianças foram geradas, quantas dessas mães tiveram informações sobre aborto legal em caso de estupro ou se houveram outras intercorrências familiares nesse processo.

Outro aspecto bastante relevante, é a recorrência da violência sexual, na trajetória de vida de meninas, segundo o OMT (2022) na cidade de Teresina na década de 2011 a 2021, 612 meninas já haviam sofrido episódio de violência outras vezes, representando 42% dos casos. Em relação aos relatos de repetição nos últimos anos em 2019: 41% (54 meninas) já havia sofrido alguma violência em 2020: 48% (38 meninas) já em 2021: 46% (53 meninas). Esse índice de recorrência na violação de direitos, na vida de meninas é bastante significativo pois, deve ser isto como um alerta sobre a rede de atenção voltada a crianças vítima de violência, como essa rede de apoio governamental e da própria sociedade vem se organizando frente a essa repetição da violência da vida dessas meninas.

No que se refere, a realidade da violência sexual contra crianças com até 9 anos do sexo masculino, o SAVVIS, apresenta números bem inferiores em comparação às crianças do sexo feminino, apenas 20 denúncias relativas a este segmento no ano de 2020, ocorrendo um movimento inverso em relação as meninas de maior diminuição no ano de 2021, cabe considerar desta forma sob quais condições estes dados são colocados

como apresentados a seguir na tabela 5.

Tabela 2: Número de pessoas atendidas no SAVVIS do sexo masculino com até 9 anos de idade de 2020 a 2021

Ano	Atendimentos
2020	20
2021	15

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE NOS DADOS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO DE ATENÇÃO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL-SAVVIS, 2021.

A violência sexual contra meninos, parece ainda mais difícil de ser identificada, considerando que os crimes de violação sexual “[...] são crimes cerceados por ambientes de coerção e intimidação, seja da relação da vítima com o agressor ou do momento da comunicação do fato às autoridades policiais, quando a vergonha e o medo podem ser obstáculos.” (BOHNENBERGER, 2021, p.112). Todos esses aspectos devem ser considerados, além do contexto da pandemia de COVID-19, deve ser considerado em relação ao segmento masculino como destacado, a vergonha e o medo diante desse contexto de subnotificação de violência sexual contra meninos.

A subnotificação que faz parte dos inúmeros fatores correlatos, ao fenômeno da violência sexual contra crianças aparece de maneira bem mais presente, em relação ao segmento masculino diante deste contexto pandêmico, pois “apesar de apresentar semelhanças, seria preciso focar no quanto os meninos/homens são e se sentem silenciados para falar e admitir que são/foram vítimas de violência sexual, principalmente na infância.” (ROSA, 2020, p.150). Como mencionado o silenciamento como um elemento que envolve a violência sexual é um fato ainda mais presente quando se trata da violência sexual contra meninos, as relações de poder estabelecidas através da diferença geracional pressupõem que:

A regra da autoridade determina o domínio

do mais forte sobre o mais fraco, enquanto que a de gênero, regula as relações entre homens e mulheres. A regra de idade, de um lado rege as relações entre crianças e adolescentes e, do outro, as relações entre adultos detentores do poder e destes sobre os primeiros, socialmente excluídos do processo decisório (RIBEIRO et. al. 2004, p.457).

Essas relações de poder entre o adulto e a criança na sociedade adultocêntrica, também fazem parte dessa subnotificação de dados, fragilidade na identificação da violência sexual contra crianças no Piauí. Os dados são obtidos a partir, do atendimento das vítimas aos órgãos responsáveis, essa problemática se coloca de maneira bem mais complexa e é um fenômeno multifatorial e profundo em nossa sociedade, pois envolve mudanças não só no enfrentamento da violação de direito de crianças, mas no modo como esta é vista dentro da sociedade.

Dentro desta perspectiva, podemos tomar como base um documento elaborado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Humano (SEDH) da Paraíba elaborou no ano de 2013, um Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, que faz considerações sobre a construção da proteção da criança e do adolescente na sociedade na perspectiva da proteção integral e defesa de direitos, destacam-se alguns pontos que se colocam como centrais como:

- a existência e a adequada estruturação de uma rede de serviços de atenção e proteção à criança, ao adolescente e à família, capazes de prover orientação psicopedagógica e de dialogar com pais e responsáveis, criando espaços de reflexão quanto à educação dos filhos, bem como de intervir eficientemente em situações de crise, para resguardar os direitos da criança, fortalecendo a família para o adequado

cumprimento de suas responsabilidades, ou propiciando cuidados alternativos à criança e ao adolescente que necessitem, para sua segurança e após rigorosa avaliação técnica, ser afastados da família.

- difusão de uma cultura de direitos, em que as famílias, a comunidade e as instituições conheçam e valorizem os direitos da criança e do adolescente, especialmente a sua liberdade de expressão e o direito de participação na vida da família e da comunidade, opinando e sendo ouvidos sobre as decisões que lhes dizem respeito;
- a superação de padrões culturais arraigados, característicos de uma sociedade patriarcal, marcada pelo autoritarismo, em que se admite a imposição de castigos físicos e outros tipos de agressão como “educação” dada à criança e ao adolescente;
- a capacidade dos membros das famílias, da comunidade e dos profissionais que atuam junto a crianças, adolescentes e famílias, especialmente nas áreas de educação, saúde e assistência social, de reconhecer os sinais da violência social, de reconhecer os sinais da violência contra a criança e o adolescente, denunciá-la e enfrentá-la, desenvolvendo uma atitude coletiva e pró-ativa de proteção e “vigilância social”, em lugar da omissão;
- a existência e a adequada estruturação dos Conselhos Tutelares, bem como a capacitação dos conselheiros para o exercício de suas funções em defesa dos direitos da criança e do adolescente, em estreita articulação com a Justiça da Infância e da Juventude, o Ministério Público e com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos.
- a oferta de serviços de cuidados alternativos à criança e ao adolescente que necessitem - para sua segurança e após rigorosa avaliação técnica - ser afastados da família de origem; e
- a oferta de serviços de apoio psicossocial à família visando a reintegração familiar, bem

como de acompanhamento no período pós-re-integração. (SEDH, 2013, p. 36).

Todos esses pontos que se colocam como fundamentais na proteção de crianças e adolescentes, também devem ser considerados ao se tratar da violência sexual perpetrada contra esse segmento social. Uma vez que as violações de diferentes naturezas ocorrem, sobretudo quando não existe uma compreensão sobre a criança enquanto um sujeito de direitos dentro da sociedade, quando os valores culturais, sociais enraizados na sociedade, não estão pautados na dignidade no desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes.

Essa cultura de direitos se mostra como um desafio para a sociedade, para as famílias e para as instituições. Compreender a criança como um indivíduo biopsicossocial, no qual ela vivencie a infância de modo saudável em um ambiente familiar com relações afetivas bem estabelecidas, com espaços para serem ouvidas é algo bastante distante para a realidade brasileira e piauiense, no que se refere ao segmento infanto-juvenil não existe uma prioridade e ações estruturais voltadas para essa faixa etária, apesar de números bastante significativos em relação a violência praticada não se observa uma rede que de fato possa atender a essas demandas urgentes na atualidade.

O Plano acima apresentado, representa um exemplo que poderia ser de fato implementado na realidade piauiense, que se mostra ainda bastante tímido no que se refere a enfrentar a problemática da violência sexual contra crianças no Estado. Destaca-se que no Piauí, não possui nenhum Plano para combater essa problemática social, como demonstrado ao longo deste trabalho, apresenta inúmeros desafios no período da pandemia, e assim, essa realidade deveria ser considerada, neste momento de flexibilização contínua do isolamento social.

CONCLUSÃO

Cabe tecer aqui alguns desafios em relação a esta problemática no contexto piauiense. Atualmente a criança ainda tem pouco espaço nas políticas voltadas para a proteção da infância. Fato este que se estende para a problemática da violência sexual no Estado, no qual a rede de proteção existente ainda é bastante recente e frágil em relação a complexidade e emergência dessa problemática social.

No Piauí existe apenas um órgão, que acolhe as denúncias de violência sexual contra menores de idade, o Serviço de Atendimento a Vítima de Violência Sexual-SAVVIS que ainda apresenta inúmeras lacunas em sua cobertura. As cidades que acolhem denúncias através do órgão, ainda representam um número pequeno em relação à dimensão do Estado do Piauí que possui atualmente 224 municípios, a saber apenas as cidades de Picos, Floriano, Bom Jesus, São Raimundo Nonato, Corrente, Parnaíba, Campo Maior e Teresina fazem parte da rede de atendimento do SAVVIS no Piauí.

Em relação a violência sexual contra crianças durante a pandemia no Piauí, os dados foram encontrados com dificuldade, apesar do período pandêmico ter iniciado em 2020, os estudos e dados relacionados a violência sexual no Piauí neste período, ainda são bastante escassos na atualidade, indicando a necessidade de investimento quanto à elaboração de índices que retrate essa realidade. A partir dos dados coletados destaca-se que os números apresentados tanto a nível nacional, como estadual, apontam para uma diminuição do número de denúncias no ano de 2020 e ocorre um aumento no ano de 2021.

Esta diminuição no número de denúncias no ano de 2020, seguida de aumento no ano de 2021, pode representar inúmeros aspectos que envolvem a maneira como as denúncias passaram a acontecer neste recorte temporal de dois anos, a subno-

tificação que já é uma característica inerente ao fenômeno da violência sexual cometida contra crianças, se apresenta de maneira bem mais presente durante a pandemia de COVID-19.

Considerando que o fechamento das instituições durante o período do isolamento social, também se coloca como um fator que pode ter favorecido a subnotificação e consequentemente essa diminuição no número de denúncias de crianças vítimas de violência sexual no Piauí no ano de 2020 e aumento no ano seguinte, uma vez que existe uma reabertura das instituições que acolhem as denúncias de violência sexual contra crianças.

O presente trabalho representa assim uma reflexão que pode ser utilizada futuramente por outros pesquisadores do tema da violência sexual contra crianças no Estado do Piauí, pois traz contribuições históricas do contexto social que envolve o fenômeno da violência sexual na infância. Além disso, apresenta essa realidade através dos dados que apenas são indicadores de uma realidade bem mais complexa.

Destaca-se que a complexidade deste fenômeno na realidade piauiense no presente momento, necessita de maiores investimentos públicos. Desta forma pondera-se aqui, que caberia aos órgãos responsáveis, a elaboração de um plano como o apresentado no estado da Paraíba, para proteção da criança e do adolescente, voltando-se ao enfrentamento dessa problemática social, envolvam a sociedade de forma ampliada e as instituições para que em conjunto de fato exista uma atuação em rede na perspectiva da garantia dos direitos de vítimas de violência sexual e que sobretudo ocorra o combate e prevenção da violência sexual contra crianças no Piauí.

REFERÊNCIAS:

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.**

Libros técnicos e científicos editora, 1981.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. Boitempo Editorial, 2015.

BOHNENBERGER, Marina; BUENO, Samira. Os registros de violência sexual durante a pandemia de covid-19. **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, São Paulo, ano, v. 15, p. 230-255, 2021.**

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)**. Estatuto da criança e do adolescente: disposições constitucionais pertinentes: lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. - 6 ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

DEL PRIORE, Mary. **A criança negra no Brasil**. In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. Diálogos em psicologia social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 232- 253. ISBN: 978-85-7982-060-1. SciELO.

DIAS, Joana Angélica Andrade et al. Reflexões sobre distanciamento, isolamento social e quarentena como medidas preventivas da COVID-19. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, v. 10, 2020.

HERMIDA, Jorge Fernando. Criança e infância na obra de Philippe Ariès e nos clássicos da História Social da Classe Operária: em busca das crianças invisíveis—as crianças proletárias. **Revista Polyphonia**, v. 32, n. 2, p. 17-38, 2021.

RIBEIRO, Márcia Aparecida; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; REIS, Jair Naves dos. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, p. 456-464, 2004.

ROSA, Cristiano Eduardo da; DE SOUZA, Jane Felipe. VIOLÊNCIA/ABUSO SEXUAL CONTRA MENINOS: MAS-CULINIDADES E SILENCIAMENTOS EM DEBATE. **PESQUISA EM FOCO**, v. 25, n. 2, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: **Quem mandou nascer mulher?: Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil**. Rosa dos Tempos, p. 137-211, 1997a.

----- . Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas sociais**, n. 2, p. 59-79, 1997b.

SAVVIS, Serviço de Atendimento de Atenção às Vítimas de Violência Sexual. Secretaria de Saúde do Piauí, Teresina: 2021.

SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (SEDH). Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Paraíba, 2013. Disponível em: <https://shorturl.at/bkn01>. Acesso em: 20 de set. de 2022.

SMPM, Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres. 1º Boletim OMT sobre Violência sexual contra meninas em Teresina. Teresina: 2022. Disponível em: <https://shorturl.at/vz047>. Acesso em: 22 de set. de 2022.

CAPÍTULO VII

**Educação e pandemia de COVID-19:
desafios e possibilidades vivenciados
por estudantes, professores e gestores de
escolas públicas e as estratégias adotadas
no ensino remoto**

Taynara Pereira da Silva
Iracilda Alves Braga

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema central o processo de introdução das novas tecnologias digitais no ambiente escolar e os desafios que surgiram com a chegada da pandemia de COVID-19 e o retorno às aulas presenciais. A importância de trabalharmos esta temática tão atual é passar para os nossos leitores a relevância dos efeitos políticos educacionais e como elas abrem possibilidades e desafios para a sociedade atual. Ao compreendermos tais questões, é possível perceber que a educação pode se configurar como um importante instrumento de cidadania e democratização do ensino.

Ao discutir os aspectos da educação em diferentes épocas percebe-se que o acesso às classes mais populares foi resultado de lutas sociais e aprovações de políticas públicas que objetivavam melhorar o desenvolvimento social, cultural e econômico do país, expresso na Constituição Federal de 1988 como a educação sendo direito fundamental.

Durante o desenvolvimento deste trabalho foi observado que o acesso à educação pelas classes mais empobrecidas apareceu como um processo lento, de pequenas mudanças nas legislações que eram aprovadas em cada época. Observamos também, um processo desafiador e cheio de possibilidades com a chegada da pandemia de COVID-19, revelando as fragilidades do sistema e as adaptações que foram feitas para o retorno às aulas. A relevância da temática justifica-se devido a importância da reflexão quanto às mudanças que se sucederam ao longo da história do nosso país e os impactos causados diante das mudanças que surgiram ao longo do tempo.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizada a metodologia pesquisa bibliográfica, sendo dividida em três partes: a primeira versa sobre os aspectos que norteiam o desenvolvimento da educação no Brasil desde o século XX

aos dias atuais; o segundo tópico apresenta sobre as mudanças introduzidas na educação com chegada da pandemia e o uso emergencial das novas tecnologias e da mudança do ensino presencial para o remoto; o terceiro tópico busca discutir o retorno presencial e as possibilidades para a educação após a pandemia de COVID-19.

Por fim, o tema se justifica em razão da importância da temática na atual sociedade contemporânea, que perpassa pelas transformações sociais, econômicas e tecnológicas. Com isso, discutir essa temática se torna ainda mais relevante para que a sociedade problematize, entenda, se adeque e interaja com as mudanças que ocorrem no mundo, bem como criar e aproveitar oportunidades.

2. DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A relação existente entre desigualdade de renda e educação tem sido motivo de discussões e debates ao longo dos séculos por sua importância e impactos na vida cotidiana, um exemplo existente até hoje são as diferenças entre a região Sudeste e as regiões Norte e Nordeste, por exemplo. Disparidades essas que fizeram o Imperador D. Pedro II no século XIX declarar que venderia sua coroa para matar a fome dos nordestinos.

Ao passar dos anos foram realizados diversos diagnósticos, buscado soluções, criado programas governamentais com o intuito de reduzir as diferenças, como se percebe em 1950 quando sob a orientação do economista Celso Furtado foi publicado o documento *Uma política para o desenvolvimento do Nordeste* que buscava reduzir as diferenças entre as regiões Sudeste e Nordeste (SALVATO; FERREIRA; DUARTE, 2010).

O pensamento de Salvato, Ferreira e Duarte (2010) é compartilhado por Goldemberg (1993) quando afirma que

tanto a desigualdade na distribuição da renda quanto as dificuldades que o sistema educacional passa estão diretamente interligadas. Por mais que haja uma política educacional, não é possível que uma criança seja educada com a família em situação de miséria e nem aumentar a renda do trabalhador se ele não tiver condições de estudar.

Essas duas situações não podem ser entendidas como falta de implantação de escolas, mas devem ser tratadas em paralelo e levado em consideração as dificuldades econômicas, políticas e culturais existentes. Observa-se que, há possibilidades em ampliar a educação para a população pelos mais diversos segmentos como lideranças sindicais e empresariais, revelando-se uma preocupação em melhorar as deficiências do sistema educacional, por meio também de políticas públicas e Leis aprovadas ao longo do tempo, retratado mais detalhadamente adiante.

Retornando ao Brasil do século XIX escravocrata, sendo o último país ocidental a abolir a escravidão, enquanto países desenvolvidos expandiam a educação aos seus cidadãos e consequentemente a cidadania. Ser escravo, ex-escravo e descendente, além de carregar o peso da herança, dificultava o acesso à educação devido às tradições da época, também por conta da escola não fazer parte do cotidiano. Outro aspecto a ser observado era a relutância observada pelas elites tradicionais.

Traçando um resgate do Brasil Colonial (1500-1822), em que a educação era basicamente realizada pelos padres jesuítas, mas não a educação que qualificava para avançar nos diferentes níveis de estudo e posteriormente para o mercado de trabalho. O ensino ministrado versava sobre o conhecimento da cultura geral básica, sem capacitar para o trabalho e com o intuito de catequizar. Apesar da implementação, esse ensino não influenciava na vida cotidiana dessas pessoas, principalmente porque não interferia nas atividades de produção do período e

não exigiam conhecimento para essas atividades (ROMANELLI, 1978).

A relação dos jesuítas com o ensino foi seriamente afetada, culminando com o seu afastamento por meio do Marquês de Pombal, que buscou inserir o Estado como definidor das políticas educacionais. As chamadas “aulas régias” foram implementadas pelo Estado para ensinar as primeiras letras e questões de humanidades, conforme Cardoso (2004).

Apesar do Estado querer implementar reformas na educação, as dificuldades com recursos financeiros para contratação de professores se tornaram um obstáculo para realizar de fato as mudanças. Cardoso (2004), destaca que em 20 de março de 1760, em Recife, foi realizado o primeiro concurso público para professor, mas chegado o ano de 1765 ainda não havia sido nomeado nenhum professor público no Brasil. Nesse período, as pessoas que tinham recursos recorrem às aulas particulares na casa do próprio professor, este sem uma formação específica era submetido a uma prova de gramática e matemática para receber o título. Quanto ao filho dos negros e pobres, seu dever era se transformar em cidadãos ágil e produtivo nas lavouras, sem opção de ser ensinado por professores particulares (VIVEIROS, 2006).

Em 1808, novas mudanças sucederam com a chegada da família real para atender a formação acadêmica da classe dominante, ou seja, a aristocracia, com a implementação de cursos superiores de “Medicina, Agricultura, Economia Política, Química e Botânica, além de academias militares [...]” (PAIVA, 1987 p. 60).

No período Imperial (1822-1889), mesmo com o decorrer dos anos e apesar do Estado ainda ser responsável pela educação pública, esta não tinha um sentido de que deveria ser para todos, nem uma visão de que torna possível conhecimentos primordiais para a constituição da cidadania e o espírito de

nacionalidade (MIGUEL, 1999).

Paiva (1987) acrescenta ainda que no período que antecedeu a República, a educação elementar já era pauta de destaque em meio ao apelo popular e pelo parecer de Rui Barbosa de 1882, que realizou um estudo da educação ofertada pelo Estado. Apesar da educação elementar ser reconhecida e contemplada na Constituição de 1824, não se sustenta na próxima Constituição aprovada em 1891, onde muda a autonomia dos Estados passando a responsabilidade para as próximas constituições. A partir disso, os Estados passaram a assumir, mas repassando as atribuições para os municípios que eram pobres na arrecadação de impostos.

Barroso Filho (2000), ressalta que no final desse período, ocorriam manifestações isoladas em razão do analfabetismo que alcançava principalmente a classe majoritária como os pobres, trabalhadores manuais, os órfãos e os desvalidos. Mas a visão de escolarização dessas pessoas era vista com temor, pois ameaçava a “ordem natural” da sociedade, pensamento perpetuado ao final do século XIX e início do século XX.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL DO SÉCULO XX

Sabe-se que após a abolição da escravatura, sancionada em 13 de maio de 1888 por meio da Lei Áurea e assinada pela princesa Isabel, foi marcado o fim do império e início da república (1889-1930), possibilitando mudanças na economia do Brasil, principalmente pela troca do trabalho escravo pelo assalariado. Outro aspecto que chama atenção é a imigração de povos europeus e a mudança para as áreas urbanas da população negra. Fatos esses que impactaram o crescimento da industrialização brasileira, surgindo a necessidade de propor alterações na educação das classes desfavorecidas (TENÓRIO, 2009).

Segundo Veiga (2007), a partir do início da república a educação alcançou um status de redentora da nação e os debates para criar um sistema público de ensino passaram a fazer parte dos interesses dos mais diversos setores da sociedade.

No período republicano, entre os anos de 1889 e 1971, pode-se identificar quatro movimentos representativos da história da educação brasileira. O primeiro deles diz respeito à organização administrativa, o segundo às reformas para definir uma estrutura educacional, no terceiro momento tem-se os debates teóricos entre os educadores e, por último, os debates políticos sobre a escola pública (VEIGA, 2007).

Foucault (1999), traz um outro aspecto desse período que é a escola como sendo a instituição mestre na garantia da ordem e do progresso, assim como o Estado na vigilância da conduta, a disciplina era implementada, a fim dos estudantes aceitarem ser um dos meios para se viver bem. Com isso, em sala de aula, as carteiras eram organizadas em fileiras para possibilitar o trabalho e o controle de cada aluno.

Com todos esses aspectos, surge o questionamento sobre o papel da escola nesse período. Boufleuer e Prestes (2013) descrevem que a escola surge com a finalidade de moldar e mediar a aprendizagem de padrões culturais e sociais de uma sociedade em pleno desenvolvimento e diante de um novo modelo de Estado.

O desejo da nova política era criar meios para que a educação alcançasse as áreas mais remotas dentro das condições, sendo a escola voltada para o conhecimento nas disciplinas, ministrada por professores e com número limitado de alunos. Tenório (2009) argumenta que a escola possuía uma outra finalidade sendo a formação de operários e soldados, obedientes e disciplinados, dependendo do interesse da Federação que a

escola estivesse localizada.

Um outro aspecto a ser observado são as discussões sobre as formas de aprender implementadas, havendo um espaço entre o que o professor ministrava e o que os alunos aprendiam. O resultado dessas discussões levou que a pedagogia interviesse, trazendo uma nova perspectiva de educar através da lição de conteúdos, somado a novas competências que poderiam ser melhor aproveitadas (BOUFLEUER; PRESTES, 2013).

Mais tarde, sob o governo de Getúlio Vargas, foi implementado o decreto nº 19.402/1930 que criaria uma secretaria de Estado denominada de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública buscando estudar e despachar assuntos relativos ao ensino, à saúde pública e à assistência hospitalar. Uma das primeiras iniciativas desta secretaria foi a “Reforma Francisco Campos” que colocou em prática uma estrutura orgânica aos ensinos secundário, comercial e superior no sistema escolar do país (ROMANELLI, 1978).

Curry (2003), destaca um outro marco desse período, sendo a obrigatoriedade e a gratuidade no ensino primário inseridos na Constituição de 1934 e influenciados pelos desdobramentos da 1ª Guerra Mundial e por um grupo significativo de proletários, que levou a inserir em seu artigo 5º, inciso XIV, as diretrizes da educação nacional e a educação como direito do cidadão.

A Constituição de 1934 apresenta dispositivos que organizam a educação nacional, mediante previsão e especificação de linhas gerais de um plano nacional de educação e competência do Conselho Nacional de Educação para elaborá-lo, criação dos sistemas educativos nos estados, prevendo os órgãos de sua composição como corolário do próprio princípio federativo e destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Também

há garantia de imunidade de impostos para estabelecimentos particulares, de liberdade de cátedra e de auxílio a alunos necessitados e determinação de provimento de cargos do magistério oficial mediante concurso (RAPOSO, 2005, p. 1).

De acordo com Flach (2011), a Constituição de 1937 não adotou medidas significativas à matéria educacional, considerado como um retrocesso onde não há uma preocupação com o ensino público. Alguns anos depois, no ano de 1938, foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e posteriormente em 1946, o Fundo Nacional do Ensino Primário ampliando o sistema de ensino. Horta (1998) complementa que em 1946 a nova Constituição resgata os princípios das Constituições de 1891 e 1934 e reafirma o direito amplo e geral da educação, sua gratuidade e obrigatoriedade no ensino.

A educação volta a ser definida como direito de todos, prevalece a ideia de educação pública, a despeito de franqueada à livre iniciativa. São definidos princípios norteadores do ensino, entre eles ensino primário obrigatório e gratuito, liberdade de cátedra e concurso para seu provi- A Educação na Constituição Federal de 1988 como um Direito Social 9 Direito em Debate – Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Unijuí mento não só nos estabelecimentos superiores oficiais como nos livres, merecendo destaque a inovação da previsão de criação de institutos de pesquisa. A vinculação de recursos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino é restabelecida (RAPOSO, 2005, p. 1).

Em 1961, foi promulgada a Lei 4.024/61 chamada de Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que traz os princípios da educação. Vieira e Farias (2007), discute que a Lei dá mais vantagem para

a escola privada do que a pública, enquanto que Di Giorgi e Leite (p.113, 2010), traz que “há 49 anos o Brasil conta com uma legislação que aglutina, pela primeira vez os diferentes níveis e modalidades de ensino em um único texto”, e isso permite compreender as dificuldades que o país passa e as altas taxas de reprovação durante os anos.

A próxima Constituição aprovada, em 1967, em pleno regime militar, foi mantido o texto da anterior e acrescentado a gratuidade da educação dos 7 aos 14 anos. Alguns anos depois, ainda em um cenário repressivo, foi aprovada a Lei nº 5.692/71 que fixou diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo grau, aumentando de quatro para oito anos o tempo de permanência na escola (CURRY, 2003). Já Raposo (2005), traz que o sistema de ensino dos Estados foi preservado, mas no ensino privado, inseriu bolsas de estudo para quem tinha poucos recursos financeiros. A seguir, um novo texto constitucional foi aprovado em 1969, mas nada foi alterado acerca da educação.

Conforme a reabertura democrática vai avançando de forma lenta em função do “Milagre Econômico”, da urbanização e da industrialização do país, Horta (1998) destaca que o final da década de 70 e o início dos anos 80, estimulou processos que colocassem a universalização do ensino primário e a mão de obra qualificada como prioridades à ordem econômica.

A próxima Constituição a ser aprovada foi a de 1988, que até hoje está vigente e é a que proporcionou mudanças nos aspectos sociais, como assegura Neves:

A Constituição de 1988 tentou dar conta das profundas mudanças ocorridas em nosso país na economia, nas relações de poder e nas relações sociais globais, nos últimos 20 anos, introduzindo temas, redefinindo papéis, incorporando às instituições sociais segmentos his-

toricamente marginalizados, sem, no entanto, alterar substantivamente as relações sociais vigentes (NEVES, 1999, p. 99).

O direito à educação na Constituição Federal de 1988 aparece no artigo 6º pela primeira vez em uma constituição, sendo o direito à educação um direito social: “São direitos sociais a educação, [...] na forma desta constituição”. No artigo 205, afirma-se que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 19).

O artigo 206 amplia e especifica que: “O ensino será ministrado com base nos princípios da: [...] IV gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais”. A novidade deste texto é a gratuidade para todos os níveis da rede pública, repetido nas constituições anteriores como exceção e para o ensino superior não sendo aprovado antes. A constituição especificou um outro artigo que contempla o Direito à Educação como por exemplo: ensino fundamental obrigatório para quem não teve acesso na idade convencional, atendimento educacional às pessoas com deficiência e oferta de ensino noturno regular.

Percebe-se ainda que, o Estado brasileiro reconhece esse público como sujeito de direitos, exigindo uma atenção especial não só do Estado, mas de um conjunto de atores que expressa esse reconhecimento ao consagrar essa importância no artigo 227 da CF/1988.

Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescen-

te, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p. 133).

Posteriormente foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por meio da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, fruto da regra constitucional do artigo 227 da CF/1988, substituindo o antigo Código de Menores de 1979. O estatuto possibilitou uma nova postura por parte do Estado, da família, da escola e das instituições de atendimento, além de alternativas e garantias por meio do seu conjunto de medidas que protege os direitos nessa fase da vida. Um importante passo alcançado nesse texto é a Doutrina da Proteção Integral, um verdadeiro marco no ordenamento do país, possibilitando associar a infância à nova noção de cidadania já estabelecida na última constituição.

São direitos fundamentais da criança e do adolescente os mesmos direitos de qualquer pessoa humana, tais como o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, garantidos pela Constituição Federal e repetidos pelo Estatuto (NOGUEIRA, 1996, p. 12).

Com uma Constituição que ampliou e com força de Lei possibilitou o direito à educação, foram criados novos dispositivos para sustentar a educação básica segundo Horta (1998). A autora destaca que em 1996, por meio da Lei nº 9.394, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN),

que levou a organização dos sistemas de ensino municipais.

A nova lei reforçou aspectos importantes da Constituição como a municipalização do Ensino Fundamental, estipulou a formação do docente em nível superior e colocou a Educação Infantil na posição de etapa inicial da Educação Básica. Para financiar os novos projetos, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O 1º e o 2º graus se tornaram Ensino Fundamental e Médio e a recomendação para os estudantes com necessidades especiais passou a ser a de que fossem atendidos preferencialmente na rede regular (FERREIRA, 2014, p. 2).

Outra importante conquista para a educação foi o Fundo de Manutenção de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEB), aprovado em paralelo com a Emenda Constitucional nº 14/1996 que financia o ensino fundamental através de recursos financeiros em cima do número de matrículas e fixa 60% dos recursos para a remuneração dos professores ativos.

4. EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI: DESAFIOS, PROGRESSOS E POSSIBILIDADES

O período que antecede o século XXI possibilita perceber, através do resgate histórico, as diversas fases, desafios e progressos que a educação passou até chegar de fato como direito e com força de Lei por meio da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do adolescente.

O início do século XXI até os dias atuais representa um momento histórico de “transformações” e uma série de desafios para a humanidade, sendo a geração atual testemunha viva das constantes mudanças e diferentes contextos socioculturais que

vivenciamos todos os dias de forma surpreendente.

Vivenciar todas essas novidades têm exigido dos indivíduos meios para se adaptar a era da globalização, globalização essa que estabeleceu uma ampla integração econômica, social e cultural em escala mundial, com avanços tecnológicos em todas as áreas como saúde, indústria e educação, e a chegada da internet 5G.

Nisso, “[...] trata-se de uma revolução global na vida corrente, cujas consequências se fazem sentir em todo o mundo, em todos os domínios, do local de trabalho à política” (GIDDENS, 2000, p. 24). Sendo a globalização do mundo, “[...] não é apenas uma coisa nova, é também algo de revolucionário” (GIDDENS, 2000, p. 22). Mudanças essas que trazem inúmeros benefícios e facilidades, mas desencadeiam uma gama de desafios e soluções a serem pensadas, principalmente na área da educação.

Essas novas tecnologias fizeram surgir um novo paradigma social denominado como Sociedade da Informação ou sociedade em rede, alicerçada no poder da informação (CASTELLS, 2003), Sociedade do Conhecimento “[...] onde o conhecimento é um recurso flexível, fluido, sempre em expansão e em mudança” (HARGREAVES, 2003), ou Sociedade da Aprendizagem (POZO, 2004), tendo esses três tipos de sociedade um grande impacto na educação.

A **Sociedade da Informação** (SI) está presente no cotidiano das pessoas passando por transformações por meio da ciência e da tecnologia. Na imprensa, percebe-se o avanço onde materiais impressos têm sido gradativamente substituídos e distribuídos por meios digitais (OLSON, 1994; POZO, 2001, apud. POZO, 2004). Autores como Castells (2002), Lévy (1996), Postman (1992) discorrem sobre “A Sociedade da Informação”.

Para Castells (1999), o informacionalismo e as tecnologias presente nesta nova sociedade apresentam um papel importante em todos os seguimentos sociais, gerando uma nova

estrutura social e sociedade em rede, que decorre uma nova economia, onde as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) se tornaram uma ferramenta essencial no uso da informação e da aprendizagem por parte dos indivíduos. Segundo o próprio autor “[...] a geração, processamento e transmissão de informação torna-se a principal fonte de produtividade e poder” (CASTELLS, 1999, p. 21).

Já a **sociedade do conhecimento** é “[...] um canal de comunicação horizontal”, (CASTELLS, 2003, p. 129), que independente da sua classe social tem acesso à informação, mas isso não significa dizer que todos têm acesso, e que o acesso à informação não é garantia de conhecimento e nem aprendizagem. Consideramos e concordamos com o autor quando se refere que estamos em plena revolução tecnológica, mas cabe indagar como todo esse conjunto de informações podem somar para a ampliação do conhecimento, objetivando aprendizagens que façam sentido aliado ao conhecimento que o indivíduo já conhece (AUSUBEL, 1982).

O desafio dos sistemas educacionais do século XXI é garantir que o aluno tenha acesso a um conhecimento de qualidade em um tempo que a informação encontra pouca ou nenhuma dificuldade de tempo e espaço, e o papel do professor se configura não mais de um transmissor de conhecimento, mas em um mediador de aprendizagens. É importante destacar que diante da integração das TIC nos espaços educacionais pode significar meios estratégicos e significativos para os alunos e a comunidade, o que sugere uma formação pedagógica e tecnológica dos docentes (TAKAHASHI, 2000).

Andy Hargreaves em sua obra *O Ensino na Sociedade do Conhecimento - a educação na era da insegurança* traz que “A sociedade do conhecimento é uma **sociedade da aprendizagem**” (HARGREAVES, 2003, p. 37, grifo nosso). Sob a ótica do autor, a produção do conhecimento é um recurso fundamental

da sociedade, que depende de como os indivíduos se adaptam às mudanças e a sua capacidade de processar e gerir as informações, ou seja, uma “sociedade aprendente”, palavra-chave do relatório publicado no ano de 2000 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O relatório destaca a importância da escola no processo de desenvolvimento deste novo modelo de sociedade em que é pautado o conhecimento, a criatividade e a inovação. Padrões esses que se tornam um diferencial no sucesso de uma economia mundial e competitiva. Fabela (2005) complementa que na sociedade da aprendizagem, há uma participação e interesse maior dos indivíduos em investir no seu desenvolvimento pessoal, profissional, através da TIC e de uma formação continuada.

Percebe-se que a escola deixou de ser por muito tempo apenas um espaço de ensino e aprendizagem tradicional e hoje enfrenta desafios de capacitar professores para um ensino mais dinâmico e criativo, bem como os alunos, para um aprendizado mais interativo e atraente. Lencastre (2009, p. 1) afirma que “[...] estamos na era em que os docentes se devem colocar como mestres e aprendizes, na expectativa de que, por meio da interação estabelecida na comunicação didática com os estudantes, a aprendizagem aconteça para ambos”.

Pozo (2004) concorda e argumenta que é indispensável que a forma de ensinar e aprender seja repensada para proporcionar que os alunos tenham meios de conseguir estar inseridos em uma sociedade cada vez mais globalizada e informatizada e não sejam excluídos e socialmente considerados como “economicamente e culturalmente empobrecidas”. A realidade atual instiga que os agentes que rodeiam a realidade escolar precisem se adequar aos novos métodos e técnicas eficientes para planejar e direcionar os estudantes para a atual sociedade do conhecimento. Coutinho e Lisbôa (2011, p. 11) trazem algumas reflexões:

Com a velocidade que estão a ocorrer estas mutações, a necessidade de reflectir sobre os objectivos e a função social da escola é inevitável. Como pode a escola e seus agentes RE, Vol. XVIII, nº 1, 2011 | 15 (educadores, professores, funcionários) contribuir para a instituição da sociedade da aprendizagem? De que forma podem os agentes educativos fazer da escola um lugar de eleição, não o único, para a construção do saber? Um local onde ocorre a aprendizagem, mas que vê nas novas formas de comunicação e contextos de aprendizagem da Web social não concorrentes mas parceiros na criação de modelos de interação e construção colaborativa do conhecimento?

Cabe-se destacar que a introdução e uso dessas tecnologias no cotidiano escolar perpassa por somar no processo de ensino e aprendizagem entre alunos e professores. O uso das TIC permite que pessoas de diversas classes sociais compartilhem espaços e conhecimentos para troca de conhecimentos. Pensar a sua inserção e seu ensino na escola não vai resolver os problemas atuais da educação, mas se seu uso for associado a planos bem definidos e pensados, poderá alcançar bons resultados.

A sua inserção também se mostra como um desafio em pleno momento digital que o mundo passa, sendo “[...]oportunidades nunca antes vistas para tornar o ensino uma profissão apaixonante e motivadora, que faça diferença para a sociedade futura. Tais oportunidades relacionam-se a novos papéis, novos conteúdos e novos métodos de ensino e aprendizagem” (VEEN & VRAKING, 2009, p.14).

Veen e Jacobs, apresentam em outra obra (2005) alguns princípios gerais que irão nortear a educação futuro. A **confiança**, o primeiro princípio vem discutir que as avaliações na educação tradicional são muitas vezes baseadas na verificação

e na solução das suas deficiências, do que nas suas conquistas. Esse meio pode fazer o aluno entender a escola como um espaço que pune e não um local que permite uma variedade de aprendizagens.

O segundo princípio é a **relevância** que consiste em levar o aluno a associar o conhecimento aprendido com outros temas e com seus conhecimentos prévios. O terceiro princípio que propõe a valorização do **talento**, a fim de estimular o seu desenvolvimento. **Desafiar** os alunos a desenvolver estratégias de tentativa e erro, associado a trabalhos coletivos e que proponham criar objetivos, este é o quarto princípio.

Imersão, é o quinto princípio e consiste no professor suscitar nos alunos o seu espírito investigador, fazendo com que em determinados momentos o aluno tenha experiências por meio de ambientes digitais para fazer pesquisas e descobertas. O professor é um importante agente para auxiliar a despertar a **paixão** e conseqüentemente a motivação para a aprendizagem, sendo este o sexto princípio. O último princípio se trata da **auto regulação** que defende que alunos e professores precisam estar alinhados e atentos para sua aprendizagem.

5. A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

As políticas públicas educacionais a partir da década de 1990 tiveram uma expansão quanto a sua elaboração, garantia, com base legal normativa e dos recursos de financiamento. Esses fundamentos legais que serão citados constituem a base fundamental para a origem das políticas públicas na construção da educação do país.

Antes de conceituar uma política pública educacional, é importante conhecer a origem de

uma política pública. Uma política pública surge para atender a uma política social, visando cumprir com alguma ação do Estado e as suas atribuições perante a sociedade. Em essência, é ponto fundamental de toda política pública atingir uma finalidade da coletividade (BES, 2018, p.29).

O art. 205 da CF/1988 é o princípio chave para a criação das demais políticas educacionais pois reafirma que o Estado tem o dever de possibilitar educação para todos, com a colaboração da família e da sociedade possibilitando meios para que o indivíduo se desenvolva coletivamente. O artigo seguinte vem definir a gratuidade da educação e a qualidade na educação básica (BRASIL, 1988).

O artigo 214 estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE), mas ganha maior destaque na Lei N^o 13.005/2014 que buscar alcançar a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a superação das desigualdades educacionais, melhoria da qualidade da educação, valorização dos profissionais da educação e a promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país (BRASIL, 2014).

De acordo com o Portal do MEC (2020) após a revolução de 1930 foi criado o Ministério da Educação (MEC) permanecendo até 1953, sofrendo modificação em 1992 por meio de lei federal e transformado em Ministério da Educação e do Desporto, apenas em 1995 passa a tratar apenas das questões educacionais.

Foi implantado em 1998 o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) que era mantido pela receita e impostos e investia no ensino fundamental encerrando em 2006 e substituído em 2007 pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Edu-

cação (FUNDEB) e atualizado em 25 de dezembro de 2020 por meio da Lei nº 14. 113 (BRASIL, 2020).

Regulamentado pela Lei nº 11.096 de 2005 foi instituído o Programa Universidade para Todos (ProUni) que concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, para estudantes brasileiros ainda não graduados, em instituições privadas de ensino superior, ampliando o acesso democrático ao ensino superior.

Um importante programa criado por meio da Portaria MEC nº 39 de 2007 e regido pelo Decreto nº 7.234 de 2010 o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) com o objetivo de democratizar o acesso a permanência na educação superior de estudantes de baixa renda e matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior, viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e reduzir as taxas de evasão e retenção (BRASIL, 2020).

Para a educação especial, foi criado o Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011 que estabelece como dever do Estado garantir meios à sua educação. Esse novo regulamento possibilitou garantir atendimento educacional especializado, em duas instituições, uma no contraturno da escola atuando na evolução e inclusão do aluno.

O artigo 1º prevê as diretrizes para a garantia da educação especial.28 Art. 1º - O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes: I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; II - aprendizado ao longo de toda a vida; III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;

IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais; V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena; VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial.

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) alterado em 2017 pela Lei 13.530 de 2017 é uma outra importante política educacional, que concede financiamentos a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), possibilitando que mais estudantes possam acessar cursos superiores.

Assim, políticas públicas como as citadas, foram criadas pelos mais diversos governos ao longo do tempo, tendo a finalidade de identificar os problemas, planejar e executar ações necessárias para todos os cidadãos, de todas as escolaridades, independente do sexo, raça, religião ou nível social.

Ferge (1996) traz que o conceito de políticas públicas é amplo e que não há uma definição universal aceita. Desde já, podemos identificar como um conjunto de iniciativas e decisões e ações de regime político que identifica problemas na sociedade e busca soluções (VELASQUES, 1999, n.p. apud PINHEIRO, p. 201).

Já para Souza (2003, p. 13 apud BES et al., 2019, p. 30) traz uma nova perspectiva como um “Campo do conhecimen-

to” que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” para propor intervenções na sociedade. Para as políticas educacionais Lima *et al* (2018, p. 14) afirma que:

Para pensar a inserção da política educacional no campo das políticas públicas, é fundamental, primeiramente, atentar para o fato de que as políticas públicas são ações e programas desenvolvidos pelo Estado para garantir e colocar em prática os direitos previstos na Constituição Federal e em outras legislações.

Oliveira (2010, p. 4) concorda com os autores anteriores e explana que as políticas públicas educacionais estão diretamente associadas à educação escolar e a educação se torna um termo mais amplo porque ultrapassa os muros da escola.

Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar. Por que é importante fazer essa observação? Porque educação é algo que vai além do ambiente escolar. Tudo o que se aprende socialmente – na família, na igreja, na escola, no trabalho, na rua, no teatro, etc. –, resultado do ensino, da observação, da repetição, reprodução, inculcação, é educação (OLIVEIRA, 2010, p. 4).

Percebe-se através destes autores que o Estado influencia a vida escolar de todos os estudantes dos diferentes níveis de

educação e dos trabalhadores que nela atuam, influenciando nos diversos aspectos econômicos, políticos e sociais da vida cotidiana.

CONCLUSÃO

A educação no Brasil passou por grandes transformações, desde o Brasil Colonial quando a educação era ministrada por padres jesuítas, que tinham o objetivo de catequizar. Apesar disso, o país passava por grandes dificuldades na área educacional, pois somente famílias de elite tinham possibilidade de se manterem nos estudos, enquanto famílias pobres permaneciam no analfabetismo.

Diante da história e desenvolvimento da educação no Brasil, é perceptível uma notável ampliação gradual dos papéis e objetivos adquiridos pela escola em diferentes épocas da história. Observa-se com isso, a importância de legislações como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1986 na garantia e nos deveres à educação, sendo estes resultados de movimentos que lutaram para garantir a educação para as distintas classes sociais e em razão das mudanças na sociedade.

REFERÊNCIAS

BOUFLEUER, J. P. & PRESTES, R. M. (2013). **A escola que avalia e que é avaliada**: o papel da escola na construção de um mundo humano comum. *Revista Educação*, 36(2), 240-249.

Disponível em: <https://shorturl.at/JOUY4>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial. Disponível em: <https://shorturl.at/wCSV7>. Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - LEI N°**

13.005/2014. Ministério da Educação, ano. Disponível em: <https://shorturl.at/cBJQ2>. Acesso em: 29 ago. 2022.

BRASIL. (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8069. Campinas: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasil: entre a previsão legal e a realidade. Revista Histedbr On-line, Campinas, n. 43, p. 285-303, set. 2011. Disponível em: <https://shorturl.at/bwyAV>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASÍLIA. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia**. 2020. Elaborado pelo Conselho Nacional de Educação CARDOSO, T. F. L. As aulas régias no Brasil. In: STEPHANOU, M. BASTOS, M. H. C. (orgs). Histórias e memórias da educação no Brasil, vol.1: séculos XVI-XVIII.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COUTINHO, Clara Pereira; LISBÔA, Eliana Santana. **Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI**. 2011.

CURY, Augusto Jorge. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Editora, 2003.

Fabela, Sérgio (2005). **A vida toda para Aprender**. In: Portal dos psicólogos. Disponível em: <https://shorturl.at/iwzH3>. Acesso em: 28 ago. 2022.

FERGE, Z. Política Social. In: OUTHWAITE, W., BOT-TOMORE, T. (Ed). Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.

FLACH, Simone de Fátima. **Direito à educação e obrigatoriedade escolar no Brasil: entre a previsão legal e a realidade**. Revista Histedbr On-line, Campinas, n. 43, p. 285-303, set. 2011. Disponível em: <https://shorturl.at/enp27>. Acesso em: 10 ago. 2022.

FOUCAULT, M. (1999). **Vigiar e Punir: a história da**

violência nas prisões. Petrópolis: Vozes.

GIDDENS, Anthony. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Presença, 2000.

HARGREAVES, Andy. **O ensino na sociedade do conhecimento**. A educação na era da insegurança. Porto: Porto

HORTA, J. S. B. **Direito à educação e obrigatoriedade escolar**. Fundação Carlos Chagas. Cadernos de Pesquisa, n. 104, São Paulo, p. 5 – 34, jul.1998. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-p-cp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192
Acesso em: 13 set. 2022.

MIGUEL, M. E. B. (1999). **O significado da educação pública no Império (Paraná província)**. In: L. M. Faria Filho (Org.), Pesquisa em história da educação: Perspectivas de análise, objetos e fontes (pp. 87-94). Belo Horizonte: HG Edições.

NEVES, Lúcia M. W. **Educação e política no Brasil de hoje**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

NOGUEIRA, P. L. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. São Paulo: Ed. Saraiva, 1996.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de. Fronteiras da educação: tecnologias e políticas. Goiânia-Goiás: PUC Goiás, 2010.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 179-191, 2004.

Pozo, Juan Ignacio (2004). **A sociedade da aprendizagem e o desafio de converter informação em conhecimento**. In: Revista Pátio. Ano VIII – No 31- Educação ao Longo da Vida - Agosto à Outubro de 2004.

RAPOSO, Gustavo de Resende. **A educação na Constituição Federal de 1988**. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 641, 10 abr. 2005.

ROMANELLI, O. de O. (1978). **História da Educação no**

Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes Ltda.

SALVATO, M. A., FERREIRA, P. C. G., DUARTE, A. J.M.
O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda.
Estudo. Econ, v. 40, n4. p. 753-791, 2010. <https://shorturl.at/cfJS4>. Sextante, 2003.

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da Informação no Brasil:** Livro Verde. Brasília:

Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. 203 p.

TENÓRIO, N. C. (2009). **O Ensino no Brasil:** da República Velha à Reforma Francisco Campos - uma releitura. Revista Espaço Acadêmico, 92, 1-7.

Veen, W & Vrakking, B. (2009). Homo zappiens: **educando na era digital.** Porto Alegre: Artmed.

VEIGA, Cynthia Greive. **República e Educação no Brasil.** IN: VEIGA, Cynthia Greive.

VIEIRA, S. L. FARIAS, I. M. S. de. **Política educacional no Brasil:** introdução histórica. Brasília: Líber Livro, 2007.

VIVEIROS, K. F. M. de (2006). **A criança negra no Maranhão:** uma leitura a partir

da infância afrodescendente no Brasil. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 6. Goiânia: Sociedade Brasileira de História da Educação. Disponível em: <https://shorturl.at/bIFU6>. Acesso em: 11 out. 2022.

CAPÍTULO VIII

O desmonte da política de assistência social em tempos de pandemia da COVID-19: um olhar para a população em situação de rua, em Teresina (PI)

Beatriz Santos Teixeira da Silva
Giovana de Sousa Araújo Barbosa e Silva
Nicole Aguiar de Almeida
Iracilda Alves Braga

RESUMO: O presente estudo pretende analisar o desmonte da Política de Assistência Social e do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) no contexto da pandemia COVID-19, apontando aspectos da configuração do desmonte, como a pandemia da covid-19 como fator agravante do desmonte e os efeitos para a população em situação de rua. Para tanto utiliza-se da revisão bibliográfica e documental a partir de autores (as) como Behring e Boschetti (2021), Abílio (2020), Barros e Costa (2021), Yazbek (2014), Braga (2018), CFESS (2009), Salvador (2017) e sites como o blog GSUAS, GOV.BR, Nações Unidas Brasil, G1 Piauí.

PALAVRAS-CHAVE: Desmonte, Sistema Único de Assistência Social, desfinanciamento.

1. INTRODUÇÃO

O estudo tem como objetivo analisar o desmonte da Assistência Social no contexto da pandemia da covid-19 e os impactos para a população em situação de rua em Teresina-PI. Nesse sentido, é válido ressaltar que a Assistência Social é política pública componente da Seguridade Social, juntamente com a Previdência Social e a Saúde, sendo regulamentada com a aprovação da lei 8.742/93. Ademais, outros importantes marcos regulatórios podem ser mencionados na construção dessa política, tais como; LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), PNAS (Política Nacional de Assistência Social), NOB-RH/SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, Código de Ética do Assistente Social, Lei nº 12.435 que altera a LOAS e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (resolução Nº 109/2009).

Contudo, a fragilização da Política de Assistência Social pode ser percebida pelo seu desenvolvimento tardio, comparado a promulgação da Constituição Federal de 1988, haja vista que a Lei Orgânica de Assistência Social foi promulgada cinco anos depois, e a Política Nacional de Assistência Social PNAS, somente em 2004, assim como os demais marcos regulatórios. Além do desfinanciamento que colabora para o desmonte gradual da Política, o que aponta que desde o início tiveram desafios para sua implementação e que estes continuam presentes.

Neste contexto, destacamos a pandemia do covid-19 como um fator agravante que, juntamente com a erosão de direitos proporcionada pelo governo Bolsonaro, levou o país ao enfrentamento de uma gravíssima crise sanitária e econômica. Nesse sentido, a crescente desigualdade social aliada aos desmandos do desgoverno Bolsonaro acarretou o aumento do número de mortes, agravado pela crescente divulgação de *fake news*. Ademais, é preciso levar em conta também o abandono

que se encontrou a população geral e em específico a população em situação de rua, essa mais propensa ao aumento na taxa de contaminação do vírus e mortalidade.

Para tanto, faz-se revisão bibliográfica e documental a partir de autoras como Behring e Boschetti (2021), Abílio (2020), Barros e Costa (2021), Yazbek (2014), Braga (2018), CFESS (2009) e sites como o GOV.BR, G1 PiauÍ, Nações Unidas Brasil, blog GSUAS, site oficial do CFESS.

A produção está organizada na seguinte lógica: Contexto neoliberal e desmonte da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social em Teresina; bem como os Impactos da Pandemia de Covid-19 na Política de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social em Teresina e os Efeitos da Fragilização da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social em Teresina para a População de Rua.

2. CONTEXTO NEOLIBERAL E DESMONTE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO SUAS

A Política de Assistência Social é reconhecida legalmente como um direito social e um dever do Estado pela Constituição federal de 1988 e é regulamentada pela lei orgânica de assistência social LOAS, com esse processo de regulamentação tem-se o objetivo de solidificar como política de Estado a Assistência Social e não como política de governo. Em vista de garantir imparcialidade a respeito dos programas, projetos, serviços e benefícios, de modo que o governo vigente não utilizará da assistência social para estabelecer o populismo, patrimonialismo e/ou favorecer sua permanência. (CFESS, 2009)

Nessa perspectiva devemos salientar também a relevância da Assistência Social como política pública inserida na Seguridade Social, haja vista que compõe o tripé junto com a

Saúde e a Previdência Social, fazendo parte de um amplo sistema de proteção social, seja básica ou especial, sendo de suma importância sua integração e articulação das políticas públicas. Apesar de seu reconhecimento legal a partir da Constituição de 1988 teve sua regulamentação pela LOAS um pouco mais tardia do que as demais leis orgânicas das políticas que compõem a Seguridade Social. (CFESS, 2009)

Vale ressaltar que esse amplo sistema de proteção social vem sendo desconstruído por diversos governos e o próprio projeto neoliberal, a exemplo disso tivemos os ajustes fiscais, em curso desde 1993, utilizado como estratégia do governo federal para se apropriar das contribuições sociais destinadas à seguridade social, como aponta Salvador (2017). Para visualizarmos melhor a estratégia de Desvinculação de Receitas da União e a política de ajuste fiscal, observa-se o trecho:

A partir do ano 2000 passa a vigorar a DRU com sucessivas prorrogações. A mais recente ocorreu por meio da EC n. 93, de 8 de setembro de 2016, que prorroga a DRU até 31 de dezembro de 2023. O novo texto também amplia de 20% para 30% o percentual das receitas de tributos federais que podem ser usadas livremente e altera quais tributos podem ser desvinculados, incluindo os fundos constitucionais, taxas e compensações financeiras. (SALVADOR, 2017, p.429)

Os últimos governos utilizaram porcentagens da receita da seguridade social para fins de superávits primários, fornecendo assim recursos públicos para os implementadores de políticas econômicas que resulta em privilégios aos interesses do capital em detrimento do social. E é nesse contexto de desmonte da Seguridade Social que a Política de Assistência Social, sofre mais precarizações.

Ademais, nota-se que desde o início da Política de Assistência Social, esta passou por dificuldades para sua efetivação seja no sentido da operacionalização a partir do aparato legal, assim como no âmbito do financiamento. Trazendo essas duas problemáticas como centrais no que desrespeito o desenvolvimento da Assistência Social é válido ressaltar que de início mesmo após a LOAS em 1993 já em vigência e a assistência social tendo sido promovida a política pública, em defesa dos direitos, da universalização e da responsabilidade estatal, o Brasil encontra-se no contexto neoliberal. Em que há a defesa do crescimento econômico junto ao desenvolvimento social e para isso se mune de estratégias de ajustes na economia, restringindo os gastos públicos principalmente no âmbito social, fazendo que haja o caráter burocrático e seletivo da política que priva os usuários de terem acesso direto aos benefícios. Além de buscar transferir a responsabilidade do Estado para a sociedade civil, quanto aos direitos e ao ato de prover.

Diante do neoliberalismo, existem diversas contradições, ao mesmo tempo que o Estado é provedor de direitos, é ele também, defensor dos interesses do capital e de quem os detém. Com isso, a Assistência Social enfrenta muitas barreiras, a exemplo disso, temos as políticas de Transferência de Renda sendo utilizadas como argumento para a minimização da pobreza, o que na verdade fortalece a questão do cidadão consumidor e os demais serviços, programas e projetos recebem pouquíssimo financiamento, enfraquecendo ainda mais a proteção social (BRAGA,2018).

3. AS CONFIGURAÇÃO DO DESMONTE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TERESINA(PI)

A Política de Assistência Social e o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) em Teresina seguem os pilares da Cons-

tuição Cidadã, aprovada em 1988, da PNAS (Política Nacional de Assistência Social), da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, do Código de Ética do Assistente Social e dos Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.

No âmbito municipal, a SEMCASPI (Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas) é o órgão responsável pela coordenação técnica do SUAS no município de Teresina-PI. Nesse sentido, criada pela Lei complementar nº4.994 de 2017, a SEMCASPI tem como responsabilidade também o planejamento e desenvolvimento de ações territoriais de base, as quais deverão ser elaboradas objetivando identificar e diminuir a incidência de riscos e vulnerabilidades sociais do município.

No município de Teresina(PI), a Assistência Social é organizada considerando os níveis de proteção social básica e especial, possuindo um total de 19 CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), 04 CREAS (Centro de Referência Especializada em Assistência Social), 01 Centro-Dia - voltado para pessoas com deficiência que possuem certo grau de dependência e cuidados-, 54 Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, 01 Centro de Microcefalia, 01 CVR (Centro de Valorização para a população em situação de rua) - que uniu serviços do Centro POP e Casa do Caminho – no atendimento à população em situação de rua.

Contudo, vale refletir que, inseridas na Política de Assistência Social, existem as organizações da sociedade civil, ou seja, o denominado terceiro setor. As instituições que fazem parte desse grupo atuam de forma filantrópica ou através de repasses, firmando assim parcerias público/privado com a prefeitura de Teresina.

O investimento do setor público nessas entidades é expressão do gerencialismo enquanto forma de gestão neoliberal, desestimulando o investimento na Política de Assistência Social, propiciando a desresponsabilização do Estado e transferindo a responsabilidade para instituições privadas (BARROS e COSTA, 2021, p. 191).

O estudo nos possibilitou a verificação de dados e informações, a partir dos quais nos levou a inferir que o período da pandemia do Covid-19, produziu alterações seja na modalidade do atendimento e suas quantidades, assim como na oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais. No relatório de gestão, socializado no ano de 2020², constam informações de flexibilização nos atendimentos para modalidade remota, com objetivo de atender a população no período da pandemia do Covid-19 em que não era possível realizar atividades presenciais. Porém, apesar das medidas, ocorreram drásticas quedas nos números de atendimentos, vinculação de famílias e aumento nos desligamentos de famílias, dentre outros.

Fazendo uma análise mais minuciosa nos relatórios anuais da SEMCASPI de Teresina, dos anos 2019 e 2020, observamos que o declínio do acesso aos serviços foi considerável, os atendimentos individualizados às famílias no ano de 2019 foram 280.554 enquanto no ano de 2020 foram 217.327. As Famílias desligadas do acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família foram 791 em 2019, que subiu para 833. Nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos o número de usuários diminuiu em todos os grupos seja de crianças, de adolescentes, de jovens, de adultos, de Pessoa Idosa ou de Pessoa com deficiência. No Centro Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop, em 2019, a média mensal de pessoas atendidas era 108,83. Já em

² <https://gsuasthe.wordpress.com/>

2019, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (SEPSR) atendeu a média mensal de 54 pessoas. (SEMCASPI: 2019; 2020).

4. OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TERESINA

De início é preciso salientar que a pandemia do COVID-19 evidenciou ao mundo o contexto de crise do capital já vivenciado pelo Estado brasileiro desde 2016, isto é, o governo ignorava as dificuldades enfrentadas quanto ao aumento do desemprego e impopularidade. Desse modo, alavancada por contrarreformas, privatizações e ascensão do neofascismo da extrema direita, aliado à consecutivos desmontes de políticas públicas no Estado neoliberal, a pandemia acabou servindo como um catalisador da crise (BOSCHETTI; BEHRING, 2021).

Seguindo esse viés, em dezembro de 2019 iniciou a epidemia na cidade de Wuhan, na China, e só após três meses foi classificada como pandemia de Covid-19, doença respiratória causada pelo vírus SARS-CoV-2, ocasionando diversas mortes no mundo e, no Brasil, chegando à marca de 700 mil mortes (Ministério da Saúde, 2023). Diante desse cenário, a realidade brasileira modificou e amplificou as mazelas das expressões da questão social. Antes da pandemia, os trabalhos realizados pela Assistência Social e Saúde já eram desafiantes, diante desse novo contexto, as mudanças no atendimento e abordagem tiveram que se adaptar e renovar as estratégias para reduzir os impactos sociais, econômicos e à saúde.

É notável que a pandemia do COVID-19 já encontrou um total despreparo estatal que aumentou gradativamente, visto que o presidente Bolsonaro desprezou a pandemia desde

as responsabilidades básicas, quanto a forma de prevenção do vírus, até os impactos econômicos e sociais. Ademais, a desigualdade social aumentou de forma extrema, devido ao universo de pessoas desempregadas que não encontraram benefício assistencial, exceto o auxílio emergencial, que não se baseou em parâmetros de pobreza/renda. Sendo assim, houve um crescimento da precarização do trabalho, aliada à flexibilização de leis trabalhistas, destaque para a *uberização* de serviços.

Conforme Abílio (2020), a *uberização* refere-se às regulações estatais e ao papel ativo do Estado na eliminação de direitos, de mediações e controles publicamente constituídos; esta resulta da flexibilização do trabalho, compreendida por ele como uma eliminação de freios legais à exploração do trabalho, que envolve a legitimação, legalização e banalização da transferência de custos e riscos ao trabalhador.

Contudo, é importante ressaltar que os impactos da pandemia do COVID-19 na Política de Assistência Social vão desde a carência de investimento até desmonte e colapso do SUAS, visto que a demanda aumentou progressivamente à medida que os recursos foram diminuídos de forma massiva.

Além disso, a erosão de direitos básicos acaba por criar um cenário caótico de desmonte da seguridade social, de forma que os impactos acabam incidindo majoritariamente no funcionamento e na oferta dos serviços de proteção básica e especial. Nesse sentido, pode-se destacar os programas de transferência de renda que acabam não sendo reconhecidos como direito social, mas sob a ótica clientelista de controle do povo, ao mesmo tempo em que servem neste momento para o funcionamento mínimo do capital.

De acordo com Boschetti e Behring (2021) O que se vislumbra é um processo acelerado e ampliado de assistencialização/assistencialismo voltado para o pauperismo absoluto, as autoras destacam que isto se difere imensamente do direito à

assistência social. Este último pode e deve compor uma política de seguridade social, fundada em trabalho estável com direitos, previdência e saúde públicas e universais.

Ademais, é válido salientar que, nesse período, a proteção social se baseou de forma majoritária na criação do auxílio emergencial, benefício concedido que, em tese, se destinaria a população mais vulnerável na pandemia do COVID-19. Entretanto, esse benefício atendeu a menos da metade das pessoas que solicitaram, além de não se basear em parâmetros de pobreza, impactando assim de forma nula na proteção social dos mais vulneráveis.

Ainda conforme Boschetti e Behring (2021), dos 108 milhões de trabalhadores(as) que solicitaram o auxílio emergencial, somente 68 milhões receberam, chegando a 44% dos domicílios brasileiros. Em contrapartida, somente 4,2 milhões solicitaram seguro-desemprego até agosto de 2020. Elas pontuam que esses números mostram a redução cada vez maior dos direitos trabalhistas e a ampliação do benefício assistencial na reprodução da força de trabalho.

Além disso, a pandemia do coronavírus influenciou no trabalho daqueles que atuam de forma direta com o público das políticas de assistência social e saúde, isto é, a sobrecarga emocional e física dos trabalhadores foi intensa. Dessa forma, não deve ser romantizada a exploração sofrida por aqueles que estavam na linha de frente dessa batalha extremamente desgastante.

A imprudência do governo acarretou a morte de inúmeras pessoas, incluindo trabalhadores comprometidos que foram contaminados. Contudo, é cabível reiterar a rotina desgastante a qual foram submetidos os profissionais de saúde, dente os quais os/as assistentes sociais, trabalhadores estes, que tiveram seus processos de trabalho atrapalhados pelas armadilhas cotidianas do sistema capitalista em tempos de pandemia da covid-19.

Yazbek (2014) pontua sobre a difícil conjuntura global, em um tempo de perdas e de mudanças em relação à ordem econômica e às referências políticas, culturais e simbólicas que tornavam o mundo reconhecível, que hoje colocadas em questão. Tempo esse em que múltiplos processos interferem na reprodução social da vida, lugar do trabalho cotidiano. Isso porque não se trata de um único processo, mas de um conjunto de processos integrados, porém assimétricos e desiguais, que atingem de forma absolutamente diversa os diferentes países, nações e regiões do planeta e, mesmo dentro de cada país, cidades, classes sociais, gêneros e etnias.

Os desmandos do governo Bolsonaro também influenciaram no financiamento dessa política de Assistência Social, conseqüente impacto no repasse aos municípios, de forma que o corte de verba foi diminuído em mais de 70%. É importante ressaltar que o financiamento do SUAS como um todo é tripartite, ou seja, é papel da União, Estados e municípios. Nesse sentido, a carência de orçamento impacta diretamente no trabalho de serviços, programas e projetos desenvolvidos em Estados e municípios, isto é, os próprios municípios acabaram sustentando suas despesas. Teresina enfrentou inúmeros desafios na pandemia do COVID-19, visto que o início foi extremamente caótico devido a forma de enfrentamento ao coronavírus. As notícias sobre a prevenção desse vírus divergiam bastante. Além disso, o processo de trabalho dos assistentes sociais encontrou diversos impasses quanto ao acompanhamento/orientação das famílias e o atendimento com o usuário.

Nesse sentido, no campo da Política de Assistência Social, foram usadas várias estratégias para continuar o atendimento, tais como *home office* - que acabou flexibilizando a jornada de trabalho e conseqüentemente sobrecarregando os profissionais -, e-mails, ligações pelo telefone e chamadas de vídeo etc. Entretanto, com o corte de recursos e proveniente desmonte

dessa área, passou a se tornar mais difícil o acompanhamento e contato com os usuários e/ou suas famílias, ou seja, esse grupo em sua maioria se encontra em situação de vulnerabilidade social, o que não lhe permite ter acesso de fato a internet ou celular. Contudo, é inegável que nesse período os níveis pobreza cresceram de forma exponencial, aliados ao aumento da desproteção social, que exemplificou a volta do Brasil ao mapa da fome, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas).

5. OS EFEITOS DA FRAGILIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TERESINA PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Durante a pandemia o isolamento social, distanciamento social e higiene foram algumas das medidas sanitárias utilizadas para reduzir o número de mortes e conter o contágio, ou seja, utilizadas para o enfrentamento de Covid-19. Sendo assim, foi desafiador para os que ficaram em casa, surgindo uma problemática ainda maior com aqueles que não têm onde morar. A condição das pessoas em situação de rua merece um olhar especial, uma vez que essa população é naturalmente suscetível a infecções e pode correr mais riscos de exposição, graças às condições em que se encontram (Aguiar et al., 2020).

Segundo Brasil (2009), a população em situação de rua é definida como o grupo populacional que vivencia extrema pobreza, a inexistência de moradia convencional regular e utiliza de ambientes públicos como espaço de moradia e sustento, como também aqueles que dormem em instituições de acolhimento. Esta é uma condição entrelaçada às mazelas do sistema capitalista, uma vez que acumulação desigual de riquezas ocorre a exploração da força de trabalho e sustentando a vontade da classe dominante, ou seja, conflito capital-trabalho. Diante desse contexto, o pauperismo, desemprego, violência, fome,

discriminação, dificuldade de acesso à saúde, a educação e ao trabalho, falta de moradia, exclusão daqueles que não tem “serventia” para esse sistema, entre outras questões são ocasionadas pelas configurações do citado sistema de produção.

Outra questão a salientar é o modo que esse indivíduo é visto dentro da sociedade, devido a sua aparência, higiene pessoal ou qualquer outro motivo, sendo assim ocasionadas inúmeras discriminações, vindas da parte da população em geral, como também do Estado, no que diz respeito ao acesso a serviços públicos, como por exemplo o transporte coletivo e serviços de saúde. Sobretudo, culpando o indivíduo pela sua situação, sem reconhecer que a P.R.S também possui direitos que devem ser garantidos e que estes devem ser vistos como pessoa humana (BRITO, 2022).

Diante desse fenômeno, observa-se a complexidade e as várias faces da expressão da questão social, ocorrendo à ampliação devido a pandemia e afetando diretamente a estratégia desses indivíduos, uma vez que, com o isolamento, o fluxo nas ruas das cidades diminuiu, impossibilitando a rotina da população de rua com seu trabalho informal - caracterizado pela venda ambulante, flanelinha, catação de materiais recicláveis, entre outros trabalhos realizados -. Como também, ocorreu devido ao crescimento do desemprego, na qual pessoas passaram a viver nas ruas por não conseguirem manter sua habitação (BEZERRA e ROSA, 2004).

Considera-se que as políticas públicas, no Brasil, para a população em situação de rua possuem como princípios: a igualdade, a equidade, a humanização, a universalidade, o direito à convivência social, o reconhecimento da singularidade social, o respeito à dignidade e à cidadania (BRASIL, 2009). Assim, para que isso fosse possível, destaca-se a importância de realizar a Assistência Social, pois tem potencial significativo para minimizar as consequências negativas da crise entre

os mais pobres, possibilitando medidas econômicas e sociais consistentes, pois “[...] trata-se de uma população destituída de poder, trabalho, informação, direitos, oportunidades e esperanças” (YASBEK, 2004, p. 22).

Desse modo, mesmo com algumas limitações, o trabalho social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social-SUAS realizado na pandemia foi essencial para enfrentamento do COVID-19, visto que, devido as mudanças, a resposta para a população tinha que vir de maneira rápida e eficiente, pois olhando para a situação da P.R.S que vivencia de forma exacerbada a vulnerabilidade social e o alto risco de infecção por conta de suas condições alimentícias, moradia, entre outros fatores - que historicamente já permeia inúmeros desafios -, acarretou em uma dificuldade maior de acesso aos serviços de saúde e de apoio dos serviços sociais.

Em março de 2020, o Ministério da Cidadania através da Portaria nº 377 dispôs sobre as medidas necessárias para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional. Medidas tais como: instalação de pias ou lugares para que haja a higiene pessoal, decisões judiciais sobre a abertura de estádios e escolas para distribuição de alimentos, criação de abrigos emergenciais, entre outras medidas.

Nesse contexto, no município de Teresina-PI, houve algumas modificações de estratégias de realização do trabalho social com a população em situação de rua na proteção especial, no Centro POP (Centro de Referência para População em Situação de Rua) algumas modificações ocorreram no funcionamento. O equipamento permaneceu aberto, porém houve a suspensão de atividades coletivas para que não houvesse aglomeração, viabilizando encaminhamento para serviços de acolhimento, alimentação, espaços para higiene pessoal e kits de higiene, além da articulação com a saúde (SEMCASPI,2020).

No dia 11 de abril de 2020, o serviço de atendimento para

moradores de rua passou a ser desenvolvido no estádio Lindolfo Monteiro, no centro de Teresina, disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Teresina, servindo como forma de abrigo provisório com a capacidade de até 70 pessoas, tendo como objetivo de melhor atender essa população. Com disponibilização de profissionais do Consultório na Rua, Casa do Caminho e Centro POP. Outro serviço ofertado foi o “Banho Móvel” desenvolvido pela equipe do Consultório de Rua, na qual consiste em um carro adaptado com chuveiros para que as pessoas em condições de rua possam ter higiene garantida, como também outros atendimentos voltados para a saúde e encaminhamentos (SEMCASPI/PMT, 2020).

Em relação ao funcionamento e os atendimentos realizados, é de suma importância analisar os dados obtidos através dos relatórios anuais de atividades de Teresina-PI. Na qual, no ano de 2019, 1.306 atendimentos foram realizados no Centro POP através do Serviço Especializado para pessoas em situação de rua (SEPSR) com a média mensal de 108,83 pessoas atendidas (PMT/SEMCASPI. DADOS RMA/2019). Já em 2020, houve a queda desses atendimentos totalizando a quantidade de 568 com média mensal de pessoas atendidas de 45 (RMA GPSE. Dados de Jan a out/2020). Em 2021, nota-se um aumento totalizando a quantidade de 1.383 com média mensal de 173,86 de pessoas em situação de rua atendidas (SEMCASPI/PMT, 2021).

Outrossim, o Serviço de acolhimento Institucional a Pessoas em Situação de Rua na Casa do Caminho foi totalizado em 2019, 32/dia pessoas atendidas. Mas 2020, com o deslocamento para o Estádio Lindolfo Monteiro para atendimento temporário por conta da pandemia, foram acolhidas 45/dia, totalizando um volume de acolhimentos de 6.751 (RMA GPSE, 2020).

Ademais, outro serviço socioassistencial oferecido foi o de Segurança Alimentar e Nutricional, na qual consistiu em garantir o acesso a alimentação de qualidade. O restaurante Po-

pular de Teresina forneceu almoço para pessoas em situação de rua abrigadas no Estádio Lindolfo Monteiro, com a meta de 70 refeições/dia. Em 2019, as pessoas em situação de rua, atendidas através do encaminhamento do Centro Pop, e usuários da Fazenda da Paz, foram totalizados em 14.349 (PMT/SEM CASPI, 2019). Já em 2020, à mercê da pandemia de covid-19, no abrigo emergencial foi totalizado o atendimento de 11.813 pessoas (Semcaspi/PMT, 2020). Apesar dos desafios apresentados para Assistência Social, em 2021, foi inaugurada a sede do Centro de Valorização para a População em Situação de Rua, que além de ofertar atendimento integral trouxe atendimento psicossocial. Por fim, no mesmo ano, segundo o relatório anual de 2021 de Teresina-PI, 161 pessoas em situação de rua receberam a primeira dose da vacina e 105 pessoas a segunda dose na campanha covid 19, totalizando 266 vacinas aplicadas.

Diante do apresentado, nota-se que no período da pandemia os serviços ficaram ainda mais fragilizados, com um acesso mais restrito diante do fechamento dos locais de atendimento, passando a funcionar no Lindolfo Monteiro, impactando diretamente na prestação de serviços, contribuindo para o desmonte da política e a sobrecarga das(os) assistentes sociais e outros profissionais que atuam na linha de frente.

CONCLUSÃO

O estudo analisou as configurações do desmonte da Assistência Social no contexto da pandemia da covid-19 e os impactos no SUAS em Teresina-PI. Concluiu-se que a Política de Assistência Social está defasada devido a constantes ataques da ideologia neoliberal, o que foi agravado veementemente na pandemia da covid-19, devido a imprudência e carência de investimento do governo Bolsonaro.

No cenário teresinense, o Sistema Único de Assistência

Social sofreu alterações quanto ao atendimento e acompanhamento de famílias na pandemia, passando a ser ofertado de maneira remota, o que acarretou o declínio das participações no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, aumento nos desligamentos de famílias, haja vista, que em muitas casas de Teresina o acesso à internet é inexistente e, portanto, a participação dos usuários foi inviável.

Além disso, o aumento da ansiedade e da depressão também influenciou no processo de acompanhamento, pois no período da pandemia ocorreu ampliação dos casos e com isso alguns usuários foram afetados de modo que abandonaram as atividades. No âmbito da população de rua a pandemia provocada pela COVID-19 exacerbou a vulnerabilidade social. Segundo a Secretaria de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI) foi evidenciado um aumento de 60% do número de pessoas nessa situação, ocasionando uma preocupação com novas medidas e estratégias. Além do aumento da população de rua, foram identificados diversos impactos da Política de Assistência Social para esse público.

Vale ressaltar que esses números a respeito das atividades e atendimentos são referentes aos anos de 2019 e 2020, ou seja, ocorreram dificuldades para encontrar dados da condução nos anos de 2021 e 2022, visto que os sites e blogs de transparência e controle social estão desatualizados. Contudo, é válido destacar a reflexão crítica, necessária na Política de Assistência Social no âmbito municipal e nacional, ou seja, é papel de todos a luta diária na ampliação da proteção social e controle social, visando a garantia/viabilização do direito a todos.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time?. **Estudos avançados**, v. 34, p. 111-126, 2020.

BARROS, Maria Maryllya de Brito Cunha; COSTA, Teresa Cristina Moura. AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E OFERTA DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS EM TERESINA-PI EM 2018. **ANAIS DO SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERSECCIONALIDADES**, v. 1, n. 1, p. 185-193, 2021.

BRAGA, IRACILDA ALVES. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n. 1, 2018.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serviço Social & Sociedade**, p. 66-83, 2021.

BOSCHETTI, Ivanete. O SUAS e a Seguridade Social. **Caderno de Textos da V Conferência Nacional de Assistência Social**, 2005. Folheto do CFESS.

BRITO, C.; SILVA, L. N. DA .. População em situação de rua: estigmas, preconceitos e estratégias de cuidado em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 1, p. 151-160, jan. 2022.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social. **Série: trabalho e projeto profissional nas políticas sociais**. Brasília, CFESS, 2009.

G1 PIAUÍ. **Acesso à internet cresce no Piauí, mas proporção ainda é a menor do país, diz IBGE**. 2021. Disponível em: <https://shorturl.at/jwHQ7>. Acesso em: 12 jun. 2023.

Nações Unidas Brasil. **Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo**. Disponível em: <https://shorturl.at/GH089>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SALVADOR, Evilasio da Silva. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Servi-**

ço Social & Sociedade, p. 426-446, 2017.

SEMCASPI. **Relatório SEMCASPI 2019**. 2019. Disponível em: <https://shorturl.at/BGJS9>. Acesso em: 12 jun. 2023. SEMCASPI.

Regimento interno SEMCASPI. Disponível em: <https://shorturl.at/BGJS9>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SEMCASPI. **Relatório Anual de Atividades SEMCASPI**. 2020. Disponível em: <https://shorturl.at/BGJS9>. Acesso em: 12 jun. 2023.

VIEIRA, Maria Antonieta; BEZERRA, Eneida Maria Ramos Bezerra; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de rua: quem é, como vive e como é vista**. São Paulo: Hucitec, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, p. 677-693, 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado e políticas sociais. **Revista Praia Vermelha**, v. 18, n. 1, p. 1-16, 2008.

Notas sobre as autoras e autores:

Ada Márcia Rêgo Bastos é acadêmica de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Egressa do Programa de Educação Tutorial – PET Serviço Social. E-mail: adamarcia@ufpi.edu.com.br

Ana Mayza Nascimento de Araújo é acadêmica de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET Serviço Social. Email: ana.maysa507@gmail.com

Beatriz Santos Teixeira da Silva é acadêmica de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Membro do Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social (GEPSS), membro voluntário do Programa de Educação Tutorial – PET Serviço. Bolsista do PIBIC-FAPEPI 2022/2023, que tem como tema “O Sistema Único de Assistência Social em Teresina-PI: desafios à sua implementação e desmonte da Seguridade Social”. E-Mail: beatriztlsant134@gmail.com

Cynthia Leal França é acadêmica de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Serviço Social. Membro integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Direitos e Políticas Públicas (GEDIPO). E-mail: cynthialefran22@gmail.com

Ellen Dayene dos Santos Moura é acadêmica de Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí e bolsista no Programa de Educação Tutorial – PET Serviço Social. E-mail: Ellen-Dayene74@gmail.com

Emanuelle Gomes dos Santos é Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. Egressa do Programa de Educação Tutorial - PET Serviço Social. Email: emanuelle-gomessantoss@gmail.com

Giovana de Sousa Araújo Barbosa e Silva é acadêmica de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Membro do Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social (GEPSS). Membro do Programa Terceira Idade em Ação-PTIA. Membro voluntário do Programa de Educação Tutorial – PET Serviço Social. Bolsista do PIBIC-FAPEPI 2022/2023, que tem como tema “O Sistema Único de Assistência Social em Teresina-PI: desafios à sua implementação e desmonte da Seguridade Social”. E-Mail: giovanabarbosa@ufpi.edu.br

Gleyson Willian Silva Carneiro é acadêmico de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Integrante do Projeto de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí” (UFPI). Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET Serviço Social. Membro do Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social (GEPSS). Email: gleysonwillian@ufpi.edu.br

Hellen Beatriz da Silva Araújo é Licenciada em História pela Universidade Estadual do Piauí (2021). Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura - PPGSC (UESPI) Bolsista CAPES/Brasil; Egressa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência PIBID (2018-2020) e contribuiu como bolsista no Programa Residência Pedagógica RP / CAPES (2020-2022). Egressa do Programa de Educação Tutorial – PET Serviço Social. E-mail: hellenbeatriz@ufpi.edu.br

Helen Rejane Batista Louzeiro é acadêmica de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Serviço Social. Membro do Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social (GEPSS). Email: helenrejane@ufpi.edu.br

Iracilda Alves Braga é Professora Adjunta do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI. Tutora do PET de Serviço Social (UFPI). Doutora em Serviço Social (UFPE). Mestre em Políticas Públicas (UFPI). Bacharel em Serviço Social (UFPI). Líder do Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social – GEPSS/UFPI e do Núcleo de Estudos da Família – NEF/UNIFESP. E-mail: iracildabraga@ufpi.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2533-4205>

Jayane Maria Ferreira Carvalho é Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. Egressa do Programa de Educação Tutorial – PET Serviço Social. E-mail: ferreirajayane85@gmail.com

Maria Clara Lima e Silva é acadêmica de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET Serviço Social. Integrante do Projeto de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí” (UFPI). Email: mariaclaralima@ufpi.edu.br

Mauricéia Lígia Neves da Costa Carneiro é Professora Adjunta do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ e Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP. Atuou como assistente social na Diretoria de Vigilância em Saúde-Fundação Municipal de Saúde - FMS/Prefeitura Municipal de Teresina-PMT, como Secretária Executiva de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Teresina (2017-2020), como Secretária Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Teresina. (2013-2016.) Membro dos Grupos de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social-GEPSS-CNPQ-UFPI e Núcleo de Est. Pesq e Ext. de Família e Políticas Públicas- NEF-CNPQ-UNIFESP. Email: mnevesdacosta@ufpi.edu.br

Melissa Flavia de Oliveira Rodrigues é acadêmica de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Egressa do Programa de Educação Tutorial (PET) Serviço Social. E-mail: melflavia10@gmail.com

Nicole Aguiar de Almeida é acadêmica de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Membro do Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social (GEPSS), Membro voluntário do Programa de Educação Tutorial – PET Serviço Social. Bolsista do PIBIC-UFPI 2022/2022, que tem como tema “O Sistema Único de Assistência Social em Teresina-PI: desafios à sua implementação e desmonte da Seguridade Social”. E-mail: nicole.almeida@ufpi.edu.br

Taynara Pereira da Silva é Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. Egressa do Programa de Educação Tutorial - PET Serviço Social. Email: taynarasilva134@gmail.com

Sarah Letícia Pachêco Calaça é acadêmica de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET Serviço Social. Membro integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Direitos e Políticas Públicas (GEDIPO). E-mail: sarahcalaca@ufpi.edu.br

Vívia Maria Almeida de Amorim é acadêmica de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET Serviço Social. Membro do Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade e Serviço Social (GEPSS). Email: vivianalmeida0709@ufpi.edu.br

“(…) Diante dos desafios à questão social em tempos de COVID-19 (ainda presente nos dias atuais) o PET de Serviço Social apresenta suas contribuições através do E-book “PET Serviço Social: produções e vivências em tempos de (pós)pandemia da Covid 19” ao tempo que convida todos ao enfrentamento das manifestações da “questão social” e ao firme propósito de fortalecer o compromisso ético com a democracia, a cidadania e a justiça social”.

Iracilda Alves Braga



PREXC



FNDE

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

